

SÉRIE PROLAM USP DEBATE

VOLUME 4

AMÉRICA LATINA: MOVIMENTOS SOCIAIS

**GUSTAVO MENON
WAGNER IGLECIAS
JÚLIO CÉSAR SUZUKI
(ORGS.)**

EDIÇÕES EACH

SÉRIE PROLAM USP DEBATE (VOLUME 4)

AMÉRICA LATINA: MOVIMENTOS SOCIAIS

Gustavo Menon
Wagner Iglecias
Júlio César Suzuki

[Organizadores]



São Paulo
Edições EACH
2022

DOI: 10.11606/9786588503133



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada

2022 – Escola de Artes, Ciências e Humanidades/USP
Rua Arlindo Bettio, 1000 – Vila Guaraciaba
Ermelino Matarazzo, São Paulo (SP), Brasil
03828-000

Imagem da capa: *Mapa da América realizado por el cartógrafo Jodocus Hondius (1563-1612) en el año 1640 d.C – H. Picard.*
Licença: Domínio Público / Wikimedia Commons.

As opiniões expressas nos textos que constituem esta obra são de inteira e exclusiva responsabilidade de seus respectivos autores, não necessariamente refletindo as opiniões dos organizadores da obra, das Edições EACH ou do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP)

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior
Vice-Reitor Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES

Diretor Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha
Vice-Diretor Profa. Dra. Fabiana de Sant'Anna Evangelista

Conselho Editorial das Edições EACH

Profa. Dra. Isabel C. Italiano (Presidente - EACH/USP – Brasil) Capa
Prof. Dr. Jefferson A. Mello (Vice-Presidente -EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Ana Paula Fracalanza (EACH/USP – Brasil)
Analúcia dos Santos V. Recine (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Anna Karenina A. Martins (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Carlos Bandeira de M. Monteiro (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Clara Vasconcelos (Universidade do Porto – Portugal)
Prof. Dr. Daniel Hoffman (Rutgers University - EUA)
Profa. Dra. Flávia Mori Sarti (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Humberto Miguel G. Malpartida (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Juliana P. Rodrigues (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Marcos Lordello Chaim (EACH/USP – Brasil)
Maria Fátima dos Santos (EACH/USP – Brasil)
Prof. Dr. Michel Riaudel (Sorbonne Université – França)
Profa. Dra. Rosely A. Liguori Imbernon (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Sandra L. A. de A. Reimão (EACH/USP – Brasil)
Profa. Dra. Verônica Marcela Guridi (EACH/USP – Brasil)

Publicação

Gustavo Menon
Wagner Iglecias

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
Universidade de São Paulo. Escola de Artes, Ciências e Humanidades. Biblioteca.
Maria Fátima dos Santos (CRB-8/6818)

Série PROLAM USP debate : volume 4 : América Latina : movimentos sociais /
organizadores, Gustavo Menon, Wagner Iglecias, Júlio César Suzuki. – São
Paulo : Edições EACH, 2022.
1 ebook

ISBN 978-65-88503-13-3 (ebook)
DOI 10.11606/9786588503133

1. Política e governo – América Latina. 2. Política social – América Latina. 3.
Movimentos sociais. 4. Ideologia política. I. Menon, Gustavo, org. II. Iglecias,
Wagner Tadeu, org. III. Suzuki, Júlio César, org. IV. Universidade de São Paulo.
Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina. V. América Latina :
movimentos sociais.

CDD 22. ed. – 320.98

Como citar esta publicação no todo, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

MENON, G.; IGLECIAS, W. T.; SUZUKI, J. C. (org.). **Série PROLAM USP debate**: volume 4 : América Latina: movimentos sociais. São Paulo: Edições EACH, 2022. 1 ebook. DOI 10.11606/9786588503133.

Como citar o capítulo desta publicação, segundo ABNT NBR 6023: 2018:

SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s); SOBRENOME, Iniciais do(s) pré-nome(s). Título do capítulo. In: MENON, G.; IGLECIAS, W. T.; SUZUKI, J. C. (org.). **Série PROLAM USP debate**: volume 4 : América Latina: movimentos sociais. São Paulo: Edições EACH, 2022. p. xx-yy. DOI 10.11606/9786588503133.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
CHILE DESPERTÓ: APROXIMACIONES PARA COMPRENSIÓN DEL PROCESO SOCIOPOLÍTICO DE CHILE	9
Paola Cornejo Ortiz	
LAS CLAVES PARA ENTENDER EL INCREÍBLE PROCESO ELECTORAL EN PERÚ	22
Alejandra Dinegro Martínez	
COLÔMBIA, O TERMÔMETRO DA AMÉRICA LATINA	35
Amanda Harumy Oliveira	
“NOS QUITARON HASTA EL MIEDO”: LOS FEMINISMOS EN LA REVUELTA SOCIAL CHILENA	54
Luna Follegati	
IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NO BRASIL E A LUTA POR IGUALDADE	68
Jamila Prata Aguiar e Júlio César Suzuki	
AUTONOMÍAS INDÍGENAS: EL CASO DE LA LUCHA EN NICARAGUA Y MÉXICO	92
Waldo Lao Fuentes Sánchez	
QUAL O ESPAÇO PARA MULHERES E JOVENS NA POLÍTICA LATINOAMERICANA? A REOXIGENAÇÃO DE QUADROS NAS ELEIÇÕES DA BOLÍVIA PÓS-GOLPE DE 2019 ..	107
Ergon Cugler de Moraes Silva e Camila de Camargo Modanez	
VOCES DE RESISTENCIA: PROTESTAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA.....	120
Diana Paola Gómez Mateus	
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	130
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	132
INDICE REMISSIVO.....	134

APRESENTAÇÃO

Trazemos ao público o quarto volume da Série PROLAM USP DEBATE, resultado de pesquisas realizadas por especialistas latino-americanos sobre distintos aspectos da realidade econômica, política, social e cultural de seus respectivos países, da América Latina em geral e das relações da região com o mundo. O lançamento desta série é a etapa que fecha o ciclo de cinquenta encontros promovidos pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), entre maio de 2020 e junho de 2021, com a participação de 155 acadêmicos de 17 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela).

Este volume é composto por oito capítulos, que propositalmente passeiam por diversos países da região, abordando manifestações sociais, protestos de rua e processos eleitorais recentes. No primeiro capítulo a jornalista chilena Paola Cornejo compara os dois recentes períodos de protestos sociais no Chile, os estalidos sociais de 2019 e 2021, ambos de fundamental importância para o pacto político nacional que resultou na convocação e eleição da Assembleia Constituinte naquele país. A seguir a analista política Alejandra Dinegro Martínez discorre sobre o recente processo eleitoral que conduziu as esquerdas à primeira vitória eleitoral na História do Peru, após a longa e complexa crise institucional que aquele país atravessou nas últimas décadas. No terceiro capítulo Amanda Harumy Oliveira nos apresenta um amplo panorama social e político da Colômbia, chamando a atenção para as quase seis décadas ininterruptas de



guerra civil, marcadas por repressão aos setores populares e pela adoção do neoliberalismo, e na sequência discute as perspectivas para o futuro do país após os avanços e o insucesso do mais recente acordo de paz, firmado entre Estado e guerrilha em 2016. No quarto texto a cientista política Luna Follegati aborda a trajetória recente dos movimentos feministas no Chile e seus relevantes impactos sobre a vida política e eleitoral do país. Na sequência Jamila Prata Aguiar e Júlio César Suzuki fazem uma ampla análise sobre a constituição do racismo no Brasil, notadamente voltado contra a população negra, que inclusive constitui a maioria demográfica do país. Refazendo o percurso da formação histórica brasileira, os autores demonstram a construção de uma sociedade estruturalmente desigual, na qual a maioria pobre ou extremamente pobre é afrodescendente. No sexto capítulo o cientista social Waldo Lao Fuentes Sanchez apresenta uma análise comparativa de dois movimentos de luta por autonomia indígena na América Latina: o conflito armado que levou ao reconhecimento constitucional da autonomia de grupos indígenas na costa atlântica da Nicarágua e a insurreição armada dos zapatistas no sul do México. No penúltimo capítulo Ergon Cugler e Camila Modañez discorrem sobre a ascensão de atores sociais historicamente marginalizados na Bolívia: mulheres e jovens, demonstrando a influência crescente destes setores na vida pública boliviana. Fechando o livro, voltamos à Colômbia, através do capítulo de Diana Paola Gómez Mateus, que analisa o recente estalido social ocorrido também naquele país, apresentando estudo de caso das manifestações ocorridas na região de Putumayo, no sudoeste colombiano, relacionadas ao mencionado acordo de paz e à temática específica das drogas.



A Série PROLAM USP DEBATE é composta por volumes, que tratam das seguintes temáticas: Pensamento Social e Político; Movimentos Sociais; Política Externa e Integração Regional; Comunicação e Política; e Desafios Contemporâneos. Todos são publicados pelo Serviço de Editoração e Distribuição da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP (Edições EACH), disponibilizados em formato eletrônico e abertos para acesso público e gratuito.

Agradecemos a todas as pessoas que nos ajudaram a viabilizar o projeto PROLAM USP DEBATE, seja como proponentes de temas e nomes, seja como moderadores, expositores, divulgadores ou espectadores dos cinquenta encontros realizados. Entre elas a comunidade acadêmica latino-americanista em geral e especificamente docentes do PROLAM-USP e estudantes e egressos do Programa, como Alessandra Garcia Soares, Amanda Barrenengoa, Amanda Caroline Harumy Oliveira, Andrea Rosendo, Fabio Maldonado, Flavia Loss Araújo, Francisco Denes Pereira, Guilherme Câmara Meireles, Johidson Ferraz Oliveira, Jorge Cáceres Olave Junior, Judite Elaine dos Santos, Marco Piva, Nastasia Valentina Barceló Severgnini, Patricia Paixão, Pedro Silva Barros, Ricardo Abreu, Romy Martínez Garay, Vanessa Silva e Waldo Lao Fuentes Sanchez.

Gostaríamos de agradecer também todas e todos que ajudaram a viabilizar a segunda fase do projeto, ora expressa nos cinco ebooks desta série. Entre elas seus organizadores e especialmente Edições EACH, na pessoa de sua diretora, a Profa. Dra. Isabel Italiano, do curso de Têxtil e Moda da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP), parceira de todas as horas que muito gentilmente acolheu nossa proposta e tornou possível esta publicação.



Esperamos com esta série, publicada nos idiomas de origem de cada autora ou autor, contribuir para o aprofundamento do debate realizado sobre a realidade latino-americana no Brasil. Acreditamos tratar-se de iniciativa bastante oportuna - que vem somar-se a outras - no sentido de despertar, no público brasileiro, maior interesse sobre os principais traços que marcam o passado e o presente dos demais países da América Latina, em grande medida tão semelhantes aos do Brasil.

Nesta série busca-se promover tanto o debate sobre a conjuntura da região, por si só extremamente complexa e multifacetada, como a respeito das características históricas de sua formação desde o período colonial - que exercem influência sobre a América Latina até a atualidade – e também quanto aos inúmeros e variados desafios que se apresentam para nossas sociedades e governos, neste século XXI, no sentido da construção de países mais democráticos e mais justos.



Gustavo Menon

Wagner Iglecias

Júlio César Suzuki

CHILE DESPERTÓ: APROXIMACIONES PARA COMPRESIÓN DEL PROCESO SOCIOPOLÍTICO DE CHILE

Paola Cornejo Ortiz¹

*No hay gatillo que pueda espantar
la llama de un pueblo
que quema los miedos
y forja la unidad*
Marrichweu, verso 8 de Moral Distraída

En octubre de 2019, comenzaron en Chile una serie de movilizaciones sociales que transformaron el escenario político del país. Un “Estallido Social”, derivó en masivas manifestaciones en las calles y a lo largo del territorio, desde los que se activaron procesos de organización y de recuperación del poder popular. Se trata de un acontecimiento “inesperado” dicen algunos, mientras para otros se trata de una saludable expresión social de hastío ante las desigualdades soportadas en casi 40 años de neoliberalismo.

En este contexto, emergen nuevos procesos en el país y lo más relevante, un nuevo sujeto político que confronta a los bloques dominantes, con demandas por dignidad, la eliminación de abusos y un cambio constitucional que termine con la Carta Magna escrita en dictadura cívico militar por mandato de Augusto Pinochet, que rige en el país desde 1980 y que alberga estructuralmente, el modelo económico, social, subsidiario y de mercado que distribuye las desigualdades en la sociedad chilena.

Chile ha sido el ícono del neoliberalismo y territorio de regocijo para bolsas de valores, negocios mineros, forestales o pesqueros porque se permite hacer negocios sin necesidad de aportar ni siquiera cargas tributarias que se asemejen a los pisos de ganancias. El paraíso de la previsión social, la salud y la educación privatizada. La meca de los recursos naturales cedidos a privados como el agua a excusa de un aprovechamiento individual. La esperanza para cambiar estos escenarios es altísima, tanto como lo serán seguramente las resistencias de las élites para preservar sus

¹ Periodista, comunicadora e investigadora social. Ha investigado y reportado procesos políticos y sociales en Chile y Argentina con especial énfasis en identidades culturales. En el ámbito estatal ha colaborado en el diseño e implementación de acciones, programas y políticas públicas desde la presidencia de la República, Ministerio de Desarrollo Social y Ministerio de Minería.



granjerías. Por ello una América Latina atenta, que haga compañía a este proceso y no sólo lo observe, es de vital importancia.

La invitación en este artículo es a compartir elementos analíticos e históricos para comprender la sorpresa ante la repentina ebullición social y la reacción de un país que no está dispuesto a seguir viviendo la pesadilla de la explotación y que cantó en miles de voces que *Chile Despertó*.

Para iniciar esta comprensión es necesario remitirse al Chile de finales de los 80 y principio de los 90. Un conglomerado de partidos había conseguido hacerle frente institucionalmente a la dictadura encabezada por Augusto Pinochet forzando un plebiscito para definir su permanencia en el poder. Ya en el año 1990 y con un presidente nuevo electo, el país se preparaba para abandonar la dictadura y sus 17 años de censuras, torturas, desapariciones. Pero el régimen militar se caracterizó además por instalar, en medio del terror generalizado, un sistema económico ideado por un pequeño grupo de economistas que se formaron en la Universidad de Chicago en Estados Unidos. Conocidos como los Chicago Boys, este grupo donde estaban Rolf Luders, Sergio de Castro, Manuel Cruzat, Sergio de la Cuadra, Ernesto Silva, Cristián Larroulet, Miguel Kast, Joaquín Lavín, entre otros, plasmaría el sistema de libre mercado y sus nombres se repetirían a lo largo de los años. Joaquín Lavín, sin más, es hoy en 2021 candidato a la presidencia de una derecha que persiste para defender el legado de ese modelo económico que la democracia noventera no se atrevió a dejar atrás. *“La finalidad de dichas reformas era liberar al país del Estado socialista y, según los tecnócratas neoliberales, específicamente de un sistema de gobierno caracterizado por planificar los recursos centralmente”* (RUMIÉ, 2019).

El sistema de los discípulos de Milton Friedman y Friedrich Hayek, dio un giro hacia una economía abierta, caracterizado por una ola privatizadora de las empresas estatales y la reducción del gasto público. Se trató de un neoliberalismo a ultranza, que arremetió además progresivamente sobre áreas sociales sensibles como la vivienda, la educación, la salud y el sistema previsional chileno. El modelo económico desarrollado por los Chicago Boys está hoy fuertemente cuestionado. Los seguidores de este modelo entre los que se encuentra incluso el actual ministro de economía de Brasil, Paulo Guedes argumentan que se trata de un sistema que permite crecimiento



económico, baja inflación y estabilidad financiera, sin embargo, luego de las masivas protestas en todo el territorio de Chile, el modelo está refutado por la generación de una desigualdad estructural en las materias antes señaladas.

Pero volviendo a los 90, la urgencia de terminar con la dictadura de Pinochet, hizo que el relato político se concentrara en terminar con el miedo a los militares y tener esperanza en la recuperación de la democracia. La campaña del NO (CAMPAÑA DEL NO, 1988) es parte de los sucesos compartidos con emotividad porque logró construir una forma amable y épica para vencer la tragedia y la violencia de la dictadura de Pinochet, mediante el recurso de la alegría.

La recuperación de la democracia vino con una paradoja. Permitió que los que criticaron a Allende, se convirtieran en figuras centrales bajo el argumento que una figura de centro permitía “retomar” la senda democrática, tranquila y alejada de experimentos de revoluciones a la chilena. Así ganaba la gente. (CAMPAÑA AYLWIN, 1989); y por otra parte “pactar” el cambio de régimen político entre las élites moderadas. Una vez que la nueva coalición de centroizquierda la Concertación de Partidos por la Democracia accede al poder institucional, tiene el desafío de superar los autoritarismo que quedaron sedimentados, perfeccionar su poder de negociación con el régimen saliente y gobernar *a través* del modelo económico impuesto.

Con el modelo neoliberal en curso, procedió una artesanía fina con características locales, que introdujo algunos cambios para la administración del país. Los primeros cambios se orientaron a desplazar el poder desde una dimensión económica ortodoxa hacia un pragmatismo del Estado que no fue más que mantener las estructuras económicas del modelo Chicago con pequeñas variaciones. Por otra parte, se construye y legitima como un nuevo sujeto político, la elite económica empresarial del país (ARAUJO, 2017).

Araujo (2017) identifica algunos aspectos particulares sobre el neoliberalismo en Chile. Cabe mencionar el rediseño de las fronteras entre el mercado y el Estado, casi todo el sector productivo del país, se dirige a la exportación, primero al mercado internacional y posteriormente al de capitales. En segundo lugar, el mercado del trabajo se individualiza, ya que existe cada vez más flexibilización, competencia y una ruptura en la asociatividad colectiva. Luego, se reconfigura el acceso a los servicios



públicos, cada vez es más restringida la educación, la previsión social y la salud, en los que comienzan procesos de privatización. Y finalmente, el consumo como espíritu del modelo donde conseguir estatus, es sinónimo de adquisición de bienes materiales mediado por un fuerte acceso al crédito, por tanto al endeudamiento y éstos se convierten en los articuladores de las relaciones sociales y la vida personal.

Luego de un breve gobierno de tres años de “transición”, la invitación del mundo político fue a vivir “Nuevos Tiempos” (CAMPAÑA EDUARDO FREI, 1993). Los ejercicios propagandísticos, ocuparon la metáfora de un Chile que ya contaba con “cimientos y pilares” sin mencionar el techo y debía pasar a pensar en los “puentes del siglo 21, por el que todos los chilenos vamos a atravesar”. (CAMPAÑA EDUARDO FREI, 1993). Y vaya que se construyeron no sólo puentes. El sexenio del ingeniero civil, Eduardo Frei Ruiz Tagle que ganó con el 57,9% de los votos se caracterizó por introducir la participación del sector privado a un sistema de concesiones en las obras públicas del Estado. Puertos, carreteras, aeropuertos y las mega centrales hidroeléctricas Pangue y Ralco son hitos de un sexenio que afianzó el modelo neoliberal en el nuevo Chile. Por supuesto que después de recuperar la democracia e inaugurar los Nuevos Tiempos de grandes inversiones, llegó el momento de crecer, pero no de cualquier forma.

Fue el periodo en que las pocas compañías que quedaban en manos del Estado (aguas, puertos, electricidad) se pasaron al sector privado. En política exterior, la promoción de Chile como lugar para la integración comercial fue profusa y se concretó la Cooperación Económica de AsiaPacífico (APEC), el Tratado de Libre Comercio de América del Norte y el Mercado Común del Sur (MERCOSUR). Estas acciones profundizaron el modelo económico sentando bases muy difíciles de remover para las próximas décadas.

El año 2000, Ricardo Lagos, que había sido ministro de Educación con Aylwin y de Obras Públicas con Frei, prometió al pueblo chileno Crecer con Igualdad. (CAMPAÑA RICARDO LAGOS, 1999). De brazos abiertos, a media manga y con los colores de la bandera chilena de fondo, Lagos ofrece lo que sería años después, la promesa más reclamada, por incumplida y por el evidente avance del sector privado en terreno de derechos como la salud, el trabajo y la educación.



El crujir de los cimientos políticos de la Concertación para ese periodo se había hecho sentir en la proliferación de candidatos/as presidenciales que fueron una alerta de que algo no venía del todo bien en los periodos electorales de 1993, 2000 y 2005. Gladys Marín (CAMPAÑA GLADYS MARIN, 1999), Cristián Reitze y Tomás Hirsch, Manfred Max Neef, Sara Larraín y el sacerdote Pizarro, comenzaban a dibujar unas izquierdas más diversas que la Concertación, pero que no lograban desplegar la progresión de un proyecto político ni obtener el voto de las mayorías como el conglomerado.

Estos candidatos/as alternativos/as, demostraban que había un Chile excluido. Las organizaciones sociales que en los 80 habían hecho resistencia a la dictadura, de pronto no estaban en la escena política y la burocracia estatal no hacía ningún esfuerzo por fortalecerlas o incluirlas y el sistema de partidos era el protagonista de la supuesta representación. Un silencio social fue como algunos caracterizaron a la década de los 90. El país convivía con las cortapisas dejadas a la democracia en la Constitución del 80 que incluían la participación de los militares en algunas cuestiones de trascendencia para el Estado como en el Consejo de Seguridad Nacional (COSENA), la mantención de senadores designados que incluyeron incluso al mismo Pinochet y otros jefes más de las Fuerzas Armadas, y además la imposibilidad del presidente de nombrar a los oficiales en jefe de las ramas del ejército. El trauma de la dictadura, a través de estas estructuras presentes, también puede ser consideradas en el repliegue de las organizaciones sociales.

Lagos tuvo un sexenio marcado por algunas reformas entre ellas una a la Constitución sobre las cuestiones antes mencionadas, pero que fueron consideradas después como un mero maquillaje a la Carta Magna porque traía aparejado un mecanismo político denominado la “Democracia de los Acuerdos”. Se trataba de conversaciones y alianzas con la derecha económica y política que devino, otra vez, en la continuidad del “modelo” y los avances sólo pudieron apreciarse en formas culturales simbólicas para la sociedad chilena, como la ley de divorcio, ley de filiación, o de igualdad jurídica entre hombres y mujeres.

Para finales del periodo presidencial de Lagos, el desgaste de la Concertación era evidente, lo mismo que el *estado de malestar* de una ciudadanía desafectada de la



acción colectiva y sorprendida además por espectaculares casos de corrupción. Este escenario, obligó a la Concertación a re pensar su proyección. Diferenciar la frontera con la derecha se hizo cuesta arriba desde lo económico y el continuum del relato sólo podía venir desde lo potencialmente simbólico. La llave para la progresión de las izquierdas vino de la mano del ingreso de mujeres a la primera línea del poder político. Michelle Bachelet, ministra de Salud y Defensa en Chile en 2005 emergió como figura.

Con Bachelet en 2005, el relato se empezó a repoblar: no sólo podría ser la “primera mujer presidenta”, sino que además había sido la primera ministra de Defensa en Latinoamérica. Rodeada de generales permitía proyectar la preeminencia del poder civil sobre el militar en un Chile y también el poder civil mostraba concesiones: Bachelet, hija de un general de la aviación asesinado, estuvo junto a su madre detenida y fue torturada por los organismos de la represión militar. Las vueltas de la vida le llevaron a liderar la cartera de Defensa y a instalar un liderazgo “fememino” en un área históricamente para hombres. Eran señales de estabilidad y con la campaña “Estoy Contigo” selló su paso a la presidencia (CAMPAÑA MICHELLE BACHELET, 2005).

Antes, la candidata, había dado señales de que no sería sólo la opinión de los partidos políticos las que consideraría: “*Para las élites, escuchar es una señal de debilidad*” dijo en su programa de gobierno, marcando un contrapunto, abriendo las puertas al mundo independiente y de la paridad. Pero el mundo independiente al que convocaba Bachelet un universo no militante genérico era un cosmos sin rostros, sin agendas, sin demandas aparentemente visibles. La estrategia más bien, era acrecentar lo que se pudiera el voto extra partidario.

En 2006 Bachelet tuvo un bautizo de shock. El inicio del Plan de transporte conocido como *Transantiago* contenía graves fallas de diseño, que dejaron la postal de miles de santiaguin@s deambulando por las calles en búsqueda buses que les llevaran a sus destinos. El 53% de votación que se había transformado en un 60% de aprobación para la mandataria en los inicios del 2006, se desplomó a un 45% en junio de ese mismo año. El sistema de transporte, las movilizaciones estudiantiles y una protesta de trabajadores luego, hicieron un cóctel difícil de tragar, pero que fraguó el carácter de la presidenta (DOCUMENTAL REVOLUCIÓN PINGÜINA, 2006).



Una de las fuerzas gravitantes para comprender los acontecimientos del último tiempo en Chile, se inicia durante el año 2006 con las manifestaciones estudiantiles. El Movimiento Pingüino (como se les denomina a los estudiantes secundarios) dio comienzo una serie de *tomas*² de colegios, reclamando por la falta de infraestructura apropiada y demandando también un rol más preponderante del Estado en la educación. La privatización de la educación evidenciaba las enormes brechas entre el sistema privado, el subvencionado y el público que funcionaba en esos tiempos.

A nivel partidario en la Concertación se empezó a delinear diferencias de enfoque y prioridades en el bloque gobernante, cuando Bachelet firmó el proyecto de Ley (2007) para sustituir la cuestionada Ley Orgánica Constitucional de Educación (LOCE), una de las demandas estudiantiles. El sector educación se había transformado en el alero económico de varios integrantes de la Concertación dedicados a tener colegios o participación en las universidades. Bachelet avisó en esa respuesta al mundo estudiantil que pedía fin al lucro, una oportunidad para reconectar con la identidad de la izquierda, la instalación de una agenda de derechos sociales y un rol de lo público, pero su mirada no fue compartida por todo el bloque.

El movimiento estudiantil secundario y universitario, permitió una mayor visibilización de demandas para generar cambios profundos al sistema social e institucional de Chile y de otras organizaciones como los comités de vivienda o las organizaciones medioambientales con fuertes presencias territoriales como No a Pascua Lama (Huasco 2005) ó Chao Pescaó (Punta de Choros 2007).

Las políticas sociales del primer gobierno de Bachelet, rompieron algunos de los esquemas tradicionales de funcionamiento, demostrando que sí se podía ampliar beneficios y atender a los sectores más desprotegidos de la población. *¡Los ciudadanos me eligieron para sacar adelante un programa de gobierno moderno, ambicioso y de gran impacto social!* dijo en su mensaje a la nación de 2007 (BACHELET, 2007), mostrando decisión por llevar adelante políticas que sintieran la ciudadanía, pero su discurso se constituyó como una afrenta a los partidos y a la élite económica de su propia coalición, enquistada con ideas conservadoras en el bloque.

² “Toma” de un lugar, institución o establecimiento dejando a los encargados o autoridades sin poder disponer él.



Bachelet consiguió algunos avances: un Sistema de Protección Integral de la Infancia “Chile Crece Contigo”, la Reforma al Sistema de Pensiones con una pensión básica solidaria, la inclusión de patologías del Plan AUGE (de salud) que fueron una sacudida de recursos al árbol del desarrollo chileno, empeñado más en el cuidado de la macroeconomía que de extender riquezas al sistema social. La alta aprobación al finalizar su primer gobierno tuvo el sinsabor de no haber avanzado lo suficiente, no contar con recambio generacional y perder el gobierno.

A nivel latinoamericano el ABC (Argentina, Brasil, Chile), confluyeron en la aplicación de medidas económicas más bien ortodoxas, que contrapesaron el desbalance económico para la ciudadanía, con sendas agendas valóricas en materia de género, diversidad sexual, aborto y la réplica casi exacta de modelos de políticas públicas basados en recetas de organismos internacionales como la CEPAL, PNUD o la FAO (Conectar Igualdad, Yo elijo mi pc, Programa Un Computador por Aluno, educación). Han sido las izquierdas, no sólo en Chile sino también en América Latina, las que han administrado este modelo neoliberal y en donde la herida, hoy abierta por el Covid, es resultado de esas administraciones y es algo de lo que hay que hacerse cargo, por la gente que nos consideramos de izquierda y donde vemos que los modelos de nuestros países tuvieron tímidos avances sociales. Las políticas públicas/sociales fueron replicadas casi iguales en países como Argentina, Uruguay, Chile y Brasil ahora lastimosamente Brasil. Aquello que se mostró como un avance, es necesario cuestionarlo más allá de la evidencia que nos impone una pandemia porque fueron no sólo tímidas sino regresivas de derechos sociales para la gente.

Siguiendo, con la llegada de Piñera y la derecha económica al gobierno, evidenciaron que no existía tanta diferencia con la Concertación. Un gabinete empresarial, un ciclo económico en alza y algunos aciertos en político social como la eliminación del cobro del 7 % de cotización para jubilados, el postnatal de 6 meses o la ley de Unión Civil, fueron el tiro de gracia a una Concertación traumatizada y fuera del gobierno.

El movimiento estudiantil una vez más traería el baño de realidad ahora para la colación de Sebastián Piñera. En palabras de Fleet el movimiento estudiantil develó una crisis que “se corresponde con la ampliación y diferenciación de los grupos



constitutivos de la nueva clase media (incluyendo la masificación de estudiantes, profesionales e intelectuales en general) en el contexto de las transformaciones de la estructura social en Chile en los últimos treinta años”. (FLEET, 2011). Este movimiento, que se mantuvo por varios meses, rebasa las demandas estudiantiles una vez más y se extiende hacia otras temáticas y sectores como la salud, los recursos estratégicos (el cobre), reforma al sistema electoral y, muy importante, la solicitud del cambio de Constitución. También surgen demandas territoriales como el Segundo Puntarenazo (Región de Magallanes 2011), No a la Minera Dominga (La Higuera 2013), Este Polvo te Mata (Antofagasta 2015).

La ausencia de participación o representación de la Concertación y sus partidos políticos en los movimientos sociales de bases, (juntas de vecinos, colectivos o los movimientos de vivienda por ejemplo) hacían más difícil hacer una oposición coordinada al primer gobierno de Sebastián Piñera y los avances en las materias que se demandaban se deben casi exclusivamente a la fuerza que mostró el mundo estudiantil. Posteriormente habría una decisión manifiesta de los líderes de ese movimiento de cruzar a la vereda de la política institucional y participar en los procesos electorales. Giorgio Jackson, Gabriel Boric, Camila Vallejo, ex líderes estudiantiles, son hoy diputados.³

Para el año 2013 se fundó la Nueva Mayoría, los mismos partidos que recuperaron la democracia pero que incluían ahora al Partido Comunista (PC). Fue el momento para medidas o proyectos más estructurales: Reforma al Sistema Binominal, Reforma Tributaria y Nueva Constitución fueron los 3 pilares del programa Bachelet 2.0 que prometía hacerse con ideas y gente nueva.

Pero la osadía de tocar las estructuras (comprendidas como la Constitución y el modelo económico) tuvieron un altísimo precio para Bachelet. Sí se puede afirmar que sembró la idea real de cambiar la Constitución pero el bucle con Sebastián Piñera el 2018, puede inscribirse como una de las más impresionantes e históricas bromas del destino.

La revuelta social de octubre de 2019, fue iniciada por estudiantes secundarios, que se manifestaron ante abusivas alzas del transporte. Como una hoguera que hasta

³ Gabriel Boric sería electo presidente de la República de Chile en 19 de diciembre de 2021.



ahora no se apaga, motivó a millones de personas para pedir el fin a los abusos, fin al saqueo de los recursos naturales, pensiones dignas, derecho a la salud y la educación. La condensación y acumulación de demandas que nacieron en 2005, 2006, 2007, 2011, 2013 y 2015 tuvieron su punto cúlmine en el estallido social.

La sostenibilidad de la protesta, fue crucial para que la institucionalidad (poder ejecutivo, legislativo y judicial) entendieran que la sociedad chilena demandaba un cambio de enfoque en el rumbo del desarrollo social, económico y cultural. Para noviembre del 2019, las protestas se acrecentaron y el parlamento y algunos partidos políticos firmaron el Acuerdo Por la Paz Social y la Nueva Constitución. Esta salida “institucional” al estallido, implicaba un Plebiscito con la consulta de si se quiere una nueva Constitución y la decisión sobre el tipo de órgano que debiera redactarla.

Este *momentum* político social que encuentra una expresión en lo institucional, no se agota en el acuerdo y ello lo demostró la masiva proliferación de colectivos y organizaciones territoriales que se activaron para superar al sistema de partidos como fuerza hegemónica en el naciente proceso constituyente. El movimiento 8M, la Lista del Pueblo, UKAMAU, Movimiento NO más AFP, la Central Unitaria de Trabajadores (CUT), más las organizaciones territoriales como MODATIMA; emergieron como una fuerza política más representativa.

Otra característica del estallido social, fue liderada por el Colectivo Las Tesis. Concentrando a las mujeres como ícono de la desigualdad, la violencia estatal y patriarcal, la performance de “Un violador en tu camino”, aportó una visibilización mundial de la protesta, de la denuncia y sin duda mucha organización colectiva por los esfuerzos de coordinación que implicaba la realización de la performance en varios puntos del país. El trabajo Las Tesis aportó al movimiento social de Chile organización y la experiencia del colectivo en el “cuerpo social” de la comunidad. (PERFORMANCE COLECTIVO LAS TESIS, 2019).

Pero si bien el acuerdo por una Nueva Constitución condujo a un momento de calma social, no permitió que los sectores políticos partidistas “capitalizaran” los beneficios de éste, porque las protestas partían de la premisa de que “no eran 30 pesos sino 30 años” (de malestar social) y ello abarcaba a todo el espectro partidista vigente.



El pasado 15 y 16 de mayo de 2021, se eligieron a los 155 constituyentes que tendrán la misión de redactar la nueva Constitución de Chile. Se trata de un momento importante donde las ideas refundacionales afloran en la mayoría de los grupos electos, menos en los constituyentes de derecha (que representan apenas al 20% de los integrantes) que sólo buscan mantener los principios de la Constitución del 80.

La Convención Constituyente es la primera instancia en ese país compuesta por un grupo paritario y con la inclusión de los pueblos originarios, por tanto se espera un amplio debate sobre derechos sociales, recursos estratégicos y el modelo de desarrollo que Chile debiera impulsar durante las próximas décadas. Al menos en esas materias hay cierta coincidencia entre la mayoría de quienes resultaron electos con más o menos matices.

La composición del organismo es algo que mantiene las expectativas altas en lo que podría ser el debate profundo de cambio constitucional puesto que ningún partido o bloque político obtuvo una mayoría. Destaca por cierto la Lista del Pueblo, una agrupación de independientes que nació al calor de las protestas en el Estallido Social de octubre del 2019 y que está cobrando protagonismo en la escena política y el mundo indígena, que integra el pueblo mapuche, históricamente agredido por el Estado y que ahora tendrá voz y voto en la Convención

En palabras de Palma (RADIO CHILE, 2021) el modelo de desarrollo chileno está agotado. En casi todos los aspectos de la vida nacional, el orden actual económico, social, cultural se encuentra en una fase de fin de ciclo. Queda como una incógnita y como esperanza que el pueblo de Chile logre encontrar las claves de una nueva sociedad, desafiada por el cambio político, el cambio tecnológico pero principalmente por la demanda de dignidad e igualdad entre todos y todas la que generamos riqueza para nuestras naciones.

REFERENCIAS

ALCÁNTARA, Manuel; FREIDENBERG, Flavia. **Los partidos políticos en América Latina.** *América Latina Hoy*, 2001, 27, pp. 17-35.

ARRATE, Jorge; ROJAS, Eduardo. **Memoria de la izquierda chilena.** Santiago: Editorial Javier Vergara, 2003.



ARRUÉ, Michèle **El movimiento estudiantil en Chile (2011-2012): Una lucha contra la discriminación**, *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, 8 febrero 2013. Disponible en: <<https://journals.openedition.org/alhim/4388>> Acceso: 19 junio 2021.

BACHELET, Michelle. **Programa de Gobierno 2006-2010**, Biblioteca del Congreso Nacional de Chile: Valparaíso, 2005. Disponible en: <https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=documentos/10221.1/13433/1/2005_programa-MB.pdf> Acceso en: 19 de junio 2021

CENTRO DE ESTUDIOS PÚBLICOS, **Comisión de Reforma del Estado**. Santiago: CEP, 2000.

DÍAZ, José; LÜDERS, Rolf; WAGNER, Gert. **La República en cifras: Chile 1810-2000**. Manuscrito, Instituto de Economía, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2003.

DONOSO, Patricio; RAMOS, Paulina; RIQUELME, Paulina. **Mecanismos Alternativos para el Financiamiento de los Partidos Políticos en Reforma de Estado. Volumen I**, Santiago: CEP, 2000.

FLEET, Nicolas. **Movimiento estudiantil y transformaciones sociales en Chile: una perspectiva sociológica**, *Polis*, 2011, 30. Disponible en: <<http://journals.openedition.org/polis/2152>> Acceso en: 20 junio 2021.

GARRETÓN, Manuel Antonio. **Cultura, autoritarismo y redemocratización en Chile**. México, D.F., Fondo de Cultura Económica, 1993, pp.223-234.

INSUNZA, Javier; GINER, María; QUIROGA, Pamela; SÁEZ, Isadora. **Movimientos Populares, siglos XIX-XX. Politización popular en Chile contemporáneo: organización y discurso de la oposición política popular a la dictadura de Pinochet**. Santiago: Universidad de Chile, 2005.

LARRAÍN, Felipe; VERGARA, Rodrigo (ed.). **La Transformación Económica de Chile**. Santiago: Centro de Estudios Públicos, 2000.

MUJICA, Rodrigo. **“La modernización agrícola entre 1974 y 1987”**. En Wisecarver, D. (ed.): **El modelo económico chileno**. Santiago: CINDE (Instituto de Economía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 1992.



PALMA, José Gabriel. **“Desde el momento en que se firme el TPP se tendrá que pagar compensación por todo”**. 13 de enero de 2021. Disponible en: <<https://radio.uchile.cl/2021/01/13/josegabrielpalmadesdeelmomentoenquesefirmeehtppsetendraquepagarcompensacionportodo/>> Acceso en: 20 de junio 2021.

RAMOS, Joseph; ACERO, Carlos. **“El seguro de desempleo”**, Larrañaga, O.; Contreras, D. (ed.) Las nuevas políticas de protección social. PNUD: Santiago, 2010.

ROJAS, Patricio. **Políticas Monetaria y Cambiaria en Chile durante los noventa**, *Estudios Públicos*, 2000, 78, pp. 101-135.

RUMIÉ, Sebastián Andrés. **Chicago Boys en Chile: neoliberalismo, saber experto y el auge de una nueva tecnocracia**. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, 2019, 64(235), 9, pp. 139-164. Disponible en: <<https://doi.org/10.22201/fcpys.2448492xe.2019.235.61782>> Accedido en: 20 junio 2021.

WAINER, Andrés; BELLONI, Paula. **¿Hacia dónde va América Latina? El desarrollo desigual en la periferia globalizada**, *Cuadernos de Economía*, 2016, 35(69), pp. 555-581.

Internet

Campaña del NO, 1988.

<https://www.youtube.com/watch?v=IFAMpWOhPNY&ab_channel=RodrigoRiquelmeBarros>

Campaña, Patricio Aylwin, 1990.

<https://www.youtube.com/watch?v=q_HhuMOqBqE&ab_channel=FundacionAylwin>

Campaña Eduardo Frei, 1993

<https://www.youtube.com/watch?v=IsDpDOP8xkA&ab_channel=Difamadores>

Campaña Ricardo Lagos, 1999

<https://www.youtube.com/watch?v=FZLBIACHUDo&ab_channel=LuisPlazaLuna>

Campaña Gladys Marín, 1999

<https://www.youtube.com/watch?v=pV6mQb7cmyY&ab_channel=JavierRiveros>

Campaña Michelle Bachelet, 2005

<https://www.youtube.com/watch?v=eAZuAHEvDV4&ab_channel=magimaster2007>

Documental Revolución Pingüina 2006

<https://www.youtube.com/watch?v=wFAuRDW4pMc&ab_channel=JavieraRamos>

Performance colectivo Las Tesis "Un violador en tu camino" 2019

<https://www.youtube.com/watch?v=aB7r6hdo3W4&ab_channel=JavieraRamosJavieraRamos>

Colectivo Las Tesis, Around the World

<https://www.youtube.com/watch?v=V27md_1h2FA&ab_channel=ColectivoRegistroCallejeroColectivoRegistroCallejero>



LAS CLAVES PARA ENTENDER EL INCREÍBLE PROCESO ELECTORAL EN PERÚ

Alejandra Dinegro Martínez⁴

Perú celebró el pasado 28 de julio, doscientos años de independencia, su bicentenario. La declaración de la Independencia es uno de los hechos más importantes en la historia del país, así como de gran parte de Sudamérica. La separación del yugo español se logró tras un largo y sangriento proceso emancipatorio, iniciado por las primeras rebeliones de líderes indígenas y criollos como Túpac Amaru II y Micaela Bastidas en la ciudad del Cusco.

Así mismo, cada 28 de julio tiene lugar la toma de posesión presidencial que se produce cada cinco años de manera ordinaria, salvo que se produzcan hechos y circunstancias excepcionales. Y en efecto, la vorágine de acontecimientos en Perú configuró un escenario complejo y convulso que amerita una explicación de asuntos estructurales a fin de entender lo sucedido y de marcar algunas pautas para futuros escenarios.

En ese sentido, este artículo intenta explicar cómo en el Perú se llegó a un estado de crisis generalizada e inestabilidad que coincide con las elecciones del Bicentenario, la pandemia de la Covid-19, las elecciones generales del 2021 y cómo se desarrollan los hechos ante un escenario de cambio o continuidad, expresadas en una campaña electoral atípica.

Los orígenes de la crisis actual

En los últimos cinco años el Perú ha tenido cuatro presidentes: el primero de ellos, renunció en el año 2018 (Pedro Pablo Kuczynski) luego de acusarlo de corrupción y sobornos; el segundo (Martín Vizcarra) fue vacado irregularmente por 105 congresistas que lo acusaron de “incapacidad moral permanente” en el año 2020; el tercero (Manuel Merino) solo duró siete días y tuvo que dimitir debido a una gran

⁴ Socióloga de la Universidad Mayor de San Marcos, egresada de la Maestría en Política Social, investigadora laboral, analista política y columnista.



movilización social que costó la vida a dos jóvenes, en noviembre de 2020, y el entonces presidente encargado (Francisco Sagasti) que entregó el cargo el 27 de julio de 2021.

La actual crisis del Perú es el resultado de un largo y complejo proceso que se ha agudizado en los últimos tres años. Esta crisis es una crisis de régimen⁵ que ha atravesado por varias etapas y que podría terminar abriendo la puerta a ciertos cambios estructurales.

Desde la investigación Lava Jato en América del Sur que implicó a la firma brasileña Odebrecht en numerosos sobornos a presidentes y funcionarios influyentes en muchos gobiernos latinoamericanos, incluidos Brasil y Perú, las clases políticas tradicionales de ambos países han sido expuestas ante la opinión pública. Lo que estalló en 2016 como un escándalo político puso en tela de juicio el orden institucional y las reglas del juego establecidas por el Estado peruano.

El caso Lava Jato en la situación política peruana trajo como estela en los últimos tres años tres juicios políticos, entre ellos la investigación de tres ex presidentes, el suicidio de un expresidente, así como las investigaciones de dos ex alcaldes de Lima, y decenas de funcionarios de diversas agencias gubernamentales bajo investigación y arresto domiciliario. Esto explica en parte un cierto sentimiento de abandono entre la clase política que comenzó a sentirse acorralada por el sistema de justicia y socialmente condenada, pero que ante la ausencia de instituciones normativas y representativas continuó en sus viejas prácticas de clientelismo, corrupción y abuso de poder.

Todos los ex presidentes que se turnaron el poder desde 1992, resultaron involucrados en graves delitos de corrupción y junto con ellos, los poderes del Estado estuvieron involucrados con mafias, sobornos y escándalos de corrupción. Se abrió así una profunda crisis, que produjo la renuncia de Pedro Pablo Kuczynski y que produjo el ascenso de su vicepresidente, Martín Vizcarra. Una etapa de la crisis de régimen que se entendió en los términos de apostar por salvar temporalmente la débil gobernabilidad del Perú.

⁵ DAMMERT, M. Desafíos Históricos del Perú Bicentenario: capítulo adicional: Perú 2021: crisis de régimen: pueblo-patria y la república de ciudadanos. Lima: Industrias Gráficas Velzet, 2017, 2021.



A Martín Vizcarra le corresponde enfrentar la pandemia de la Covid-19 y lo hace en circunstancias en las que carecía de un partido político y de una bancada congresal que pudiera facilitarle ciertas acciones, diálogos y generación de consensos. Su gobierno se caracterizó por mantener el establishment, la misma política económica neoliberal y a su vez enfrentaba a una sociedad duramente agrietada por las desigualdades y carencias que recrudecieron con la pandemia. Un gobierno débil fue presa fácil de viejos grupos y de políticos tradicionales que, desde el Congreso, impulsaron un golpe legislativo.

Es así que el 9 de noviembre del 2020, el Congreso de la República decide vacar al ex presidente Vizcarra por “incapacidad moral permanente”, con 105 votos a favor (de 130 congresistas). Un hecho que fue liderado por el propio presidente del Congreso, Manuel Merino, que, de acuerdo a la reglamentación peruana, es quien estaba en la línea de ascensión al poder, luego de producida la vacancia.

Es importante mencionar que, de los 130 congresistas, 68 tienen investigaciones pendientes en el sistema judicial peruano por delitos como malversación, abuso de autoridad, coacción laboral, lavado de activos, usurpación agravada, resistencia a la autoridad y fraude entre otros; y este es un punto clave porque muestra la enorme crisis de representación y de institución de los partidos que componen el Poder Legislativo.

Manuel Merino, luego de auto-proclamarse Presidente de la República, asume dicha función, aplaudido por una coalición de partidos y políticos de derecha tradicional y emergentes, que en todo momento rechazó e ignoró el descontento nacional: un 72% por de la población rechazaba la actuación del Congreso de la República, según la encuestadora Ipsos.

Es así como Manuel Merino acaba siendo, en este proceso, la expresión de un problema estructural cuyos síntomas son la corrupción política y como consecuencia, el deterioro constante de la relación entre políticos y ciudadanía.

Las protestas no se hicieron esperar, ante esta usurpación de poder, y tras 7 días de protestas consecutivas, Manuel Merino renuncia al cargo unos cuantos días después de producirse la muerte de dos jóvenes, de 22 y 24 años, asesinados en las protestas de Lima. Posteriormente se supo, a través de la Defensoría del Pueblo quien



determinó que ambas muertes, fueron causadas por proyectiles disparados contra sus rostros y cuerpos por la Policía Nacional del Perú. Además, más de una decena de personas fueron detenidas y 17 personas resultaron heridas por el uso de gases lacrimógenos, perdigones o el uso desmedido de la fuerza. Las redes sociales denunciaron detenciones arbitrarias, desapariciones y otras violaciones de derechos humanos.

Mientras tanto, luego de una dificultosa negociación en el Congreso de la República, se designó como presidente transitorio a Francisco Sagasti: un congresista de centro derecha que asume funciones con un discurso conciliador y emotivo.

Esta crisis política refleja un problema estructural donde la corrupción, la desigualdad social y la constante violación de los derechos civiles por parte de diversos grupos de poder terminaron capturando al Estado para la preservación de un modelo económico neoliberal, primario exportador, flexibilizador en materia de derechos laborales y con partidos políticos que manifestaron una grave falta de representación y con serias omisiones hacia las demandas históricas de comunidades indígenas campesinas, agricultores, microempresarios nacionales, docentes rurales, trabajadores, mujeres, jóvenes y colectividades diversas.



El movimiento social y las protestas ciudadanas

Existe en el Perú una larga historia de manifestaciones populares (la Marcha de los Cuatro Suyos, el “Baguazo”, la Ley del “Pulpin”, la “Repartija” y el cierre del Congreso) que han servido para impulsar reformas en favor de una nación más justa e inclusiva. La asunción ilegítima al poder por parte de Manuel Merino -junto a su gabinete de facto- terminó siendo una nueva invitación a movilizarse, pero además para abrir una ventana de cambios que se expresaba en la candidatura de Pedro Castillo y en su momento, por la también candidata de izquierda moderada, Verónica Mendoza.

La autoproclamación de Manuel Merino, terminó por desencadenar una serie de protestas masivas en las principales ciudades del Perú. Se trataba de movimientos liderados por jóvenes y otros ciudadanos, auto-organizados y espontáneos, que

salieron a las calles a manifestarse contra un gobierno ilegítimo. La ciudadanía heterogénea, conformada por diferentes clases sociales, de diferentes condiciones económicas, diferentes regiones geográficas y con diversas prácticas culturales, logró romper el mito del miedo a la calle y el apoliticismo generacional.

La existencia del poder popular, a pesar de apariciones irregulares o, mejor dicho, para exigir reivindicaciones concretas, se ha vuelto explícita. Existe y se expresa en una variedad de protestas que amplifican el nivel de activismo y participación de nuevas generaciones que basan su organización en las redes sociales de Facebook, Instagram y *Tik Tok*. Además de otras iniciativas como cacerolazos (golpes de ollas y sartenes) y la proyección de imágenes de protesta en edificios y paredes.

A su vez, hay nuevos actores sociales presentes en las manifestaciones que surgen fuera del espacio geográfico de la capital y cuya participación en la mesa de decisiones no es permanente. Me refiero a que líderes regionales, grupos comunitarios, indígenas, jóvenes y pobladores locales que vienen forjando sus liderazgos en sus lugares de nacimiento - y espacios institucionales donde hacen política- y que terminarán constituyendo un sujeto social que vislumbrará una representación que vaya más allá del elenco oficial de políticos. Es a estos actores a quienes no se les presta mucha atención pero que, sin embargo, pueden terminar asumiendo un rol importante en los próximos años⁶.

El malestar de la ciudadanía viene exigiendo cambios y no intercambios entre los actores políticos habituales que han provocado un colapso institucional y constitucional. Sobre esto se cierne la necesidad de la construcción de un proyecto nacional que los incluya a todos y que termine presentando legítimos representantes para llevar a cabo un nuevo pacto social basado en la más fuerte defensa de los derechos ciudadanos y los valores de igualdad y justicia.

⁶ DINEGRO, A. (2020). *The Peru Power Grab. New Politics*. Recuperado de <https://newpol.org/authors/alejandra-dinegro-martinez/>



Características de la campaña electoral: el factor Pedro Castillo

Mientras los grotescos grupos de derecha luchaban por convertirse en la fuerza política dominante ignorando el proceso electoral y discutiendo sobre el reparto de cargos gubernamentales, con jueces que los protegían, la ciudadanía continuó organizándose y movilizándose.

La convocatoria al proceso de Elecciones Generales para la elección del Presidente de la República, Vicepresidentes, Congresistas y representantes peruanos ante el Parlamento Andino fue anunciada para el 11 de abril del 2021. Y, en el caso de que ninguno de los candidatos a Presidente y Vicepresidentes de la República logre más de la mitad de los votos válidos, se procederá a una segunda vuelta entre los dos candidatos que hayan obtenido la mayor votación, para el día 6 de junio de 2021.

En la primera vuelta electoral participaron 23 partidos políticos, con diversos matices ideológicos y propuestas programáticas. Para este primer tramo se perfilaron como favoritos, además de Keiko Fujimori –la hija del ex presidente Alberto Fujimori, encarcelado por delitos de lesa humanidad- candidatos de derecha y centro-derecha como George Forsyth (renunció a su mandato como alcalde, exfutbolista), Jhony Lescano (ex congresista y candidato del partido que también acogía a Manuel Merino), Rafael López Aliaga (empresario con una agenda ultraconservadora de derecha), Hernando De Soto (tecnócrata de derecha) y Verónica Mendoza (candidata favorita de la izquierda).

Pedro Castillo –rondero, campesino, sindicalista y maestro rural de Cajamarca- mantuvo un perfil bajo en las encuestas de intención de voto. En algunas de ellas, ni figuraba y se encontraba en el rubro de "otros"⁷. Sin embargo, a menudo se dice en Perú que el candidato favorito nunca gana. En efecto, los resultados de la primera vuelta electoral colocaron al candidato de Castillo como el forastero que enfrentaría, en una segunda vuelta, a la candidata Keiko Fujimori. Pedro Castillo logró obtener el 19,09% de los votos válidos frente al 13,36% de los votos válidos de su competidora,

⁷ ORTIZ, S. George Forsyth lidera con 25% intención de voto para elecciones 2021, según IPSOS Perú. El Comercio, 28 de agosto de 2020. Recuperado de: <https://elcomercio.pe/politica/george-forsyth-lidera-con-25-intencion-de-voto-para-elecciones-de-2021-encuesta-ipsos-peru-daniel-urresti-keiko-fujimori - News/>



según los resultados oficiales de la ONPE (Oficina Nacional de Procesos Electorales del Perú).

Es importante mencionar que cuando Pedro Castillo gana la primera vuelta, fue en medio de una campaña desigual para las fuerzas de izquierda y progresistas. Hubo un ataque y acoso a la candidatura -objetivo equivocado- de Verónica Mendoza (la calificaron de radical, extremista y populista), ya que los principales medios no vieron el avance que venía obteniendo Castillo en el sur de Perú, con una propuesta política a la izquierda de la propia izquierda: Asamblea Constituyente para cambiar la Constitución Política, segunda reforma agraria, revisión y renegociación de leyes-contratos, libre entrada a las universidades y un nuevo régimen económico que priorice la producción nacional.

Es así que ambas candidaturas expresaban dos propuestas de país totalmente diferentes. Por un lado, la propuesta de Pedro Castillo es la de una agenda de izquierdas, de cambios, en el que la identidad del candidato agrupa las expectativas de varios sectores de la sociedad peruana, que durante años no han sido escuchados, incluidos y, por el contrario, han sido sectores muy afectados por la pandemia: campesinos, maestros rurales, comunidades andinas, indígenas, amazónicas, desempleados, agricultores, entre otros.

Y por el otro lado, para la derecha más conservadora y neoliberal, la agenda era básicamente mantener el statu quo, sin mayor compromiso por promover cambios urgentes en aspectos centrales como la economía, la salud, educación, el trabajo y aspectos constitucionales. La candidata Fujimori aseguraría la continuidad del modelo primario exportador sin diversificación, flexibilización laboral, educación sin igualdad, negación de la existencia de comunidades campesinas e indígenas, violación de derechos humanos y desprecio por la libertad de expresión.

La vigilancia ciudadana no podría ejercerse ante un partido de tradición autoritaria, con vínculos con el narcotráfico, blanqueo de capitales, entre otros delitos que han sido investigados por el equipo especial de fiscales que dirige la investigación "Lava Jato": nombre con el que es conocido en Perú por casos de corrupción que involucran a diversas empresas acusadas de pagar sobornos a funcionarios públicos



para ganar licitaciones de obras públicas, empresas en las que se destaca la brasileña Odebrecht.

En medio de la campaña electoral fueron despedidos los periodistas que demostraron imparcialidad en el trato a ambos candidatos. Uno de los principales canales de televisión, les solicitó a sus periodistas que priorizaran la candidatura de Keiko Fujimori, sobre la del profesor Pedro Castillo. Lo que constituye un grave atentado a la libertad de información y expresión. Lo que, posteriormente fue denunciado por observadores internacionales, por la Asociación Nacional de Periodistas y las cartas de los propios trabajadores que decidieron hacer pública su disconformidad. La campaña fue perdiendo objetividad entre los principales medios y se polarizó ante los diversos intercambios entre candidatos.

La campaña de la segunda vuelta consistió en el millonario despliegue de enormes paneles (pantallas LED), en las principales avenidas de la capital. Lima amanecía y anocheía con mensajes en contra del peligro "comunista". Así calificaban la candidatura del profesor Pedro Castillo. Se agudizó una campaña basada en el miedo y la mentira difundida las 24 horas del día, bajo la presión mediática del equipo de la candidata Fujimori.

La estrategia de la derecha gozó del apoyo de los principales gremios del sector privado-empresarial, así como del financiamiento de aliados políticos (dueños de universidades, bancos, financistas, equipos de fútbol, etc.), también de artistas que utilizaron sus redes sociales, integrantes de la selección peruana de fútbol e incluso el premio Nobel, Mario Vargas Llosa, terminó incorporándose a la campaña (anteriormente se había opuesto a los Fujimori). La narrativa utilizada fue para convencer a su principal baluarte electoral, Lima, de no inclinarse hacia una "aventura" hacia el modelo "castro-chavista" de Castillo. Y para ello, Keiko Fujimori propuso afrontarlo con "mano dura".

El punto más alto de este segundo tramo de la campaña fue cuando intentaron vincular al candidato Castillo, con el grupo subversivo Sendero Luminoso y Movadef (grupo que busca amnistía para los presos de Sendero Luminoso). Una confusa masacre que ocurrió en la zona de la selva central, conocida como el Vraem, desencadenó la muerte de 16 personas (incluidos dos menores). Noticia que apareció



inmediatamente en los medios de comunicación como un “ataque terrorista”. Hasta el día de hoy, no hay perpetradores localizados y más bien, investigaciones de medios alternativos, rechazan la teoría que dio el propio gobierno peruano al afirmar que se trató de un atentado subversivo⁸. Más bien serían las acciones relacionadas con el narcotráfico las que dominan esta parte del territorio peruano.

Este lamentable hecho se utilizó políticamente para posicionar un mensaje: el terrorismo ha vuelto. Por un lado, Fujimori dio las garantías para enfrentar el terror y Pedro Castillo, el aliado de los subversivos, no. Estábamos en el momento más polarizado de la campaña electoral. Sin embargo, esta estrategia no penetró en el interior del país, lo que terminó dando un amplio apoyo electoral al candidato Castillo. La campaña de miedo y racismo expreso solo captó la atención de la audiencia en la capital.

Finalmente, producida las elecciones de segunda vuelta, los resultados oficiales dieron como ganador al candidato Pedro Castillo, con una diferencia de tan solo 44 mil votos frente a su competidora. Lo que debió culminar con el pronto reconocimiento del ganador, se convirtió más bien en un nuevo episodio de esta crisis estructural que culminó con una tardía proclamación del ganador y que más bien, durante un mes, se llevaron múltiples actos de impugnaciones de actas, desconocimiento del conteo oficial de votos y de llamamientos a desconocer el resultado electoral por un supuesto “fraude en mesa”. Hecho que hasta el día de hoy no ha podido probarse fehacientemente.

Llegados a este punto, es importante explicarle al lector extranjero que en el Perú siempre han existido grupos políticos de derecha ansiosos por convertir al gobierno en una herramienta de intereses privados. Y que en los últimos treinta años se han beneficiado de un modelo económico, político y cultural claramente neoliberal amparado por el principal obstáculo que impide que en el Perú se lleven a cabo ciertos cambios y reformas a favor de los intereses públicos: la Constitución de 1993.

Sin embargo, no podrían haberlo hecho solos, es decir, sin algunos entre la prensa que se encargaron de alimentar la narrativa que mencionamos

⁸ CASTILLA, O.; ZAPATA, R. Voces desde la masacre: Vizcatán del Ene vive en duelo, abandonado y acechado por el narcotráfico. Recuperado de <https://ojo-publico.com/2741/vizcatan-del-ene-en-duelo-y-acechado-por-el-narcotrafico>



anteriormente. Los medios de comunicación están vinculados a otros elementos que controlan los bancos, asociaciones empresariales, propietarios de clínicas, aseguradoras y universidades, y que también ha contribuido a este proceso. Este sector de la derecha tiene una mayor influencia en los medios de comunicación, con quienes gestionan la opinión pública, como las redes de expertos que habitualmente son oradores invitados en programas de radio y televisión que tienen una mayor capacidad de hacerse oír. Este grupo es el que deslegitima cualquier respuesta ciudadana y que predica, a nivel encíclico, la estigmatización de los sectores que se han venido movilizando en el Perú desde la década del 2000.

El gobierno de Pedro Castillo: los desafíos a enfrentar

Hasta aquí, la crisis de régimen entra a otra etapa. Pero que, de alguna otra forma, en su momento se evaluó que esta crisis podría terminar abriendo la puerta de ciertos cambios estructurales. Entonces, con los resultados electorales ya explicados, lo que está pendiente de saberse es qué tipo de puertas se han abierto y hacia qué cambios se estarían avanzando de cara a darle una salida democrática a esta crisis. ¿Será capaz, el gobierno de Pedro Castillo de darle cauce a la salida a esta crisis de régimen? O, por el contrario, ¿la salida podría venir por el lado más conservador del país? Y qué factores dependen en cualquiera de las dos interrogantes planteadas.

Con fecha 29 de julio, Pedro Castillo juramentaba en la región de Ayacucho a quien asumiría la Presidencia del Consejo de Ministros, el también congresista oficialista, Guido Bellido. Su designación no fue bien recibida por la oposición política, ni tampoco por un sector de la izquierda moderada.

Al día siguiente, juramentaban los ministros de estado, pero lo hacían ante la ausencia de las personas designadas para los ministerios de Economía y Justicia. Las presiones y críticas contra Castillo por la posible dirección que tomaría su gabinete no solo se dan en el ámbito financiero y por parte de sus adversarios políticos, sino incluso al interior de su propio partido.

Tanto el nuevo ministro de Economía como el de Justicia rechazaron la designación de Guido Bellido como Premier. De hecho, esta fue la razón por la que a



última hora dudaron de aceptar el cargo y se rehusaron a juramentar el jueves con el resto de ministros. Otra de las críticas se centra en que de los 16 ministros solo dos son mujeres.

A estas polémicas se suma la decisión del Presidente, de nombrar en cargos de alto rango a personas que no cuentan con la experiencia que requieren los cargos, que mantienen investigaciones o sanciones legales y administrativas que ponen en tela de juicio la idoneidad del manejo de dichos ministerios y a su vez, designaciones internas que –a través de investigaciones periodísticas- terminan por alimentar la campaña de desestabilización que vienen emprendiendo los opositores políticos.

Lastimosamente, el gobierno de Pedro Castillo viene sucediendo en medio de una nueva arremetida de los sectores de derecha que aliados de Keiko Fujimori, se niegan a aceptar los resultados electorales y ante lo cual han decidido desplegar diversas acciones desde el Congreso de la República para terminar de agobiar los primeros quince días de gobierno.

La representación congresal ha quedado determinada de la siguiente manera: el partido oficialista, Perú Libre (por el que postuló Pedro Castillo) se convierte en la primera minoría mayoritaria del Congreso, al conseguir 37 escaños, seguido de Fuerza Popular con 24 escaños, Acción Popular con 16 curules, Alianza para el Progreso con 15 congresistas, Renovación Popular con 13 representantes, Avanza País con 7 escaños, Juntos por el Perú (partido por el que postuló la también candidata de izquierda, Verónica Mendoza), con 5 representantes, Podemos Perú con 5 escaños, Somos Perú con 5 curules y finalmente, el Partido Morado con 3 congresistas.

Como se puede observar, nuevamente el Perú tendría un Congreso mucho más fragmentado y que sumando los votos de la oposición -ante un escenario de posible vacancia o interpelación de ministros- podría conseguir la cantidad necesaria de votos para tales fines. En el año 2016, la acción obstruccionista del Parlamento propició una gran protesta ciudadana que culminó en un cierre del Hemiciclo y la convocatoria a nuevas elecciones complementarias para el período 2020-2021. Las mismas que no resolvieron la crisis que hemos intentado definir en esta columna.

Uno de los aspectos importantes que vislumbra la campaña electoral en Perú es la conformación, articulación y participación de los diversos sectores sociales, políticos,



gremiales y partidarios que se han expresado en estas elecciones atípicas y que de alguna u otra forma coexisten en nuestro país. Que comparten el mismo territorio pero que no reconocen, necesariamente las mismas prácticas culturales como un factor de unidad e la diversidad. Estos sectores, de cara a los resultados electorales, ya no están en silencio, sino que han encontrado las personas y el espacio para expresarse. Y cuánto de estas expresiones pueden representar un verdadero avance o un retroceso, lo sabremos con los gestos y medidas que se implementen por el lado del Gobierno y por el lado de la oposición.

Algunos alcances al respecto. El nuevo Congreso 2021, inició funciones con una actitud nada conciliadora. En un contexto en el que apremia la necesidad de encontrar contingencias ante una posible tercera ola de la COVID-19 y a pocos días del voto de confianza al gabinete ministerial, ya se observan las tendencias que podrían marcar la dinámica de un período congresal que ha tenido pocos modales con el gobierno del profesor Pedro Castillo.

Por ejemplo, el primer Pleno del Congreso de este jueves 12 de agosto, culminó aprobando la creación de cuatro comisiones investigadoras. Dos de ellas son impulsadas desde el sector de derecha del Parlamento e implican directamente al accionar del presidente Pedro Castillo y su triunfo electoral: la Comisión para investigar los primeros días del Gobierno de Pedro Castillo y la Comisión para investigar supuestas irregularidades en las elecciones 2021. Sin duda, está última comisión resulta ser la más polémica de todas. Pese a que no se encontró ninguna irregularidad de por medio y pese a que diversos entes internacionales constataron el buen desarrollo de los comicios electorales. Ante ello, es importante esgrimir, como estos sectores sociales disputan la narrativa de los hechos, que va más allá de lo político, de las elecciones y que tiene que ver con todo este sentimiento de indignación, sumada a una crisis de representatividad que hay y que a su vez se carece de un liderazgo que pueda encausar la agenda ciudadana tan necesaria como contrapeso a lo que siguen defendiendo los sectores que expresan las propuestas de Hernando de Soto, Rafael López Aliaga y la propia Keiko Fujimori.

El Perú merece cumplir el sueño de la vida republicana sin calco ni copia, que logre mantener la unidad en la diversidad y en el inicio del desmantelamiento del



principal candado que impide que se lleven a cabo reformas urgentes para la gente: la Constitución de 1993. Lo que hay de fondo es la construcción de un proyecto de país que incluya a todos y que termine siendo impulsado por los legítimos representantes de esta construcción popular. Hay una altísima responsabilidad en los sectores progresistas del país por reconstruir un nuevo pacto social basado en la defensa férrea de los derechos ciudadanos y los valores de la igualdad y la justicia.

REFERENCIAS

CASTILLA, Óscar; ZAPATA, Ralph. **Voces desde la masacre: Vizcatán del Ene vive en duelo, abandonado y acechado por el narcotráfico**. Ojo Público, 26 de mayo de 2021. Disponible en: <<https://ojo-publico.com/2741/vizcatan-del-ene-en-duelo-y-acechado-por-el-narcotrafico>> Acceso en: 20 de julio de 2021.

DAMMERT, Manuel. Desafíos Históricos del Perú Bicentenario: capítulo adicional: **Perú 2021: crisis de régimen: pueblo-patria y la república de ciudadanos**. Lima: Industrias Gráficas Velzet, 2017, 2021.

DINEGRO, Alessandra. **The Peru Power Grab**. *New Politics*. 18 de noviembre de 2020. Disponible en: <<https://newpol.org/authors/alejandra-dinegro-martinez/>> Acceso en: 20 de julio de 2021.

ORTIZ, Sebastián. **George Forsyth lidera con 25% intención de voto para elecciones 2021, según IPSOS Perú**. El Comercio, 28 de agosto de 2020. Disponible en: <<https://elcomercio.pe/politica/george-forsyth-lidera-con-25-intencion-de-voto-para-elecciones-de-2021-encuesta-ipsos-peru-daniel-urresti-keiko-fujimori -News/>> Acceso en: 20 de julio de 2021.



COLÔMBIA, O TERMÔMETRO DA AMÉRICA LATINA⁹

Amanda Harumy Oliveira¹⁰

Introdução

A América Latina possui processos históricos comuns e compartilha tempos políticos similares. Seu processo colonial foi sedimentado em estruturas eurocêntricas partilhadas que perduram até a atualidade. Mariátegui definiu como “novo colonialismo” a realidade não linear de extensão do poder colonial na região. Mesmo após as independências e a formação dos novos Estados Nacionais, o poder colonial produz interferências políticas na região. Mariátegui se dedicou a compreender a complexa combinação de relações de dominação na região, onde o processo colonial foi fundado no eurocentrismo (DA SILVA, 2017). Dessa forma, o passado colonial da América Latina é a primeira raiz política comum da região.

Outro processo estrutural comum na região foram as diversas ditaduras militares impostas sob os países. Os golpes civis-militares na América Latina foram resultado da necessidade de subordinação da região ao sistema imperialista em uma conjuntura internacional de polarização ideológica. As ditaduras utilizaram da força para conter qualquer mobilização popular revolucionária que buscava desconstruir as estruturas de superexploração (HUR e LACERDA, 2017). Os golpes militares utilizaram as raízes históricas da violência do processo colonial para repetir atos de opressão na região. Dessa forma, é importante entender o processo de continuação de uma estrutura de poder baseada na violência, opressão e solidificação de uma elite. “Perseguições, prisões arbitrárias, tortura e assassinatos tornaram-se algo comum. Centenas de mortos e desaparecidos no Brasil, milhares no Chile, na Argentina, dezenas de milhares em El Salvador” (HUR e LACERDA, 2017).

⁹ Nota dos organizadores: este capítulo é parcialmente baseado em artigo anterior publicado pela autora, cujas referências seguem abaixo:

OLIVEIRA, Amanda H. “Após pacote neoliberal do presidente Iván Duque, colombianos convocam greve geral”. Brasil de Fato, 16 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/16/apos-pacote-neoliberal-do-presidente-ivan-duque-colombianos-convocam-greve-geral>. Acesso: 04 fev.2022.

¹⁰ Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP).



Mas não é só o passado colonial e as ditaduras militares que colocam a América Latina no mesmo tempo histórico e regional. Em 1998, a América Latina passou por um processo político comum chamado Onda Progressista Sul-americana (SANTOS, 2018). Em uma conjuntura de resposta social ao avanço das mazelas produzidas pela globalização e o neoliberalismo, a América do Sul avançou em construir políticas progressistas que buscam frear a tendência da barbárie na periferia do capitalismo contemporâneo (SANTOS, 2018). As mudanças políticas da região renegociaram a inserção mundial dos seus países até então excluídos. Importante destacar que a Onda Progressista não rompeu com o neoliberalismo nem com a subordinação estrutural, ou até mesmo um “novo colonialismo”, inclusive deu continuidade à estrutura mercantil da região perante o capitalismo mundial (SANTOS, 2018).

Existiram nuances dos projetos de esquerda na Onda Progressista da América Latina. Com a vitória de Hugo Chávez, a Venezuela se colocou como a proposta mais revolucionária, que buscou a ruptura com o capital. Entretanto, nem todos os países foram necessariamente para a esquerda. Nesse período, os governos progressistas articularam ajuste estrutural, aumento do crescimento econômico, financeirização de exportação primária e a capitalização dos pobres ao consumo importado. Vale lembrar que América Latina usufruiu de crescimento econômico das altas dos preços de commodities, o que facilitou políticas de erradicação da pobreza construindo uma pacificação social (SANTOS, 2018).

De fato, podemos verificar que a América Latina pode ser lida como uma região que possui as mesmas raízes históricas e vive um tempo regional, todavia é importante destacar a existência de exceções ou mesmo singularidades como caso da Colômbia. Nesse artigo iremos analisar a Colômbia como um termômetro da América Latina, um local onde se experimenta extremos da região e expõe as mazelas mais profundas da realidade periférica. Termômetro, pois é um país que registra altas temperaturas com seus extremos políticos como: violência de estado, militarização, neoliberalismo e terrorismo de Estado. Serve como um aparelho que marca numa folha de papel as variações termométricas de elementos que podem ser encontrados em outras realidades políticas da América Latina.



A Colômbia, que possui o mesmo histórico colonial dos demais países hispano-americanos, foi parte central do projeto de integração da Grã-Colômbia, propagada por Simón Bolívar.

É importante destacar que a Colômbia não fez parte da onda das ditaduras militares na América Latina da mesma forma como vimos nos países do Cone Sul. Na Colômbia ocorreu a frente nacional, entre 1958 a 1974, chamada de ditadura democrática das classes dominantes. No período, os dois partidos mais importantes, o conservador e o liberal, que eram representantes do poder hegemônico da sociedade construída em torno do Estado colombiano nesse mesmo momento, surge na Colômbia a experiência social das guerrilhas, mais precisamente em 1964 quando é fundada as para as Forças Armadas revolucionárias colombianas. A Colômbia também não participou da onda progressista da América Latina. Em toda sua história de democracia, nenhum projeto chegou ao Estado Nacional, ao contrário de outros países da América Latina, como Venezuela, Bolívia, Uruguai, Brasil, Argentina e Paraguai, a Colômbia nunca interrompeu os ciclos de elites no poder essa conjuntura estrutural da Elite no poder promoveu no país uma experiência excêntrica de neoliberalismo com extrema direita.

Apesar da importância da descrição da formação histórica da Colômbia, este artigo não tem como objetivo fazer uma análise detalhada da história colombiana, mas sim ilustrar os extremos de temperatura existente no país e pontuar as novas experiências democráticas de mobilização social como extremos sociais vividos pela Colômbia nos últimos anos 2019 e 2021.

Terrorismo de Estado na Colômbia: a máxima de violência na América Latina

Ao analisar a Colômbia como um instrumento que serve para medir a temperatura da região, o primeiro fator de máxima temperatura é o histórico de Estado terrorista e a violência de Estado contra os movimentos sociais. Em toda a América Latina há inúmeros casos de violência perpetuada pelo Estado, porém a Colômbia pode ser considerada um dos casos mais extremos. A história do país é marcada por períodos sangrentos, em que a violência se tornou uma realidade e um



fator constante de ataque à população. De 1948 a 1965, ocorreu o período denominado por historiadores como "*La Violencia*", onde o conflito entre liberais e conservadores resultou em inúmeras mortes (RAMOS, 2015). O fenômeno desse período de violência intensa na região ficou marcado em camadas profundas da sociedade. É como um drama coletivo que impactou a história política e social de toda a nação. Foi o momento em que o país militarizou suas relações com as mobilizações sociais e políticas, intensificando o conflito armado, massacres e o genocídio político.

Esse período está diretamente relacionado com o surgimento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Exército do Povo (FARC-EP), em 1964. Há décadas a Colômbia enfrenta um conflito civil entre guerrilhas - sendo as principais FARC e Exército de Libertação Nacional (ELN) - e o Estado. A violência de Estado está ligada a uma complexidade de atores da sociedade colombiana, à disputa pela terra e à perseguição a lideranças sociais, que também é um fato constante da história de violência do país.

Atualmente a Colômbia vivencia um novo período de violência extrema, pois ocorrem inúmeros massacres no país. O retorno da violência intensa na Colômbia se dá em um contexto pós Acordo de Paz e possui muitos fatores de complexidade. De fato, há uma disputa territorial, de poder e influência por trás dos massacres, que envolvem o Estado, máfias políticas, paramilitarismo, narcotráfico, guerrilha e grupos dissidentes da FARC. Mas os motivos dos massacres vão além de uma perspectiva de disputa geográfica e envolvem a conjuntura mais ampla da política colombiana. Há um grande debate sobre o verdadeiro pano de fundo por detrás dos massacres. A versão divulgada pelo governo de Iván Duque é que o aumento da violência é fruto do narcotráfico e da guerrilha. Esses tipos de análise fortalecem a narrativa de guerra às drogas e da necessidade de perseguição aos movimentos insurgentes para a garantia da segurança e da paz.

Todavia, a realidade é mais conjuntural do que a versão limitada apresentada pelo governo. Todos esses fatos permitem interpretar que as forças por trás dos massacres são originárias do paramilitarismo e da política de guerra. O paramilitarismo tem uma íntima relação com o Estado e com a política na Colômbia. Os massacres contribuem para um cenário de insegurança, o qual fortalece a narrativa de



necessidade de ação direta das forças de segurança estatais. Dessa forma, são o resultado de uma política de governo que descumpra o Acordo de Paz e implanta inúmeros retrocessos sociais no país. É importante lembrar o histórico dos falsos positivos na Colômbia, essa prática matou milhares de civis inocentes para elevar as estatísticas de mortes no conflito com as FARC. Essa ação era fruto de uma abordagem militar do conflito que fortaleceu a lógica de extermínio.

O que se passa na Colômbia é o casamento da violência da extrema direita com os ataques sociais do neoliberalismo. Em toda a América Latina, o discurso de necessidade de cortes orçamentários sobrepõe a valorização da vida. Em meio a tanto caos social, mais uma vez a Colômbia nos ensina formas de resistência e luta.

Retórica da guerra e o orçamento militar colombiano: a máxima do conflito na América Latina

A América do Sul não possui um histórico voluptuoso de conflitos armados na região, todavia não é correto caracterizar como um cenário pacífico. Há tensões regionais, principalmente relacionadas à segurança nacional, que levam aos Estados destinar significativos números ao gasto militar. Na década de 1990 o gasto militar na América do Sul foi de U\$S 17,7 bilhões, no fim da década 2000 já alcançava o valor de U\$S 23,9 bilhões. Em 2007 o valor foi de U\$S 32 bilhões. É importante interpretar a relevância desses números considerando o PIB, em 2002 os gastos militares no subcontinente representaram 2,1%. Os países que mais investem são: Chile, seguido de Colômbia, Equador, Brasil, Argentina, e Venezuela (PAGLIARI, FONTES, 2013).

A Colômbia possui números expressivos com gasto militar e se destaca na região como um dos maiores percentuais. “Em 2007, o gasto da sub-região foi de 1,6% do PIB, sendo que Equador, Chile e Colômbia tiveram os maiores percentuais, acima da média da região.” (PAGLIARI, FONTES, 2013). Considerando os gastos nacionais de outros países, a Colômbia é o segundo maior investidor em gastos militares. “Em 2006, o Brasil destinou 2,16% do seu orçamento para os gastos em defesa e 2,65%, em 2007. Os percentuais da Colômbia, neste quesito, foram de 7,45%, em 2006, e de 8,12%” (PAGLIARI, FONTES, 2013).



É preciso também realizar uma análise do caso colombiano além da simples comparação, é necessário relativizar os dados para obter a real dimensão dos investimentos em defesa. Ao comparar a capacidade econômica da Colômbia e suas especificidades nacionais fica visível que a Colômbia detém os maiores valores relativos no período, apresenta despesas em torno de 14% dos gastos da sub-região, segundo maior da América do Sul (PAGLIARI, FONTES, 2013).

Os gastos militares não possuem uma influência apenas orçamentária, refletem o alinhamento de transferência de armamento de um país ao outro, nesse caso dos EUA para a Colômbia. Em 2009, os governos da Colômbia e dos Estados Unidos assinaram o Acordo de cooperação e assistência técnica em defesa e segurança. Um dos acordos englobado na política de cooperação e defesa intensificada entre esses dois países. Esse alinhamento militar reflete um alinhamento político, o qual representa que a maior potência militar mundial enxerga a Colômbia como um aliado militar. Além dos duros debates regionais que suscitou, com tal decisão (CARVAJAL, 2011).

O governo de Álvaro Uribe intensificou a retórica da guerra e expandiu o conflito armado na região. Álvaro Uribe (2002-2006; 2006-2010) utilizou a aproximação com os EUA para financiar o conflito contra os grupos insurgentes, principalmente as FARC. O governo Uribe promoveu uma relação bilateral com os EUA, alinhamento Washington-Bogotá, dando continuidade a execução do Plano Colômbia que se iniciou na administração de Andrés Pastrana Arango (1998-2002) (CARVAJAL, 2011).

Em 2002, George W. Bush (2001-2005; 2005-2009) assinou o chamado "suplemento", documento preparado pelo Congresso dos EUA para financiar operações militares na Colômbia durante 2003. Esse documento foi convertido na lei 107-206, que garantiu o auxílio até então direcionado exclusivamente para políticas antidrogas, que a partir dessa assinatura também poderia ser usado no confronto dos grupos subversivo. Essa nova perspectiva sobre o direcionamento do financiamento militar dos EUA para a Colômbia facilitou que Uribe desse legitimidade a sua política democrática de defesa e segurança (PDSD), além disso permitiu que ele vinculasse drogas ilícitas ao terrorismo, bem como o problema interno da campanha



internacional antiterrorismo liderada pelos Estados Unidos após os ataques de 11 de setembro de 2001 (CARVAJAL, 2011).

A Colômbia possui um orçamento militar de destaque na região, porém suas demandas são específicas e justificadas pela presença do conflito armado há mais de cinco décadas. Seu conflito interno é o fator responsável pelos números expressivos de gasto militar, ou seja, o investimento é direcionado ao seu próprio conflito interno (PAGLIARI, FONTES, 2013). A preferência de compra inclui veículos como Urutu e Cascavel, bem como equipamentos para aumentar o controle do patrulheiro naval, como barcos patrulheiros e lanchas de ataque rápido. Mas o principal investimento tem sido em sua capacidade aérea, o que tem permitido um melhor monitoramento e em maiores áreas do país. As motivações que direcionam as compras colombianas são internas, sobretudo, na medida em que destina os seus gastos militares quase exclusivamente à luta contra os grupos insurgentes e as drogas (PAGLIARI, FONTES, 2013).

Os gastos militares são justificados por uma narrativa de guerra e se caracterizam por um alinhamento econômico e político aos EUA. A relação bilateral de política de segurança antiterrorista é o principal fator dos altos gastos em defesa do governo colombiano. Todavia as demandas dos movimentos insurgentes são relacionadas principalmente às desigualdades sociais, o movimento guerrilheiro emerge da demanda pela terra. Dessa forma, como um governo neoliberal, que defende o Estado mínimo enxerga nos gastos militares uma solução para o conflito?

Nas últimas décadas, a Colômbia experimentou associar neoliberalismo e gastos militares como estrutura fundamental de seu Estado. O ano de 2019 as condições sociais foram levado ao extremo com o anúncio de mais uma pacote neoliberal, além disso, as inúmeras evidências de terrorismo de Estado e intensificação do conflito proporcionaram um levante popular. Para ilustrar esse contexto serão analisados os gastos do governo no ano de 2019.

Em 2010, primeiro ano de governo de Juan Manuel Santos, o valor gasto foi de US\$ 8.853 milhões. Em 2016, ano da assinatura do Acordo Final de Paz, o gasto militar foi de US \$9.388 milhões. Em 2017, foi de US \$10.018 milhões, e, em 2018, foi de US \$10.303 milhões. Os números representam uma grande contradição ao serem



interpretados pelos fatores políticos, pois como é possível o aumento do gasto militar após o Acordo Final de Paz com as FARC? Esses dados intensificam as denúncias de que o governo de Ivan Duque, eleito em 2018 desrespeita o Processo de Paz e continua com a política de guerra contra os grupos insurgentes.

Neoliberalismo na Colômbia: a temperatura máxima do capitalismo na América Latina

É possível identificar a transição econômica da Colômbia para o neoliberalismo no governo do presidente Virgilio Barco (1986-1990), o projeto neoliberal se intensificou sob o governo do presidente Gaviria (1990-1994), com a política de abertura e internacionalização da economia. Os presidentes Uribe (2002-2010) e Santos (2010 - 2016) deram continuidade ao projeto neoliberal no âmbito da política econômica e social. Inclusive aprofundaram ao realizarem reformas e privatizações em empresas estratégicas como, por exemplo, Telecom, Ecopetrol e ISS. Na economia colombiana há uma reprimarização agressiva com base em uma política econômica voltada para a exploração mineira (carvão, gás, ouro, petróleo) e a agro exportação de produtos como cana-de-açúcar, soja e palma africana, com grandes investimentos de capitais de multinacionais e de setores intimamente ligados ao narcotráfico. (LÓPEZ, 2012)

A Colômbia encerrou o ano de 2019 com crescimento econômico de aproximadamente 3,2%, segundo dados da CEPAL¹¹, número relevante se comparado a outras economias da região, que enfrentam um desaceleramento do crescimento do PIB. Todavia, esses dados não camuflam a deterioração das condições sociais que o modelo neoliberal tem produzido na sociedade colombiana. Atualmente, a Colômbia é o segundo país mais desigual do continente, possui baixos índices educacionais, escasso acesso à saúde e enfrenta uma alta taxa de desemprego (10,2%) e trabalho informal (47%) (CEPAL, 2019).

¹¹ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Panorama Social da América Latina, 2019. Resumo executivo (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45090/1/S1900909_pt.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2021.



A desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini em 2019, aponta que no Brasil e na Colômbia os valores são superiores a 0,520 (CEPAL, 2019). Isso significa que são sociedades altamente desiguais. O valor zero representa a situação de igualdade onde todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) é o extremo oposto, onde uma só pessoa detém toda a riqueza (IPEA, 2004). O fato é que o avanço do neoliberalismo, proposto por Iván Duque, agrava o fator de origem do conflito: a desigualdade social e a luta pela terra. Não há como construir a paz na Colômbia sem alcançar a justiça social demandada pelos movimentos sociais e atores políticos.

A luta pela Paz na Colômbia: o elemento de fortalecimento da democracia na América Latina

Em 2021, a assinatura do “Acordo final para o fim do conflito e uma paz estável e duradoura”, firmado em Havana, comemora 5 anos. Essa data marcou o momento em que a sociedade colombiana, a FARC- EP e o governo nacional avançaram em direção à paz. O Acordo de Paz é um grande feito para o país, no entanto a sua implementação é determinante para a construção de uma paz duradoura. Com a eleição de Iván Duque em 2018, a vitalidade do acordo foi colocada em questão. O então candidato, afilhado político de Álvaro Uribe, construiu em sua campanha uma narrativa de paralisação do Acordo de Paz. Sua proposta de governo dava continuidade aos governos de Uribe, em que a resposta ao conflito social foi a intensificação da guerra.

O Acordo de Paz, assinado por Juan Manuel Santos e pelas FARC em 2016, teve como objetivo dar fim ao conflito que dura mais de 56 anos. Há indícios de descumprimento do Acordo de Paz por parte do atual governo, o que tende a fragilizar a vitalidade do cenário de pacificação. Desde a assinatura, a implementação das políticas acordadas foi precária. A falta de instrumentos jurídicos impede a materialização e avanço do acordo. Há acusações ainda mais graves de perseguições políticas a líderes camponeses e sociais, além da prisão de ex-guerrilheiros anistiados.

Os primeiros anos de gestão de Iván Duque comprovam sua narrativa de campanha: o Estado não promoveu o aprofundamento do acordo. Essa ineficiência em cumprir com as diretrizes determinadas na assinatura comprometem a capacidade



transformadora do pacto. A Colômbia possui o dever de intervir e desconstruir o cenário que alimenta a luta armada, dessa forma a justiça social é determinante para o sucesso do Acordo de Paz. Temas como a questão agrária, participação política, solução do problema das drogas ilícitas ou a realização dos direitos integrais das vítimas do conflito, são de grande importância para o avanço democrático da paz no país. Esses problemas expõem as contradições sociais da Colômbia e se faz necessário pensar em caminhos progressistas, que penetrem nas raízes das adversidades colombianas. Essas respostas devem ser construídas com a sociedade, para que seus benefícios sejam compartilhados de forma comum. O Acordo de Paz foi o primeiro passo de muitos necessários para a justiça social na Colômbia. Todavia, com Duque, o Estado avança como um desestimulador dos progressos sociais.

Movimentos sociais denunciam a violência do governo do presidente Ivan Duque contra grupos organizados da sociedade. Segundo eles, a militarização aumentou nas regiões de conflito e pelo menos 1090 defensores de direitos humanos foram mortos, e 250 ex-combatentes das FARC que estavam em processo de reintegração foram assassinados, de acordo com a Indepaz.¹² Os anos após o acordo são fundamentais para garantir o sucesso do fim do conflito armado. Hoje, a Colômbia corre o risco de dissipar o esforço político do Estado e dos movimentos sociais acumulados no processo de paz.

Esse contexto aumenta a expectativa sob os movimentos sociais e sua capacidade de estimular a sociedade. Nos últimos anos, mesmo em um momento de insegurança da atividade política, os movimentos sociais colombianos cresceram e aumentaram sua influência política. Os diálogos de paz, que ocorreram anteriormente ao acordo, ganharam força institucional quando Juan Manuel Santos, até então alinhado político ao discurso de guerra do ex-presidente Álvaro Uribe, ganhou a eleição e se posicionou a favor do processo de diálogos com as FARC. Porém, é importante destacar que esse posicionamento foi resultado também da pressão política das mobilizações sociais que já se articulavam sob o tema da paz, desde 2008.

12 INDEPAZ. Acuerdos e hechos de paz. Disponível em: <<http://www.indepaz.org.co/category/hechos-de-paz/>> Acesso em: 20 de junho de 2021.



Levantes Populares: a máxima da força popular na América Latina

Foi na convocatória da Marcha do Bicentenário, em 21 de julho de 2010 - comemoração da independência da Colômbia -, que se iniciou uma forte experiência de mobilização. Esse ato teve grande importância para a retomada da atuação dos movimentos sociais, que tinham atravessado um período de ausência de vias democráticas. O chamado uniu mais de 150 organizações sociais de diferentes temáticas: sindical, camponês, estudantil e popular. Essa mobilização foi um marco na história de mobilizações recentes da Colômbia, pois construiu uma rede de comunicação e articulação de inúmeras organizações sociais em torno da mesma pauta: autonomia territorial, cultural e defesa dos direitos humanos.

Os movimentos sociais se fortaleceram como protagonistas políticos nos diálogos de paz. Para a greve geral do dia 21 de novembro, contra o pacote neoliberal de Duque, os principais movimentos articulados são os camponeses, indígenas, professores, estudantes, comunidades afrocolombianas, mulheres, comunidade LGBTQIA+, aposentados, trabalhadores e sindicatos. Partidos políticos como A Lista de Decência, o Pólo Democrático Alternativo e a Aliança Verde, também anunciaram participação na paralisação. Isso expressa que o movimento é amplo e possui diversidade em suas pautas.



Levante popular de 2019

Logo após o Chile iniciar suas ondas de manifestação, a Colômbia também começou a experimentar fortes levantes populares. Os itens de defesa dos movimentos sociais é possível verificar que essas medidas neoliberais fazem parte de uma ampla política direcionada para a América Latina. Desde 1977 não ocorria uma greve nacional na Colômbia - fato que mudou em 2019. Após a convocação dos movimentos sociais para uma greve geral no dia 21 de novembro, uma agenda de reivindicações levou grande parte da população às ruas. As principais demandas eram contra a reforma trabalhista, contra a reforma de pensões, contra a exploração financeira, contra privatizações, contra a corrupção, contra a reforma tributária, por um salário mínimo digno e pelo cumprimento dos Acordos de Paz com as FARC e dos direitos humanos. Há

uma parcela da sociedade que questiona o sucesso da greve, com a justificativa de que a manifestação irá impulsionar a violência e o vandalismo.¹³

É possível acreditar que onde há uma grande desigualdade econômica, conflitos sociais e violência, cria-se um terreno fértil para um levante massivo e popular. A história recente da América Latina nos mostra que essas experiências são positivas às estruturas democráticas e que delas surgiram lideranças importantes para a transformação da região. Devemos lembrar também que os movimentos sociais colombianos possuem acúmulo político para resistir a mais um ataque do neoliberalismo e serão fortes atores na resistência política da América Latina.

Em 21 de novembro de 2019 se iniciou na Colômbia um importante ciclo de mobilizações sociais. O chamado de greve geral teve amplitude nacional e tinha como objetivo frear as novas medidas de austeridade propostas por Ivan Duque. Os movimentos sociais estão fortemente organizados e possuem uma pauta política específica: frear o golpe neoliberal liderado pelo atual presidente Iván Duque. O aprofundamento da agenda neoliberal recentemente imposta para a região foi o gatilho da mobilização. As principais demandas políticas definidas pelos movimentos sociais que organizaram a greve geral eram:

- Contra a reforma trabalhista, que atinge de forma estrutural as condições de trabalho, permitindo a maior flexibilização por meio de contratos por horas, redução do salário mínimo, implementação de um salário diferencial, com menor valor para jovens com menos de 25 anos, extinção dos direitos em caso de demissões e simplificação na demissão de trabalhadores;
- Contra a reforma das pensões, que tramita a possibilidade da eliminação da pensão como direito trabalhadores. Além disso, o governo busca converter a Colpensiones, atual administradora colombiana de pensões, em um fundo privado que permita o pagamento de pensões com valores abaixo do mínimo;

¹³ LAFM. ¿Qué sectores participarán en el paro nacional del 21 de noviembre? Disponível em: <<https://www.lafm.com.co/colombia/que-sectores-participaran-en-el-paro-nacional-del-21-de-noviembre>> Acesso em novembro de 2019.



- Contra a exploração financeira, que tenta eliminar o controle estatal direto sob o capital das empresas financeiras estatais, com isso também ocorreria um ataque direto às condições de trabalho dessas entidades;
- Contra a privatização. O governo especula privatizar a Ecopetrol, Cenit (filial de Ecopetrol transporte de hidrocarbonetos e a empresa de energia Interconexión Eléctrica S. A. (ISA), empresas de energia regionais e todas aquelas onde a participação do Estado é abaixo de 50%;
- Contra a corrupção que atinge a estrutura política colombiana. Os casos de corrupção mais citados no país são: Odebretch com o Caminho do Sol, Navelena, Carrossel da toga, Reficar, Fedegan e Universidade do Distrito;
- Contra a taxa nacional, que irá aumentar em 35% para os estratos 4.5 e 6 do país em benefício da Eletricaribe, empresa de serviço de distribuição e comercialização de energia elétrica na Costa Caribe;
- Contra a reforma tributária, que visa reduzir impostos sobre grandes corporações e multinacionais, ao mesmo tempo em que impõe novas taxas para a classe média e os trabalhadores;
- Por um salário mínimo que permita uma vida decente e o sustento familiar;
- Pelo o cumprimento dos acordos que o governo nacional firmou com os funcionários do estado e estudantes e dos compromissos com os agricultores e povos indígenas;
- Pela defesa do protesto social. Atualmente o governo desestimula e restringe atos e protestos sociais, além de criminalizar e estigmatizar lideranças e participantes de mobilizações¹⁴.

As manifestações foram grandes e populares, ocorreram de maneira festiva e os casos de vandalismos não as deslegitimam. O dia 21 de novembro de 2019 foi apenas o primeiro dia dos demais que ocorreram naquele mês. Grandes atos com

¹⁴ AGÊNCIA DE INFORMAÇÃO LABORAL. Disponível em: <<http://ail.ens.org.co/noticias/las-10-razones-del-paro-nacional-del-21-de-noviembre/>> Acesso em novembro de 2019.



panelaços mostraram a força e amplitude do levante popular colombiano. Não foram apenas manifestações desarticuladas e isoladas, mas verdadeiros levantes populares, massivos e com diversidades temáticas.

Todavia, em 2019, o terrorismo de Estado não oprimiu apenas as populações da região de conflito armado, mas todos os atores que se posicionaram contra o Estado. As manifestações foram marcadas por uma forte e desproporcional violência do Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD) contra a população que se manifestava.

No dia 26 de novembro de 2019, foi confirmada a morte do jovem de 18 anos Dilan Cruz, um estudante que foi atingido na cabeça por um projétil do Esmad durante uma marcha pacífica. Dilan se tornou um símbolo da resistência à violência de Estado e sua morte intensificou as manifestações. (WOLA, 2019) O Escritório de Assuntos Latino-Americanos de Washington (WOLA), grupo de acadêmicos e ativistas, reivindica que o Esmad seja substituído ou reformado, segundo as diretrizes de direitos humanos, respeitando protestos pacíficos com o uso mínimo da força.¹⁵

O pacote neoliberal anunciado pelo governo evidencia que as questões centrais do contexto social e político estão sendo esquecidas em nome das medidas de austeridade impostas pelo neoliberalismo. A resposta que a população deu ao governo na greve geral do dia 21 de novembro fortalece a paz. Mesmo em um cenário no qual o governo é ineficiente em solucionar as demandas sociais, a mobilização popular, ao contrário do que a oposição caracterizava, foi pacífica.

Outra característica que ilustra a riqueza do ato nacional é sua diversidade temática. Diversos setores da sociedade se uniram contra o governo: estudantes, artistas, professores, trabalhadores, indígenas e camponeses marcharam juntos por uma Colômbia mais justa. Após a experiência da criação da Marcha Patriótica em 2012, um movimento político e social que emergiu nos diálogos de paz e atuou como um guarda chuva de movimentos sociais, de todos aqueles os quais apoiavam a paz, independentemente de suas pautas temáticas, se tornou evidente que a tática de

¹⁵ WOLA. ADVOCACY FOR HUMANS RIGHTS IN THE AMERICAS. U.S. Groups calls for respect for peaceful protest, moratorium on U.S. crowd control weapons on Colombia. Disponível em: <<https://www.wola.org/2019/12/us-groups-call-respect-peaceful-protest/>> Acesso 23 de julho de 2021.



movimento de movimentos é a melhor estratégia para alcançar a amplitude das mobilizações.

A Colômbia nos mostrou que os movimentos sociais devem atuar em conjunto com o objetivo de frear os avanços neoliberais, o movimento dos movimentos legitimou a experiência popular. Dessa maneira, hoje os movimentos não podem ser considerados apenas como pautas identitárias, pois estão mobilizados e organizados em torno de uma proposta ampla e comum. A experiência democrática da paralisação do dia 21 de novembro na Colômbia reafirma que a América Latina está em movimento. Não é o primeiro ataque neoliberal que os colombianos enfrentam, porém, é a experiência mais democrática. Milhares de pessoas caminharam pelas ruas de todo país, de maneira pacífica e festiva, aos sons de um panelaço que ressoava as insatisfações populares. Na história da Colômbia, uma grande mobilização, pacífica, ampla e democrática significa uma vitória para os movimentos sociais. É importante lembrar que a Colômbia passa por décadas de conflito armado, com grupos insurgentes, que lutam pela desconstrução do *status quo*. Dessa forma, a luta não é uma novidade no país, contudo a luta pacífica sim.



Levante popular de 2021

Mais uma vez os movimentos sociais e o povo colombiano se manifestam contra o avanço do neoliberalismo e a deterioração dos direitos dos colombianos. A reforma tributária proposta pelo presidente Iván Duque previa o aumento dos impostos sobre a renda e sobre produtos básicos. No documento chamado Lei de Solidariedade Sustentável, está camuflado uma verdadeira reforma tributária. A proposta de reforma foi o estopim para a sociedade colombiana que sofre com os efeitos sociais da pandemia do Covid-19. Mais de 120 mil mortes, somadas ao alto nível de desemprego e pobreza, formam o cenário deixado pela condução desastrosa do governo de Duque. As manifestações de 2021 que ocorreram na Colômbia em plena a COVID-19, foram extremamente politizadas e vão além da insatisfação com a reforma tributária. É uma greve nacional que denuncia a violência de Estado, o avanço das mazelas do neoliberalismo, o descumprimento do Acordo de Paz e os massacres dos últimos anos aos líderes sociais.

Os protestos tiveram repercussão mundial e receberam ações de solidariedade de vários países. Essas manifestações tiveram como epicentro a cidade de Cáli, mas ela se espalharam por todo o país, Bogotá também foi palco de grandes manifestações e diferentes cidades do território colombiano

O tema que mobiliza a luta dos movimentos sociais na Colômbia é a paz, mas em 2021 vimos cenas de confronto e violência do Estado. Foram mais de 50 dias de protestos contra o projeto de reforma tributária proposto por Iván Duque. A resposta para as manifestações foram ações orquestradas de terrorismo de Estado e o resultado é de pelo menos 60 mortes, 5.500 prisões, 120 desaparecidos e 14 casos de agressão sexual a mulheres, segundo a ONG Human Rights Watch. Após as manifestações, o governo colombiano abandonou o projeto tributário, porém os protestos continuaram e as pessoas voltaram às ruas de forma pacífica e festiva para denunciar as mortes, prisões e acidentes ocorridos nas mobilizações anteriores.

Considerações finais

A Colômbia pode ser lida como um país termômetro da América Latina, pois, mesmo não participando linearmente dos ciclos e tempos comuns da região, o país concentra de forma acentuada elementos existentes em toda a região. O primeiro elemento apontado por esse ensaio crítico foi o terrorismo de Estado na Colômbia como a máxima de violência na América Latina. A retórica da guerra e o orçamento militar colombiano também ilustram a potência da lógica militar na máxima do conflito na América Latina. O Neoliberalismo na Colômbia alcança camadas profundas na sociedade e impacta diretamente na desigualdade social, dessa forma pode ser lido como a temperatura máxima do capitalismo na América Latina. Entretanto, é preciso destacar que mesmo concentrando os elementos mais desfavoráveis para o fortalecimento da democracia, a Colômbia vem experimentando extremos de experiência democráticas, como o Acordo Final de Paz e os Levantes Populares, que atuam como a máxima força popular na América Latina.

As experiências populares de 2019 (Equador, Chile, Bolívia e Colômbia) evidenciaram a disputa política na América latina e os principais atores nesses cenários são os movimentos sociais. Não apenas como atores isolados, mas sim como parte viva



e em movimento das experiências democráticas das últimas décadas na região. A onda progressista, que se iniciou em 1999 com a vitória de Hugo Chávez na Venezuela e que atingiu outros países na região, como Argentina, Brasil, Bolívia, Equador e Uruguai, promoveu experiências de autonomia política, soberania e combate às desigualdades sociais. Nessas décadas, mesmo nos países os quais não se alinharam de forma total à onda progressista, seus movimentos sociais cresceram e amadureceram, pois a conjuntura democrática da região atingiu e promoveu avanços sociais até mesmo em países neoliberais: esse é o caso da Colômbia.

As políticas progressistas realizadas na região foram, além de econômicas, principalmente democráticas. Essa democracia fortaleceu o movimento social e hoje, com o novo avanço do neoliberalismo no continente, esses são os atores que possuem braços para resistir. Em um contexto mundial, no qual o ressurgimento da extrema direita leva os teóricos contemporâneos a questionarem o fim do método democrático, a América Latina reafirma a democracia e exige e luta pelos seus espaços de expressão e mobilização. Pois a política não se constrói apenas de cima para baixo, mas de maneira orgânica - e, dessa forma, com a queda dos governos progressistas, hoje quem reivindica os direitos conquistados e novos avanços sociais é a mobilização popular.

Não é possível prever os desdobramentos dos levantes populares, porém é possível destacar que a resposta da população aos casos de abuso e violência por parte do Estado é o fortalecimento da democracia. A história política da Colômbia é marcada por grupos armados e insurgências que buscaram por meio da revolução armada a desconstrução da realidade colombiana. Mas, após mais de cinco décadas de conflito, esse caminho se demonstrou extremamente custoso e desgastante e hoje a sociedade colombiana busca, por meio do método democrático, construir um novo horizonte.



REFERÊNCIAS

AGENCIA DE INFORMACIÓN LABORAL. **Las 10 razones del paro nacional del 21 de noviembre**. Disponível em: <<https://ail.ens.org.co/noticias/las-10-razones-del-paro-nacional-del-21-de-noviembre/>> Acesso: novembro de 2019.

CARVAJAL, Leonardo. **El acuerdo de cooperación militar entre Colombia y Estados Unidos: ¿disuasión por soberanía?** Éditer Estrategias Educativas Ltda. / Editorial Gente Nueva Impreso en Colombia / Printed in Colombia Disponível em: <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/kolumbien/08196.pdf#page=305>> Acesso em: 1 de agosto de 2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Panorama Social da América Latina, 2019. Resumo executivo** (LC/PUB.2020/1-P), Santiago, 2020.

DA SILVA, Erick Vargas. **A crítica ao Imperialismo na América Latina em José Carlos Mariátegui**. Brasília – DF, 2017.

GOROSTIAGA, Daniel. O enfrentamento Uribe-Santos: ¿Diferenças superficiais ou contradições no bloco de poder dominante? **Cuadernos del GESCAL. Memorias del Grupo de Estudios sobre Colombia y América Latina Revista Multidisciplinaria de Estudios sobre Colombia y América Latina** Publicación Anual. Año 1 - No. 1- Agosto de 2013 - Buenos Aires, Argentina Versión Impresa: ISSN 2344-9535 / Versión Electrónica: ISSN 2344-9411 <https://pt.tradingeconomics.com/>

HUR, Domenico; LACERDA, Fernando. Ditadura e Insurgência na América Latina: Psicologia da Libertação e Resistência Armada. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, p. 28-43, 2017.

INDEPAZ. **Acuerdos e hechos de paz**. Disponível em: <<http://www.indepaz.org.co/category/hechos-de-paz/>> Acesso em: 20 de junho de 2021.

LAFM. **¿Qué sectores participarán en el paro nacional del 21 de noviembre?** Disponível em: <<https://www.lafm.com.co/colombia/que-sectores-participaran-en-el-paro-nacional-del-21-de-noviembre>> Acesso em novembro de 2019.

NIETO LÓPEZ, Jaime Rafael. Resistencia social en Colombia: entre guerra y neoliberalismo. Obs. Soc. Am. Lat: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO): Buenos Aires, 2011.



PAGLIARI, G. FONTES, P. **Gastos militares na América do Sul: considerações acerca dos investimentos no período pós-Guerra Fria** . Revista UFSC disponível em: <<https://cnm.ufsc.br/files/2013/08/Gastos-militares-AS-Graciela-C-Pagliari.pdf>>
Acesso em: 1 de agosto de 2021.

RAMOS, Carolina. **A Frente Nacional na Colômbia: 1958-1974. A Ditadura Democrática das Classes Dominantes**. Curitiba: Editora Appris, 2015.
SANTOS, Fábio. **Uma história da onda progressista sul-americana**. Editora Elefante. 2018.

WOLA. ADVOCACY FOR HUMANS RIGHTS IN THE AMERICAS. **U.S. Groups calls for respect for peaceful protest, moratorium on U.S. crowd control weapons on Colombia**. Disponível em: <<https://www.wola.org/2019/12/us-groups-call-respect-peaceful-protest/>> Acesso 23 de julho de 2021.



“NOS QUITARON HASTA EL MIEDO”: LOS FEMINISMOS EN LA REVUELTA SOCIAL CHILENA¹⁶

Luna Follegati¹⁷

El presente ensayo se plantea como una propuesta de lectura feminista frente a la revuelta social de octubre del 2019. A un año del estallido, es necesario plantear perspectivas que nos ayuden a comprender la relación entre el movimiento feminista chileno y el proceso político actual, señalando los cruces y articulaciones entre ambos fenómenos. A partir de un acercamiento inicial, reconocemos dos ejes relevantes que ayudan a visualizar el entronque entre ambos movimientos: 1) la vinculación entre el movimiento feminista y la revuelta a través de la denuncia de la violencia policial como también la violencia estructural neoliberal y patriarcal; y 2) la demanda por una reformulación democrática en clave feminista, a través de la paridad en el proceso constituyente y la exigencia de democratización del orden político en su conjunto. A continuación, comentaremos ambos aspectos.



Contexto

La perspectiva histórica nos sitúa en interesantes encrucijadas para afrontar el presente, para reflexionar desde una posición que busca identificar raíces históricas en los procesos contemporáneos, en las coyunturas políticas y acontecimientos actuales. La revuelta social de octubre 2019 es parte de esos episodios que se inscriben en la trayectoria política de la historia reciente, cuyo marco o condición de posibilidad se encuentra emparentado con una multiplicidad de factores que dan cuenta del carácter histórico y estructural del neoliberalismo. Modelo por cierto posibilitado por la Constitución de 1980 que, edificada en dictadura, instala el carácter subsidiario del

¹⁶ Una versión anterior de este escrito apareció publicada en la revista Lasa Forum, Dossier “Ecos de la Protesta social”, 2020 51:4.

¹⁷ Graduada em História, é mestra em Comunicação Política e Doutora em Filosofia pela Universidad de Chile. Militante feminista, é autora de diversos artigos e livros e tem uma longa trajetória na construção de coletivos de base no Chile.

Estado (entendido principalmente como un radical abstencionismo de su actividad), la privatización de los derechos sociales y la configuración de una serie de mecanismos¹⁸ que impiden la reformulación o transformación sustantiva de lo señalado en la carta magna. Además, agrega un conjunto de mecanismos extraconstitucionales que institucionalmente transforman al neoliberalismo en una cuestión natural, articulándolo en el sistema de pensiones (Asociación de Fondos de Pensiones), en el Plan Laboral, el actual sistema de salud (Isapres), por mencionar algunos ejemplos (RAMÍREZ, 2019).

“No son treinta pesos, son treinta años”¹⁹, señala la consigna que instalan los/as estudiantes secundarios llamando a *evadir* el pago del transporte subterráneo debido a un alza en el pasaje, protestas esporádicas que comenzaron el 4 de octubre del 2019, cuyo hito cúlmine se identifica el viernes 18 de octubre, cuando la evasión se transforma en un acto de protesta multitudinario, dando así inicio a la movilización más importante desde el retorno a la democracia en Chile (ALGELCOS, SEMBLER, 2020). Habiendo poca claridad en los factores concretos que cimentaron la legitimidad de la movilización, como también las condiciones subjetivas que propiciaron las particularidades para que octubre haya sido el mes de la revuelta, lo cierto es que la transversalidad general y apoyo común fue una de las características de la movilización. Ese viernes por la tarde, una masiva jornada de protesta social se inauguró con jóvenes, familias, trabajadores/as que se unieron al llamado celebrando el acto contestatario, colmando la plaza central de Santiago con manifestantes, para luego dar paso a escenarios de protestas desperdigados en diversos barrios: desde la periferia hasta el centro de Santiago, la revuelta pareció tomar un cauce inusitado, un verdadero “despertar” tildaron los medios a esa histórica jornada. Episodios de violencia callejera que terminaron con un Estado de Emergencia como respuesta del

¹⁸ Particularmente en la actual Constitución existe el Tribunal Constitucional, órgano compuesto por diez ministros que, dentro de las atribuciones, resalta el control de constitucionalidad: “el Tribunal Constitucional realiza control preventivo y posterior de preceptos legales (incluidos los decretos con fuerza de ley); en este último caso, ya sea por la vía de requerimientos de inaplicabilidad o de acciones de inconstitucionalidad” (Rescatado: <https://www.tribunalconstitucional.cl/tribunal/atribuciones>). Este órgano a funcionado como contención a proyectos de ley e iniciativas al declararlas “inconstitucionales”, por ejemplo, cuando el Tribunal Constitucional dictaminó el 18 de abril 2008 la inconstitucionalidad Píldora del Día Después y por tanto la prohibición de su distribución, arguyendo aspectos presentes en la Constitución de 1980 tales como “el derecho a la vida” y la “protección de la persona”.

¹⁹ Como referencia, \$30 pesos chilenos corresponden a \$0,0013 dólares.



ejecutivo, para luego decretar toque de queda durante las siguientes jornadas. Así, inusitadamente, con la consigna aludida “no son treinta pesos, son treinta años”, se ponía nombre a un descontento radical y estructural: el cuestionamiento, malestar o incomodidad frente a la desigualdad, injusticia y precarización incrementada durante los 30 años de neoliberalismo en Chile.

La acción en la capital no tardó en replicarse a nivel nacional, territorializando demandas en un complejo y amplio marco de reivindicaciones y actores, que, bajo la noción de defensa de la dignidad, articularon un coro de exigencias cuya sintonía se graficó en una salida a la calle, a través de la aparición y reivindicación de la violencia política, como también autoconvocadas formas de organización social que buscaban explicitar el descontento conformando espacios de reflexión²⁰. La acción de *evadir* aparece así como una metáfora en relación a dos aspectos que resaltan: por una parte, poner en cuestión el orden de acumulación al hacer un llamado al no pago que, si bien había sido convocado en otras ocasiones, esta vez sí tuvo una respuesta social; y por otra la desobediencia civil como posibilidad de agencia de la población movilizada. La evasión convocó a un hastío histórico, a un desgano consciente frente a la posibilidad de adecuarse al alto costo de la vida que sumían en normalidad la privatización de los recursos naturales, el lucro en la educación, la financiarización de nuestros fondos de pensiones y la falta de un sistema de seguridad social que respondiera a las necesidades de la gente, profundizando así la desigualdad en clave neoliberal (RUÍZ, CAVIEDES, 2020). Tópicos que comenzaron a colmar los medios de comunicación, las calles y los espacios de protesta al ritmo del *caceroleo*²¹ que cotidianamente marcaba el son del descontento y la rabia acumulada de al menos treinta años. Así, cada viernes se reunían en la plaza central de Santiago, miles de personas, llegando a convocatorias que marcaron incluso el millón, configurando una multiplicidad plural de cuerpos, edades, propuestas y protestas, con una “primera línea” que funcionó como una autoconvocada forma de defensa social frente a la policía, haciendo explícito el

²⁰ Angelcos y Semler señalan que durante el período se promovió la “organización de cabildos- espacios autoconvocados para reflexionar en torno a las posibilidades de transformación que abría la movilización- los cuales, sobre todo en un comienzo, fueron bastante masivos y transversales, al menos en la Región Metropolitana” (2020, p. 140).

²¹ Acción de tocar una olla con una cuchara de palo o palo. Históricamente ha sido una firma de manifestación que tiene la significación de “hacer sonar las ollas vacías”, en alusión al hambre y descontento social.



carácter complejo y distintivo de la movilización de octubre. Su acción fue tal, que la Plaza Italia (lugar central de las convocatorias en la capital) pasó a llamarse popularmente *Plaza Dignidad* en alusión a las demandas que se exigían desde la calle.

Fueron al menos tres meses de movilizaciones que atiborraron las plazas y lugares centrales de las capitales regionales, ciudades y pueblos del país sin distinción alguna, traduciendo según sus particularidades el problema de la dignidad y las reivindicaciones locales que ella se hicieron carne. Tres meses donde se derriban monumentos, se transforma la geografía de las ciudades, se cambian nombres de las calles²², y sobre todo: se organizó el pueblo (CASTILLO, 2019). Se discute y habla de política como hacía años, se encuentran los vecinos y vecinas y se autoconvocan los “cabildos” y asambleas territoriales con el objetivo de “hacer algo” frente a lo que acontece: nos encontramos en la calle, en la esquina *caceroleando*, nos reconocimos y articulamos. Nos volvimos pueblo.

Esta cotidianeidad de la revuelta que tuvo un lugar de interrupción: el feminismo. Acción que irrumpe en dos sentidos, el primero, recuerda el carácter transversal del movimiento en tanto convoca a una multiplicidad de mujeres y cuerpos feminizados sin distinción; y el segundo, cuestiona las estructuras de desigualdad más allá del carácter económico, señalando la profunda imbricación de las formas neoliberales con las patriarcales. A través de la violencia como clave de inteligibilidad, las feministas articulan una respuesta frente al abuso policial, pero también al neoliberal, cotidiano e intrafamiliar, aspecto sustantivo y propio del movimiento.



La interrupción feminista del estallido

¿Qué lugar tuvo el feminismo en la revuelta? Sin duda, una primera referencia se manifiesta en la conocida performance de Las Tesis²³. En ella, se fragua la denuncia

²² En muchos lugares del país ocurrieron tres fenómenos: se cambiaron nombres de calles que aludían a conquistadores, colonizadores, próceres o héroes patrios por figuras representativas de pueblos indígenas, mujeres y sujetos subalternos. Además, se intervinieron monumentos (de generales, héroes y próceres) pintándolos o bien reemplazándolos por otras figuras. Finalmente, lo más llamativo en Santiago fue el cambio de nombre de la plaza histórica que funciona como convocatoria a las manifestaciones (Plaza Italia) por Plaza de la Dignidad, alterando incluso mapas digitales con el nuevo nombre.

²³ Colectivo Feminista de la región de Valparaíso que creó la performance “Un violador en tu camino”. Disponible en: <https://www.instagram.com/lastesis/?hl=es-la>

frente a la violencia machista con la violencia institucional, estatal y policial, denuncia que convoca a miles de mujeres a representar a través de su canto y movimiento el descontento. En un contexto donde los mutilados fruto de la represión policial aumentaban diariamente²⁴, la performance “Un violador en tu camino” se adapta a un sentir frente a la vulneración de derechos de las mujeres por las fuerzas policiales, como también el silencio cotidiano por la violencia estructural, simbólica y sexual que vivimos las mujeres. La acción de Las Tesis fue sustantiva por la masividad que logra en la convocatoria en diferentes ciudades del país, pero también por el carácter latente del feminismo como una reivindicación anterior a las demandas globales del estallido. En este sentido, la interrupción feminista de la performance durante octubre es aquella que trae nuevamente a la escena al feminismo, en tanto problemática que estructuralmente cuestionaba al patriarcado como fenómeno pero cuyos antecedentes derivan en dos ejes previos: en primer lugar, el reciente movimiento feminista estudiantil (2018), y en segundo término, la larga trayectoria del movimiento feminista latinoamericano en su cuestionamiento y lucha contra la violencia política y de género, reclamo vigente desde la dictadura militar de los años 80’.

Un año antes, el movimiento feminista estudiantil configuró un hito sustantivo en el llamado “Mayo feminista”, aludiendo a la masiva movilización de estudiantes universitarias de mayo 2018 que, a nivel nacional, habían denunciado los casos de acoso sexual en la universidad que hasta el momento se mantenían impunes, como también la demanda por una educación no sexista (DE FINA, FIGUEROA, 2019; TRONCOSO, FOLLEGATI, STUTZIN, 2018; ZERÁN, 2018; FOLLEGATI, 2018). La amplitud de la movilización fue sustantiva: cientos de tomas, marchas y paros a nivel nacional, espacios de reflexión, conversación, como también un posicionamiento público de la temática. El feminismo estudiantil detonó reflexión y organización, convocando asambleas feministas, pero también propiciando la activación y creación de espacios

²⁴ Según el Instituto Nacional de Derechos Humanos, entre el 17 de Octubre y el 30 de noviembre hubo 11.180 personas detenidas, 11.179 personas heridas, 296 personas con denuncias por trauma ocular (pérdida de alguno de sus ojos) y 26 víctimas que presentaron querellas por homicidio u homicidio frustrado, de esas, 6 con resultado de muerte. INDH, Informe Anual sobre la situación de derechos humanos en el contexto de la crisis social. Recuperado: <https://bibliotecadigital.indh.cl/bitstream/handle/123456789/1701/Informe%20Final-2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>



profesionales de mujeres: surgieron redes profesionales de profesoras, abogadas, geógrafas, médicas, entre otras.

Si bien el feminismo estudiantil venía desarrollándose con anterioridad al Mayo del 2018 (FOLLEGATI, 2018), vinculado a cuestionamientos que provenían a su vez del movimiento estudiantil chileno del 2006 y 2011, fue en el 2018 cuando el ímpetu feminista se posiciona también como una crítica sustantiva y de profundo malestar frente al neoliberalismo chileno y a los marcos políticos de la transición a la democracia (RUIZ, MIRANDA, 2018). Similar a la demanda por el “fin al lucro” en la educación, que logró condensar un cuestionamiento a las bases del neoliberalismo a la chilena, en el caso del feminismo estudiantil puede aseverarse que marcó un hito en cuanto a la politización de miles de jóvenes, convirtiéndose en uno de los movimientos más importantes desde los años 90’. La politización *desde* el feminismo generó un acercamiento de muchas mujeres a la comprensión de las injusticias desde esa perspectiva, posibilitando un cuestionamiento crítico a las situaciones de desigualdad y precarización. En este contexto, las multitudinarias marchas del 8 marzo del 2019 y 2020, convocadas por la Coordinadora 8 de marzo, sellaron un proceso de recomposición de la problemática feminista convocando a casi dos millones de mujeres este año, incentivando así una visibilización del movimiento a partir del llamado internacional a la #huelgafeminista del 2019 (GAGO, 2020).

El movimiento feminista estudiantil señaló así un cuestionamiento radical y profundo a las estructuras patriarcales, representadas no sólo a nivel institucional, sino que también enfatizando en el carácter cotidiano y arraigado de las violencias, desde las brechas salariales a las bajas jubilaciones de las mujeres, como también los altos costos de la salud privatizada y las interminables cifras de feminicidios que, año tras año, engrosan los datos sobre falta de justicia e impunidad. Más que una respuesta local a fenómenos internacionales como el #MeToo, el movimiento chileno se encuentra vinculado a la experiencia local de precarización de la vida, acrecentadas por las medidas de corte neoliberal implementadas durante los últimos treinta años en la región. Una de las particularidades del movimiento radica en esto: la vinculación de condiciones locales, latinoamericanas, que han hecho prescindibles la vida de las mujeres ya sea en su incorporación desmejorada y precarizada a los circuitos



económico, como la brutalidad de la violencia machista identificada bajo el concepto de feminicidio. En esto, la exigencia por una vida digna por parte de las feministas es una demanda que vincula tanto las manifestaciones de los 2000 como las del movimiento feminista durante la dictadura.

Señalar “Nos quitaron hasta el miedo”, como versa la consigna de las feministas, pero también las levantadas en el octubre chileno, apela a esa vinculación entre un grito de profundo descontento, pero también de hastío, rabia y la consecuente necesidad de respuesta y acción. Frase que representa el cansancio por el silencio frente a la violencia machista, pero también por el sistema neoliberal. Como señala Alejandra Castillo, el estallido de octubre tiene antecedentes en la revuelta feminista al volver “visible la violencia patriarcal en la silenciosa inercia de las instituciones, en la cotidianeidad de la vida privada y en el daño que produce el modelo económico neoliberal en el cuerpo de la sociedad: ahí está la doble jornada de las mujeres y el trabajo de cuidado que realizan para demostrarlo” (CASTILLO, 2019: 36).

Así, el movimiento cuestiona un aspecto fundamental, y es justamente la existencia de un orden que discrimina, violenta, precariza y excluye. Pero también, junto con la denuncia, exige su transformación, articulando elementos que no son regularmente observados en conjunto, al vincular la relación de mutua convivencia entre neoliberalismo, extractivismo y patriarcado (Coordinadora 8 de Marzo²⁵). Como acertadamente menciona Verónica Schild²⁶, uno de los aspectos que posiciona Las Tesis es el carácter estructural de las violencias vinculadas a las formas implementación del neoliberalismo durante los años 90 y 2000 (SCHILD, 2016). La politización desde el feminismo logra vincular estos aspectos, estableciendo un diálogo entre las demandas estudiantiles de los 2000 y la crisis de legitimidad actual (GARRETÓN, 2016; RUIZ, 2015; PNUD, 2019). Mueve el marco “de lo posible” al considerar una reconfiguración total de los espacios políticos y demandas tradicionales, como también de las posibilidades de transformación. Exige un *más allá* incluso de los márgenes de la izquierda, corre el cerco de las formas de organización y

²⁵ Por ejemplo, ver la siguiente nota: <https://www.elmostrador.cl/braga/2020/03/02/8m-con-todo-en-esta-marcha-lucharemos-por-lo-que-queremos-para-que-la-vida-en-chile-sea-radicalmente-distinta/>

²⁶ Recuperado: <https://www.psiucv.cl/2020/01/veronica-schild-seguimos-atrapados-en-una-cultura-legalista-y-eso-para-avanzar-en-los-cambios-que-nos-interesan-a-las-feministas-es-bien-pobre/>



activación social a través de un movimiento carente de una centralidad, direccionalidad o liderazgo específico. Es multipolar y transversal, plural y diverso.

En eso, el movimiento feminista caló profundo, en tanto incomodidad que anidada en lo social, no tardó en manifestarse masivamente interrumpiendo el estallido al son de “Un violador en tu camino”. Con esto, el feminismo no sólo atraviesa las propuestas vigentes en la revuelta, sino que se entromete nuevamente en las casas, en las conversaciones de pasillo, en las asambleas y en las manifestaciones callejeras de octubre. Vincula una denuncia estructural al modelo neoliberal y patriarcal con expresiones cotidianas en términos de abuso, construyendo un lenguaje político a partir del significante violencia que logra establecer un puente entre la experiencia cotidiana, subjetiva y personal con el carácter estructural del modelo económico. Así, el feminismo juega como un antecedente para sentar las bases del estallido al poner en cuestión la normalidad de una vida de injusticias, señalado con vehemencia y fuerza inusitada: Al silencio no volveremos. ¡Hemos perdido hasta el miedo!



De la democracia de la Transición a la democratización feminista

El 5 de octubre de 1988, bajo la dictadura de Augusto Pinochet, se ganaba el plebiscito que bajo la alternativa “No” puso término a los 17 años de dictadura en el país. El 18 de Octubre del 2019, nuevamente marca un hito, esta vez frente al posible término de orden político vinculado a las formas de gobierno fuertemente cuestionadas por la crisis de legitimidad que afecta a la clase política, y particularmente a los partidos tradicionales que estuvieron en el ejecutivo desde el retorno a la democracia (1990). El estallido configura una crítica a dicha forma de comprensión política, particularmente representada en una racionalidad política transicional, en una forma de administración gubernamental bajo los gobiernos de las coaliciones de la Concertación, Chile Vamos y Nueva Mayoría.

La revuelta de octubre pone en suspenso el orden de la Transición. Desactivó esa forma de comprensión de la política bajo una democracia elitista y corporativa (Castillo, 2020) que comprende el ejercicio de lo político mediante el acceso a las urnas

cada cuatro años. El proceso constituyente termina con una práctica que leía los procesos de confrontación, de conflicto y diálogo político, en clave transicional, es decir, bajo una retórica del orden que buscaba una desactivación del carácter transformador, radical y subversivo que toda política puede tener. El proceso constituyente que resulta como consecuencia del Chile movilizado en octubre²⁷, descompone la política de la transición a la democracia activando nuevas formas de politicidad y procesos de democratización, entre ellas, el feminismo tiene un lugar fundamental en la posibilidad de repensar la democracia y las relaciones políticas en su conjunto.

El carácter histórico de la incomodidad feminista frente a la democracia se demuestra una vez más en el octubre chileno. La interrupción feminista en el estallido apela un doble sentido, desde el cuestionamiento a la normalidad cotidiana a través del problema de la violencia, como también mediante la crítica a una forma de orden político excluyente que reitera la exclusión de las mujeres, cuerpos feminizados y disidencias bajo un patrón que continúa asimilando el universal masculino con el individuo político. Esta vez la propuesta feminista pretende ser histórica: la exigencia por una Asamblea Constituyente marca un hito al enunciarse como una asamblea *paritaria*. En este sentido, la discusión constitucional, iniciada a partir de octubre sería relevante para el movimiento feminista toda vez que –de ganar las alternativas Apruebo y Convención Constitucional– se estaría iniciando un proceso constituyente de carácter paritario por primera vez en la historia de los Estados modernos. Aspecto relevante en tanto que la discusión sobre paridad –cuya condición de posibilidad sólo es entendible en el contexto del activo movimiento feminista reciente– supuso una reflexión y análisis en relación a la participación política de las mujeres, como también la necesidad de su inclusión en los espacios de deliberación política y, particularmente, un cuestionamiento sobre el orden democrático.

Algunas recientes producciones han problematizado estos aspectos (CASTILLO, 2019, BRITO, 2020), enfatizando preguntas sobre la relación entre feminismo, paridad

²⁷ El 15 de noviembre se firma el “Acuerdo por la Paz Social y la Nueva Constitución” por el conjunto de partidos políticos del oficialismo y la mayoría de la oposición, donde se intenta recoger la demanda por una nueva constitución.



y democracia, o bien, revisitando anteriores debates. A partir de estas lecturas, es posible sostener que la pregunta por la relación entre las mujeres y la democracia no sólo es actual, sino que reposiciona problemas de larga data tanto para la teoría feminista como para el movimiento (KIRKWOOD, 1982, 1983, 1986; FOLLEGATI, 2020). Particularmente, la discusión sobre la democracia y representatividad del movimiento feminista en el Estado, la vinculación de sus demandas, mecanismos de “institucionalización” como también las formas de representatividad, horizontalidad y autonomía del movimiento fueron aspectos largamente abordados por las feministas de los 80’ (MOLINA, 1986; MUÑOZ, 1988; KIRKWOOD, 1986), temáticas que hoy vuelven a resituarse como problemas en el contexto paritario de la constituyente.

El pasado 25 de octubre del 2020 se realizó en Chile un plebiscito para que la ciudadanía decidiera si desea una nueva Constitución y bajo que mecanismo. Tras una aplastante victoria de la opción Apruebo, con un 78,28%, se da inicio al proceso constituyente, aspecto que se termina de convocar recientemente con la elección de los y las ciudadanos/as que conforman la Convención Constituyente, asamblea que tendrá como tarea redactar la nueva constitución. Espacio paritario, que cuenta además con numerosas feministas que componen el nuevo órgano proveniente de diversas veredas: colectivos y agrupaciones feministas, partidos políticos, organizaciones populares, espacios sociales y liderazgos que surgieron en el contexto de la revuelta de octubre. En este contexto, el feminismo como problema y perspectiva política se vuelve una prerrogativa y necesidad para la construcción de la nueva carta magna, y con ello, la posibilidad concreta y real de despatriarcalizar la construcción estatal.

A un año de la revuelta y 32 años del plebiscito que marca el término de la dictadura, se vuelve a la disyuntiva que Julieta Kirkwood planteaba en los años 80’: ¿qué democracia queremos las mujeres? (KIRKWOOD, 1986). Así, indagar sobre los argumentos que emergen en la discusión constituyente, como también sobre la vinculación entre las demandas, reivindicaciones y participación del movimiento feminista en el proceso, es prioritario para la comprensión del momento actual desde una perspectiva de género. La constituyente paritaria interrumpe también el curso de aquella política que es decidida desde el canon de lo masculino, al señalar la exigencia de la paridad como una forma de ensayar otro tipo de democracia, pero también una



paridad en la constituyente que no replique una forma elitaria de representación política (CASTILLO, 2020), más bien un concepto de paridad que pueda cuestionar las formas de distribución del poder. Además, es relevante plantearse una crítica profunda sobre cómo el carácter paritario, también debe cuestionar las injusticias institucionalizadas en la estructura político administrativa del Estado: pensar la paridad en la constituyente como el inicio de un proceso de democratización profunda de los órganos del Estado. Una constitución donde el feminismo se impregne en los principios, pero también en los derechos, aspecto sustantivo en tanto posibilidad de cristalizar relaciones de poder igualitarias, avanzando hacia la despatriarcalización del ordenamiento constitucional y facilitando con ello la transformación del sentido de la norma constituyente (BORDIEU, 2000). Al menos, las discusiones deben consagrar aspectos claros para el movimiento feminista, como el derecho a una vida libre de violencia, la salud, a la valoración del trabajo doméstico no remunerado, salud sexual y reproductiva, igualdad en el acceso a los bienes de propiedad, respeto y reconocimiento a los saberes ancestrales, y la construcción de las respectivas normativas para que dichos derechos se vuelvan efectivos²⁸.

Finalmente, un desafío sustantivo radica en la vinculación entre el movimiento feminista y las/os representantes en la constituyente. Los canales de comunicación, los espacios de diálogo y la forma articulación entre ambos espacios resultan relevantes para iniciar un proceso donde la diversidad del proyecto feminista se represente, un feminismo que también es diverso, interseccional, pero que en su conjunto pueda proponer nuevas alternativas de vida y justicia social. Un desafío es entonces que la apertura democrática por parte de la constituyente pueda comprender un proceso político colectivo, común, feminista, bajo nociones de democracia participativa que por ejemplo, se relevaron por las activistas feministas a finales de los años 80'. Esta vez se busca una interrupción feminista al curso tradicional de la democracia neoliberal, propiciando una imaginación político feminista que comprenda los dilemas y aprendizajes del pasado, pero que tense y perspectiva una nueva democracia.

²⁸ Algunos aspectos explícitamente patriarcales de la actual constitución: sólo se nombra una vez la palabra mujer, la familia es tratada en singular comprendiendo un solo modelo de ésta (heterosexual) y la prohibición del aborto bajo el argumento de protección de la vida del que está por nacer (Art. 19 N°1) son algunos ejemplos que grafican la necesidad de transformación de la actual carta.



Como decían las feministas del 80': No hay democracia sin feminismo. El término de la política y forma de la transición se fragua también en esta escena, en la posibilidad real de construir una democracia feminista.

Así, no solo ocurre como una interrupción feminista a la revuelta, sino que se conjuga una reconfiguración feminista de la democracia. El movimiento y su acción, visto así, permeó en dos sentidos al estallido: marcó un antecedente en relación a las posibilidades, marcos y ámbitos de transformación; y posibilitó también una ampliación del concepto y práctica de democracia desde la experiencia feminista. Feminismo y estallido entroncados en la exigencia de justicia e igualdad sustantiva, de una vida digna y libre de violencia machista. Porque, como se lee en los rayados callejeros: ¡a la normalidad no volveremos!

REFERENCIAS

ANGELCOS, Nicolás; SEMBLER, Camilo. **“No son 30 pesos, son 30 años”**. **Análisis Crítico de la Movilización Social**. *Revista Análisis el año 2019*. Departamento de Sociología, Universidad de Chile, 2020.

BORDIEU, Pierre. **“La fuerza del derecho”**. En *Poder, derecho y clases sociales*. Bilbao: Desclée Brouwer, 2000.

BRITO, Sofía. (ed.). **Constitución Feminista**. Santiago, Chile: Pez Espiral, 2020.

CASTILLO, Alejandra. **“Por un concepto complejo de paridad”**. En Brito, S. (ed.). *Constitución Feminista*. Santiago, Chile: Pez Espiral, 2020.

CASTILLO, Alejandra. **Asamblea de los cuerpos**. Santiago: Sangría, 2019.

DE FINA, Débora; FIGUEROA, Francisca. **Nuevos “campos de acción política” feminista: Una mirada a las recientes movilizaciones en Chile**. *Revista Punto Género*, (11), 2019, pp. 51-72.

EL MOSTRADOR. **8M con todo: “En esta marcha lucharemos por lo que queremos, para que la vida en Chile sea radicalmente distinta”**. 2 de marzo de 2020. Disponible en: <https://www.elmostrador.cl/braga/2020/03/02/8m-con-todo-en-esta-marcha-lucharemos-por-lo-que-queremos-para-que-la-vida-en-chile-sea-radicalmente-distinta/>> Acceso en: julio de 2021.

FOLLEGATI, Luna. **¿Qué democracia? Feminismo y política en el Chile de los 80s**. *Revista de Sociología*, 35(1), 2020, 56-68.



FOLLEGATI, Luna. **El feminismo se ha vuelto una necesidad: movimiento estudiantil y organización feminista en Chile (2000-2017)**. *Revista Anales de la Universidad de Chile*. Nº 14, serie 7. 2018, pp. 261-291.

GAGO, Verónica; MALO, Marta; CAVALLERO, Luci. **La Internacional Feminista: luchas en los territorios y contra el neoliberalismo**. Buenos Aires: Tinta Limón, 2020.

GARRETÓN MERINO, Manuel. **La crisis de la sociedad chilena, nueva constitución y proceso constituyente**. *Anales de la Universidad de Chile*, (10), 2016, pp. 79-92.

INSTITUTO NACIONAL DE DERECHOS HUMANOS. 2020. **Informe Anual sobre la situación de derechos humanos en el contexto de la crisis social**. Disponible en: <<https://bibliotecadigital.indh.cl/bitstream/handle/123456789/1701/Informe%20Final-2019.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acceso en julio de 2021.

KIRKWOOD, Julieta. **Ser política en Chile. Los nudos de la sabiduría feminista**. Santiago, Chile: Cuarto Propio, 1986.

KIRKWOOD, Julieta. **El feminismo como negación del autoritarismo**. (Material de discusión Nº 52) Santiago, Chile: FLACSO, 1983.

KIRKWOOD, Julieta. **Feminismo y participación política**. (Documento Nº159). Santiago, Chile: FLACSO, 1982.

MOLINA, Natacha. 1986. **Lo femenino y lo democrático en el Chile de Hoy**. Santiago, Chile: VECTOR, 1986.

MUÑOZ, Adriana. **Fuerza feminista y democracia. Utopía a realizar**. Santiago, Chile: Instituto de la Mujer, VECTOR, 1988.

PNUD. 2019. **Diez años de auditoría a la democracia. Antes del estallido**. Disponible en: <https://www.undp.org/content/dam/chile/docs/gobernabilidad/undp_cl_auditoria_pdf_2020.pdf> Acceso en: julio 2021.

RAMÍREZ, Simón. **Constitución chilena y gubernamentalidad neoliberal**. *Derecho y Crítica Social* 5(1-2), 2019, pp. 83-122.

RUIZ, Carlos. **De nuevo la sociedad**. Santiago: LOM, 2015.

RÚZ, Carlos; CAVIEDES, Sebastián. **La Rebelión de los hijos de la modernidad neoliberal**. *Revista Análisis el año 2019*. Departamento de Sociología, Universidad de Chile.



RUÍZ, Carlos; MIRANDA, Camila. **El neoliberalismo y su promesa incumplida de emancipación: bases del malestar y de la ola feminista.** *Anales de la Universidad de Chile*, (14), 2018, pp. 189-201.

SCHILD, Verónica. **Feminismo y neoliberalismo en América Latina.** *New Left Review* 96, 2016, pp. 63-99.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL DE CHILE. **Competencias.** Disponible en: <<https://www.tribunalconstitucional.cl/tribunal/atribuciones>> Acceso en: julio de 2021.

TRONCOSO PÉREZ, Lelya; FOLLEGATI, Luna; STUTZIN, Valentina. **Más allá de una educación no sexista: aportes de pedagogías feministas interseccionales.** *Pensamiento Educativo. Revista de Investigación Educativa Latinoamericana*, 56(1), 2019, pp. 1-15.

ZERÁN, Faride (ed). **Mayo Feminista. La Rebelión contra el patriarcado.** Santiago: LOM: 2018.



IDENTIDADE AFRODESCENDENTE NO BRASIL E A LUTA POR IGUALDADE

Jamila Prata Aguiar²⁹

Júlio César Suzuki³⁰

Introdução

O Brasil é um dos países da América Latina, território de vasta extensão, inicialmente ocupada por diferentes povos que circulavam entre diferentes paisagens; constituíram reinos, cidades e povoamentos milenares, com tipos de desenvolvimento e tecnologias complexas, e com formações sociais e culturais próprias, dotadas de valores e princípios. Para os povos originários, toda a espécie humana faz parte desse organismo, a terra, tudo é natureza, o cosmos é natureza, essa é a compreensão de existência (KRENAK, 2019).

Na compreensão de aspectos históricos, abordaremos o processo de colonização, não que a história da América Latina tenha início com o período colonialista, mas devido ao quanto esse período resultou em mudanças profundas na realidade e na continuidade desses lugares, desses povos, e trouxe um elemento novo e importante para esse processo, os povos africanos. Toda a América Latina vive hoje as consequências da colonização, e teve durante esse período, a entrada de africanos trazidos para sustentar o regime escravagista, junto ou posterior a escravização indígena. No Brasil, foram trazidos cerca de 6 milhões de africanos escravizados, esse número de pessoas se amplia se levarmos em conta os seus descendentes nascidos nas Américas (LUZ, 1995), o que faz do Brasil hoje o país com o maior número de pessoas pretas fora da África. Diferente processo ocorrera com os povos nativos,

²⁹ Geógrafa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), professora da rede municipal de ensino em São Paulo. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). É arte-educadora com atuação voltada à cultura afro-brasileira.

³⁰ Graduado em Letras e Geografia, é mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método.



chamados comumente de indígenas, eram cerca de quatro milhões de pessoas no território nacional quando houve a invasão europeia, sendo hoje apenas 800 mil pessoas, o que corresponde a 1,1% da população nacional, enquanto os afrodescendentes somam hoje 56,2% da população no Brasil. (IBGE, 2018).

É visível que a África e os afrodescendentes são importantes para a formação do Brasil e da população nacional, no entanto pouco se fala, se aborda ou é ensinado sobre os povos originários de África e América Latina. Mais raro ainda é encontrar escritos acadêmicos que abordem a América pré-colonial e a África pré-colonial, anterior a invasão europeia; neste momento histórico havia produção e difusão de importantes conhecimentos antigos desses povos, que não estão registrados no universo eurocentrado, científico, devido ao fato de os povos originários possuírem sua maneira específica de deixar suas heranças, seu legado, sua continuidade, diferente das escritas ocidental, considerada a única fonte reconhecida de conhecimento por muito tempo. Os africanos possuem culturas ligadas a tradição, e quando se fala de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos amplo e diversos sobre o mundo, pacientemente transmitidos de boca para ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos (HAMPATÉ BÂ, 2010).

A cultura afro-ameríndia é viva, presente e resistente na realidade de muitos de seus descendentes, todo o modo de vida tradicional, de diversas tradições, que hoje existe, é fruto de processos de luta contra um regime opressor de valores coloniais escravagistas, que se instaurou de forma soberana, violenta e devastadora. O colonialismo foi responsável pelo maior genocídio ocorrido com os povos africanos (e ameríndios), exterminando-se vidas, e na constante busca em construir o extermínio cultural. Todo esse processo foi sustentado pela distinção e hierarquização de raças, produzindo identidades sociais historicamente novas: *índios*, *negros* e *mestiços*, e redefinindo outras; assim, termos como o *espanhol* e *português*, e mais tarde europeu, que até então indicavam apenas procedência geográfica ou país de origem, adquiriram também, em relação às novas identidades, uma conotação racial. E na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais



identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005).

Buscamos compreender a importância da construção positivada identidade racial, afrodescendente, a identidade preta, como forma de disputa e resistência no Brasil. Entendemos por disputa e resistência a luta constante em manter vivo o modo de vida africano, suas culturas, todo esse modo de perceber, sentir e acreditar a existência humana na Terra, a interação entre si e todos os seres vivos, envolvendo modos de vida, valores, construção estética, filosófica, e sobre tudo, espiritual, manifestadas na musicalidade, dança, culinária, e tantos elementos afrodescendentes que hoje vivem no Brasil como resultado de um contínuo processo de resistência. Assim como a luta constante por humanidade, em meio a uma sociedade constituída em valores ocidentais, com base escravagista, em que não houve políticas de reparação a todo esse genocídio, lutar por humanidade consiste em equidade, ou seja, para além da necessidade em construir oportunidades, regras e tratamentos igualitários, é necessário políticas de reparação, a luta por políticas públicas que elimine abismo social entre pretos e brancos, esse é o campo da disputa, por viver na sociedade brasileira com valores e modo de vida afrocentrado, com igualdade e na legalidade. O campo de luta afrodescendente sempre incluí a busca por igualdade também aos ameríndios, que hoje sobrevivem ao mesmo processo de violenta opressão, apoiando também todos os movimentos de luta por igualdade de tratamento e de oportunidades a todos os seres humanos.

Da África ao Brasil

O conhecimento e a realidade afrodescendente têm conquistado um recente espaço de respeito no conhecimento científico, o que é uma das conseqüências do nosso passado histórico, no momento em que iniciara as publicações que fundamentaram teoricamente o campo das ciências naturais, século XVII, e o campo das ciências humanas, século XIX, os povos africanos viviam as violências do regime



escravista. A população europeia não tratava africanos de forma humana, não pensaram cientificamente a África e os africanos com humanidade.

Abordar de forma positiva o passado histórico dos afro-latino-americanos, no caminho em descrever o percurso até a realidade atual, trata-se em contemplar os anseios de uma grande parcela dessa população, que está intimamente ligada ao surgimento e a consolidação desses territórios, população que busca desconstruir o racismo e reconstruir a realidade afrodescendente positiva, diante de violentos processos de exclusão.

A África é o berço de toda a humanidade, nesse continente surgiram as civilizações mais antigas do mundo, a começar pelo surgimento da própria espécie humana - *homo erectus* e *homo sapiens* -ter sua origem na África. “*Os primeiros homens, tal como somos hoje, surgiram por volta de 150.000 anos a.C. e eram negros*” (LUZ, 1995, p.23). Essa e demais realidades referentes a teoria de evolução da espécie humana e seus processos históricos veem superando falsidades forjadas pelo colonialismo. O colonialismo foi sustentado pelo racismo científico, a este coube o papel de elaborar formulações científicas publicadas, atestando e legitimando uma ‘inferioridade africana’, assim seriam povos inferiores, dotado de culturas inferiores (QUIJANO, 2005).

Esses primeiros humanos, pretos, se deslocaram em correntes migratórias, desde o centro-sul da África, em direção ao norte e ao mar Mediterrâneo, assim povoando a Europa, Ásia e todo o restante do planeta. Temos a mesma origem enquanto humanos, e as diferenças físicas que apresentam a nossa espécie distribuída pelo globo, ocorrem devido as distintas condições climáticas e a adaptação a essas condições, bem como a mestiçagem desses diversos povos que surgiam, tudo em processos de milhares de anos. Comprovadamente, a humanidade tem origem preta africana. (LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; DIOP, 1991, NASCIMENTO, 2008; NOBLES, 2006).

Cabe destacar a importância do conhecimento *afrocentrado* para a ciência, que consiste em pesquisar a cultura africana e afro diaspórica de forma positiva, livre de preconceito, em uma perspectiva desde dentro. Tendo como importante contribuição o trabalho do cientista senegalês Cheik Anta Diop (1979-1981), um dos precursores no



estudo da África antiga, formulou um importante trabalho intelectual no caminho de confrontar, as falsidades, distorções e negações que há tanto tempo existem com o propósito de velar e apagar a memória do conhecimento científico e filosófico contido na cultura dos povos africanos, confirmando e acrescentando seus estudos seguem cientistas, pesquisadores, filósofos, escritores da África e da diáspora africana.

Os povos africanos são muito antigos, e sempre mantiveram constantes trocas culturais com a população dos demais continentes. A começar pelo Egito, lugar em que há 18 mil anos, no vale do Rio Nilo, foram iniciadas as primeiras práticas de agricultura, uma importante evolução da espécie humana que pode deixar de se deslocar a procura de alimento e então se fixar com essa prática. Grande importância teve ainda os conhecimentos matemáticos, de engenharia e álgebra que possuíam os egípcios, conhecimentos esses evidenciados nas enormes pirâmides construídas há 5 mil anos atrás, e que estudá-las foi fundamental para a elaboração dessas ciências exatas do mundo ocidental. Como afirma Cheik Anta Diop:

O fruto moral da sua civilização está para ser contado entre os bens do mundo negro. Em vez de se apresentar à história como um devedor insolvente, este mundo negro é o próprio iniciador da civilização “ocidental” ostentada hoje diante dos nossos olhos. Matemática pitagórica, a teoria dos quatro elementos de Tales de Mileto, materialismo epicuriano, idealismo platônico, judaísmo, islamismo, e a ciência moderna estão enraizados na cosmogonia e na ciência egípcias. Só temos que meditar sobre Osíris, o deus-redentor, que se sacrifica, morre e é ressuscitado, uma figura essencialmente identificável a Cristo (NASCIMENTO, 2019, p. 275).

Ainda sobre o Egito, cabe destacar que esta sociedade possuía grande conhecimento da medicina há cerca de 3 mil anos A.C, com a mumificação como parte de sua cultura, esta prática permitia amplo conhecimento sobre o corpo humano, os órgãos, então muito antes da existência da medicina ocidental, já se faziam cirurgias enquanto processo de cura, incluindo a cirurgia de catarata que já era realizada no Egito há 4.600 anos atrás. Coube aos cientistas africanos e aos cientistas na diáspora provar à toda a humanidade que a população do Egito e da África do Norte é uma população negra, desmistificando todo um imaginário forjado na construção da falsa ideia de África Branca, falsidade inventada para encobrir a realidade de que os povos negros africanos são dotados de enorme quantidade e importantes conhecimentos



que contribuíram para a formulação do conhecimento ocidental. (NASCIMENTO, 2008; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; NOBLES, 2006).

Não vamos aqui repetir o que já foi bastante divulgado acerca da influência marcante da cultura egípcia na cultura grega. Para qualquer cientista não comprometido com o contexto colonialista-imperialista é evidente a influência dos sacerdotes e sábios nas obras plagiadas de Hesíodo, Tales, Anaxímenes, Anaximandro, Heráclito, Arquimedes, Pitágoras, Demócrito, Hipócrates, Platão, Aristóteles etc. (LUZ, 1995, p.24).

A ciência hoje comprova também que importantes conhecimentos eram produzidos e transmitidos pelo restante da África. Além da agropecuária, os primeiros a descobrir e lidar com a mineração e a metalurgia foram os africanos. No atual Quênia, havia pecuária há 15 mil anos, o povo Banyoro da atual Uganda possuía técnicas de vacinação, farmacologia e realizavam cirurgia cesariana antes da existência da medicina ocidental. Em 1973 foi descoberto no Quênia um laboratório astronômico datado de 1 mil anos a.C., assim como os Yorubás já possuíam um sistema matemático próprio que influenciou povos da Ásia e Índia. Entre tantas informações que vêm sendo recentemente acrescentadas ao conhecimento científico conforme o conhecimento afrocentrado avança na desconstrução do racismo científico. (NASCIMENTO, 2008; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; NOBLES, 2006).

O continente africano é, portanto, dotado de quantidade e diversidade de riqueza natural e cultural. Seus povos já praticavam e possuíam rotas de comércio entre si e com demais povos da Ásia e das Américas. Muito antes de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral, os africanos já possuíam técnicas de construção naval e navegação que estabeleciam o contato entre África e América. Portugueses e espanhóis, junto a igreja católica, buscaram a todo custo apagar o legado africano, depois de sugado, criando a falsa noção de descobrimento da América. Essa e demais noções de falsidades foram produzidas/forjadas para que se efetivasse o processo de colonização européia (NASCIMENTO, 2008; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2019; NOBLES, 2006).

O racismo científico é parte da tentativa das elites colonizadoras, durante e após o processo de colonização e escravização, manter seu status e privilégios, utilizando para isso o amplo esforço para que os pretos brasileiros (e no mundo) não



assumissem suas raízes étnicas, históricas e culturais, acreditando assim, na inferioridade africana. A construção da inferioridade africana é um projeto de Estado, dos Estados constituídos a partir do regime colonialista, mantido mesmo após o fim do regime escravista e colonialista, que provocaram grandes transições ocorridas nas relações econômicas, políticas e sociais, e ainda assim mantiveram enraizadas as bases do colonialismo.

O colonialismo

Já mencionamos que o colonialismo europeu recebe este espaço de debate por ter exercido uma evidente marca na história da humanidade, impulsionado pelo regime capitalista de produção, direcionou os rumos e acontecimentos históricos, políticos e econômicos da atualidade. Quando falamos de colonização, estamos nos referindo ao processo de invasão e apropriação dos europeus a territórios, continentes, levando seu padrão de existência como superior, como única forma de humanidade, e com isso rompendo a continuidade dos processos civilizatórios de todos os outros povos a que tiveram contato pelo mundo. Assim foram implementadas relações genocidas, em busca de manter a ordem hegemônica da civilização europeia sobre todas as outras, e que produziu como marca profunda da colonização o regime escravagista, que acredito ter sido a maior crueldade de toda a humanidade, sustentado pelos Estados europeus, pela Igreja Cristã e pela Ciência (LUZ, 1995, p. 113).

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (KRENAK, 2019, p. 8).

A busca por ampliar as rotas comerciais europeias e por tanto, invadir territórios e usurpar dos recursos naturais, dos valores, das tecnologias, para além da África do Norte e Ásia, junto ao objetivo de buscar novos caminhos para as Índias,



resultaram na chegada e ocupação da América e demais lugares na África (LUZ, 1995, p. 113).

Quando chegaram às Américas, os europeus encontravam vastas populações vivendo em terras férteis, em reinos bastante organizados e estruturados, cidades bem maiores que Madrid, impérios que possuíam uma extensão de terra três a quatro vezes maior que toda a Europa. Os impérios Asteca, Maia e Inca reluziam na paz, na harmonia e na prosperidade (LUZ, 1995, pg. 114).

O contato de europeus com os demais habitantes da América foi marcado pelo etnocídio, roubos, torturas, estupros e escravidão. Tudo coube para que houvesse sucesso no processo de dominação de riquezas e então, de territórios. Nesse período já se praticava atrocidades em troca de dinheiro, este, como único valor almejado, sua busca passou a anular todos os demais valores, seja da tradição tribal europeia, seja dos valores de outras sociedades de outros continentes. Na colonização europeia a acumulação de riquezas passou a ser o valor principal. E para o sucesso da acumulação de riqueza, além do trabalho por servidão e escravização aos povos originário da América, foi amplamente utilizado o trabalho escravo africano (LUZ, 1995; GALEANO, 2010).

O colonialismo marcou e configurou a ocupação e as relações construídas no atual território brasileiro, de 521 anos após a invasão portuguesa no Brasil, foram quase 390 anos de regime escravista, isso é um inegável marco histórico e contemporâneo em nossa sociedade. No Brasil o racismo em sua forma mais desumana, que é a escravização, foi componente fundamental para a inserção do país na economia global, as desigualdades raciais de todo esse período são a base estruturante nas relações sociais estabelecidas na formação do Estado nacional. Viver a afrodescendência no Brasil é nascer em um campo de luta por igualdade e melhores condições de vida, para seguir essa luta a principal arma é ter construído a identidade racial positiva, para seguir no campo da disputa e da resistência.



Disputa política como resistência preta

É importante ressaltar o que muitos pensadores afrocentrados vêm comprovando: os africanos nunca foram passíveis ao regime escravagista, sempre houve resistência. Existe resistência cultural desde o primeiro passo dado no Brasil, na continuidade em ser e compreender o universo nos modos e valores africanos, como também na resistência política. Em todo o período houveram revoltas, rebeliões, suicídios e muitas formas de organizações como o movimento abolicionista, as irmandades religiosas, as comunidades culturais, e tantas formas de organização em pró a liberdade e humanidade. Diante de toda a resistência o povo preto conquistou inúmeras vitórias, mas não impediu o avanço e aperfeiçoamento do sistema político e econômico capitalista no território. Assim configurou-se o Brasil pós colônia, pós escravidão: país neoliberal/capitalista de relações racialmente e economicamente desiguais (NASCIMENTO, 2019; GONZALEZ, 2020; LUZ, 1995; NASCIMENTO, 2008; MUNANGA, 2002).

Sem priorizar um projeto de reconhecimento e construção de unidade e identidade nacional, as elites brasileiras mantiveram os ideais e valores eurocentrados, optaram pela modernização e industrialização como direcionamento econômico junto ao acúmulo de capital e intensificação das desigualdades. O Brasil, como toda a América latina, manteve como principal atividade econômica a exportação de bens primários, ainda que buscando entrar de maneira tardia no processo de industrialização e urbanização, sua inserção foi sobre dependência econômica e tecnológica dos países desenvolvidos da Europa e Estados Unidos da América.

Na América Latina, a realidade vem destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho que, depois de adquirir grande vigor no século XIX, continuou prevalecendo, em termos doutrinários, até data muito recente. Nesse esquema, cabia à América Latina, como parte da periferia do sistema econômico mundial, o papel específico de produzir alimentos e matérias primas para os grandes centros industriais. Nele não havia espaço para a industrialização dos países novos (PREBISCH, 2000, p.71).

A modernização das economias latino-americanas foi feita com investimento estrangeiro e iniciando o processo de dívida externa, relação que é mantida até a



atualidade mediante constantes movimentações financeiras. Enquanto os países desenvolvidos ocupam o lugar de centralidade na economia mundial com altos investimentos em industrialização e tecnologia, situação diferente acontece nos países colocados à margem do sistema econômico mundial, na periferia; endividados, os países subdesenvolvidos, como na América Latina, convivem em uma realidade desigual em escala local e global.

(...) o conceito de subdesenvolvimento, tal como é usualmente empregado, refere-se mais à estrutura de um tipo de sistema econômico, com predomínio do setor primário, forte concentração da renda, pouca diferenciação do sistema produtivo e, sobretudo, predomínio do mercado externo sobre o interno (...) Há que analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vinculam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários (CARDOSO, 2000, p. 507).

O subdesenvolvimento é, portanto, uma das consequências da economia capitalista/ neoliberal. Na formação do Brasil como Estado-nação houve o predomínio de uma elite europeia detentora de terras, meios de produção e constituintes dos cargos políticos-legislativo. A realidade social e econômica brasileira seguiu reproduzindo os caminhos do neoliberalismo, de forma que a acumulação capitalista no Brasil contribuiu para a formação de uma elite e uma imensa camada da população marginalizada. Como consequência do passado histórico brasileiro de mais de 390 anos de escravização, essa população marginalizada possui raça e/ou cor.

O privilégio racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, uma vez que o grupo branco é o grande beneficiário da exploração, especialmente da população negra. E não estamos nos referindo apenas ao capitalismo branco, mas também aos brancos sem propriedade dos meios de produção que recebem seus dividendos do racismo. Quando se trata de competir no preenchimento de posições que implicam recompensas materiais ou simbólicas, mesmo que os negros possuam a mesma capacitação, os resultados são sempre favoráveis aos competidores brancos. E isso ocorre em todos os níveis dos diferentes segmentos sociais.



O que existe no Brasil, efetivamente, é uma divisão racial do trabalho. Por conseguinte, não é por coincidência que a maioria quase absoluta da população negra brasileira faz parte da massa marginal crescente: desemprego aberto, ocupações “refúgio” em serviços puros, trabalho ocasional, ocupação intermitente, trabalho por temporada, etc. Ora, tudo isso implica baixíssimas condições de vida em termos de habitação, saúde, educação, etc. (GONZALEZ, 2020, p. 46).

A desigualdade racial brasileira está visível ao observarmos os dados oficiais como do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), que traz informações sobre as condições de vida da população pelo enfoque de cor ou raça, abordadas por meio de resultados de pesquisas domiciliares, em que o quesito cor ou raça, no sentido sociológico do termo, é considerado por autodeclaração. O estudo realizado em 2018 concluiu que no Brasil existe maiores níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor ou raça preta, parda e indígena. Com uma análise focada nas desigualdades sociais, os dados são compostos por temas relacionados às condições de vida da população brasileira como mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia e educação, índices de violência e de representação política. Foram observados os dados de desigualdade entre pessoas de cor ou raça brancas e as pretas ou pardas juntas, esses grupos correspondem a 99% da população brasileira em 2018: sendo 43,1% brancos; 9,3% pretos; 46,5% pardos; e indígenas e amarelos somam 1% da população brasileira (IBGE, 2018).

O estudo aponta que entre a população brasileira, pessoas pretas (de cor ou raça preta ou parda) correspondem a maior parte da força de trabalho no país, sendo 57,7 milhões de pessoas em 2018, 25,2% a mais do que a população branca (de cor ou raça branca) que totalizava 46,1 milhões. No entanto, a população desocupada e/ou marginalizada é composta majoritariamente por pessoas pretas; pretos somam 2/3 dos desocupados e dos marginalizados no mercado de trabalho. Esse dado se mantém mesmo quando agrupados os dados em níveis de instrução, a diferença só dá uma reduzida quando comparada a população de nível superior completo. A marginalização no mercado de trabalho está associada, muitas vezes, à precarização do trabalho, à falta de acesso a proteção social como a remuneração a partir do salário mínimo e a



aposentadoria. Em 2018, 34,6% das pessoas brancas ocupadas estavam em ocupações informais, enquanto as pessoas pretas eram 47,3%. Os índices de informalidade entre pessoas pretas são maiores nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, sendo 60% das pessoas pretas trabalhadores na informalidade (IBGE, 2018).

Os dados apontam ainda que brancos possuem vantagem quanto aos rendimentos do trabalho, em 2018 o rendimento mensal das pessoas brancas foi de R\$2.796, 73,9% superior ao das pessoas pretas, que corresponde a R\$1.608. O que (...) *corresponde a um padrão que se repete, ano a ano, na série histórica disponível* (IBGE, 2018, p. 3). O estudo revela ainda que tanto na ocupação formal, quanto na informal, as pessoas pretas recebem menos do que as brancas, e indica que o diferencial por cor ou raça, é maior do que o diferencial por sexo:

Enquanto as mulheres receberam 78,7% do valor dos rendimentos dos homens, em 2018, as pessoas de cor ou raça preta ou parda receberam apenas 57,5% dos rendimentos daquelas de cor ou raça branca. O diferencial por cor ou raça é explicado por fatores como segregação ocupacional, menores oportunidades educacionais e recebimento de remunerações inferiores em ocupações semelhantes. (...) Destaca-se a vantagem dos homens brancos sobre os demais grupos populacionais, sendo que a maior distância de rendimentos ocorre quando comparados às mulheres pretas ou pardas, que recebem menos da metade do que os homens brancos auferem (44,4%). O segundo grupo de maior vantagem é o da mulher branca, que possui rendimentos superiores não só aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens dessa cor ou raça (razões de 58,6% e 74,1%, respectivamente). “Os homens pretos ou pardos, por sua vez, possuem rendimentos superiores somente aos das mulheres dessa mesma cor ou raça (razão de 79,1%, a maior entre as combinações)” (IBGE, 2018, p. 3).

Em todos os níveis de instrução as pessoas pretas recebem salários inferiores aos das pessoas brancas, as pessoas brancas ganham cerca de 45% a mais do que as pretas. Ainda que a população ocupada seja majoritariamente preta, 68,6% dos cargos de gerência são ocupados por pessoas brancas, enquanto 29,9% são ocupadas por pessoas pretas. O estudo aponta ainda que quanto mais alto o rendimento, menor a ocupação de cargos por pessoas pretas (IBGE, 2018).

As desigualdades raciais também estão presentes nas condições de moradia, na distribuição espacial dos domicílios, no acesso a serviços e nas características individuais dos domicílios. A população preta é maioria em domicílios sem coleta de



lixo (12,5%, contra 6,0% da população branca), sem abastecimento de água (17,9%, contra 11,5% da população branca), sem rede de esgoto (42,8%, contra 26,5% da população branca), demonstrando condição de maior vulnerabilidade e maior exposição a possíveis doenças. (IBGE, 2018).

Na educação, embora tenha diminuído a taxa de analfabetismo no Brasil, a taxa de frequência escolar demonstra desigualdade racial. Quanto maior os anos de estudo, menos há a presença preta, de forma que em 2018, entre os pretos de 18 a 24 anos, 55,6% frequentam o ensino superior, na mesma faixa etária, 78% dos brancos tem acesso a esse ensino. Lembrando que esse dado reflete no acesso ao mercado de trabalho e a posição salarial.

É importante destacar que, embora as mulheres apresentem melhores indicadores educacionais que os homens de mesma cor ou raça, a taxa de conclusão do ensino médio dos homens brancos (72,0%) era maior que a das mulheres pretas ou pardas (67,6%) (IBGE, 2018, p. 8).

Sobre aspectos da violência no Brasil, em 2017 a taxa de homicídios foi de 16,0 entre brancos e 43,4 entre pessoas pretas a cada 100 mil habitantes, ou seja, as pessoas pretas tinham 2,7 mais vezes chance de ser vítima de homicídio intencional do que pessoas brancas. Em todas as idades a taxa de homicídios entre a população preta superou a da população branca, na faixa etária de 15 a 29 anos em 2017, a taxa chegou a 98,5 entre pretos, contra 34,0 entre os brancos a cada 100 mil habitantes; e se considerado os jovens pretos do sexo masculino encontram-se os maiores índices, de 15 a 29 anos de idade, a taxa chegou a 185,0 (IBGE, 2018).

Altas taxas de homicídios trazem não só sofrimento físico e psicológico, como também impactos sociais e econômicos. Elas resultam em falta de confiança nas instituições, requerem a administração de um extenso sistema de justiça criminal, ampliam os gastos com saúde e implicam em perda de produtividade econômica, em especial quando essas taxas atingem com mais intensidade a população jovem. A violência não letal na adolescência e juventude também produz efeitos de longo prazo. Adolescentes e jovens vítimas de violência estão mais propensos a desenvolverem doenças como depressão, ao vício de substâncias químicas, a problemas de aprendizado e até ao suicídio. Estão igualmente mais sujeitos a estarem envolvidos em situações de violência no futuro (...) (IBGE, 2018, p.10).



Abordando dados de representação política, no Brasil pretos são sub-representados politicamente na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas Estaduais e nas Câmaras de Vereadores. Mesmo sendo 55,8% da população, pretos representam 24,4% dos deputados federais e 28,9% dos deputados estaduais eleitos em 2018, e 44% dos vereadores eleitos em 2020 no país. Ressaltando que há uma proporção de candidaturas maior do que de políticos pretos eleitos: 41,8% dos candidatos a deputado federal, 49,6% dos candidatos a deputado estadual e 48,7% dos candidatos a vereadores. Sendo assim, não cabe atribuir a sub-representatividade preta, à ausência de candidaturas (IBGE, 2018).

Os dados observados revelam faces das desigualdades raciais, essa desigualdade possui percurso e continuidade histórica que resultam nas desvantagens entre a população preta e branca quanto ao mercado de trabalho, distribuição de renda, condições de moradia, educação, violência e representatividade política. Com o fim do regime escravagista, africanos e seus descendentes foram postos às margens da sociedade, a começar pela distribuição de terras, os pretos passaram a compor uma massa marginalizada sem empregos e sem-terra para viver.

Assim, não era a terra que se definia como fazenda, mas a riqueza produzida pelo trabalho, bem como o trabalho personificado no escravo. No entanto, no decurso da segunda metade do século XIX, fazenda vai incorporando cada vez mais seu sentido territorial.

A transição do escravo para a terra, como referencial de riqueza, revela uma significativa alteração na reprodução das relações sociais, cuja determinação principal encontrava-se na transição do trabalho escravo ao trabalho livre, moldando a terra como fundamento de riqueza e a sua mercantilização como legítima com a promulgação da Lei N° 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como a Lei de Terras (SUZUKI, 2006, p. 214).

A primeira Lei de Terras no Brasil foi criada no declínio do regime escravagista, com ela passou a ser permitido a compra de terras brasileiras por homens que pudessem pagar, no entanto o território passava por um regime de trabalho escravo e recém alforria respectivamente, os afrodescendentes lutavam por humanidade, pelo direito a vida e liberdade, ficando fora do primeiro processo formal de aquisição de terras. Houve a ausência de uma política de Terras, bem como qualquer política de



inserção do povo preto na sociedade brasileira. As políticas realizadas serviram somente à inserção dos imigrantes europeus e à política de embranquecimento.

A democracia racial mentirosa

A democracia racial é uma crença construída, ou uma mentira criada, desde a Lei Áurea em 1888; embora os afrodescendentes escravizados já estivessem há décadas em um contínuo processo de libertação formal ou ilegal, contando com a força do movimento abolicionista e das demais organizações de pretos por todo o território; foi criado um mito que divulga a falsa ideia de que o Brasil é um Estado racialmente igualitário, que com o fim da escravidão pretos e brancos passaram a disputar postos de trabalho sob o mesmo patamar, não havendo assim uma questão racial, e sim, questões existentes devido a desigualdade de classe. Utilizam o discurso da igualdade humana, sustentando esse pensamento com argumentos como o Artigo 5º da Constituição Nacional que diz que *Todos são iguais perante a lei*, a partir de então, por não existirem leis e regras de segregação, pessoas afirmam existir igualdade de oportunidades no Brasil para pretos e brancos, levando muitas vezes a questão racial para o esvaziamento e diminuição de sua importância.

A raça humana é biologicamente igual, todos temos a mesma capacidade intelectual e cognitiva, no entanto, as relações humanas foram construídas a partir de contextos históricos, e o passado histórico escravista preto africano do Brasil - e do mundo -, marcou e delimita muito as atuais relações raciais existentes. Para além de toda a violência do regime escravista, com o fim da escravatura a população preta foi inserida a sociedade brasileira como libertos de forma desigual quanto a possibilidades de trabalho e ascensão social.

Desde o final do século XIX, quando o regime escravagista africano entrara em declínio por todo o continente, o Brasil começou a receber levas de trabalhadores brancos vindos da Europa, apoiados por seus governos de origem, e com a ajuda financeira e outras facilidades oferecidas pelos governos do Brasil. Ao mesmo tempo, com o avanço do processo abolicionista, uma enorme força de trabalho preta era rejeitada nesse período, assim como hoje em dia, pela elite econômica. O sistema



passou a integrar os imigrantes à economia e a excluir os pretos de oportunidades significativas de trabalho.

Todos os velhos barões latifundiários da cana-de-açúcar, do algodão ou do café ou da borracha, os grandes comerciantes, os proprietários de terras improdutivas, os industriais e os banqueiros – toda a aristocracia rural e empresariado urbano -, todos foram e são de origem europeia, quer sejam da cepa colonial portuguesa, quer provenham da cepa mais recente de imigração. E enquanto os negros permanecem na base da escalada social, durante quatro séculos, os imigrantes brancos que chegaram ao país em algumas décadas, ou, por assim dizer, há alguns dias, ascendem rapidamente a escala social e de todos os poderes, seja o econômico, o político ou o cultural. Essa vertiginosa mobilidade da sociedade brasileira não toca nem a pele negra da população majoritária (NASCIMENTO, 2019, p. 44).

A forjada democracia racial foi criada para esconder o racismo branco no Brasil, que muitas vezes é disfarçado, discreto, camuflado, evasivo, porém tão implacável e persistente que está liquidando mulheres e homens pretos que conseguiram sobreviver ao massacre praticado no Brasil. Essa constante destruição coletiva, constantemente camuflada, têm conseguido, em parte, confundir o povo afro-brasileiro, dopando-o, entorpecendo-o interiormente, de forma que alguns pretas e pretos acabam por assimilar o discurso colonialista de inferioridade afrodescendente, justificando assim a maioria preta na base da estrutura social, argumentando que as barreiras enfrentadas pelos pretos no Brasil são somente de caráter socioeconômico e não racial (NASCIMENTO, 2019; GONZALEZ, 2020).

Esse é o processo de *embranquecimento*, que teve o objetivo fracassado de tornar a população brasileira uma população cada vez mais branca, fomentando a imigração, o que resultou nossa população mestiça. Outra etapa do embranquecimento é política, cultural e ideológica, que instituiu a marginalização do povo preto desde a abolição, instaurando e sustentando o supremacismo branco, com suas várias ferramentas de controle social do povo preto.

(...) as ferramentas e os meios utilizados pelas classes dominantes – pequena elite de origem europeia – contra os africanos e seus descendentes, a maioria do país, estão à vista de quem quiser ver: o *branco* elevado como valor absoluto do bem e do belo; o *negro* relegado como o símbolo e a encarnação do feio e do mal. Dessa premissa da superioridade da raça branca (caucásica, europeia) e da inferioridade da raça negra (africana), resultou a ideologia do branqueamento da população brasileira, a qual teoriza e dinamiza a prática da miscigenação compulsória, bem como efetiva a alienação



mental dos negros através da imposição assimilacionista aos intelectuais afro-brasileiros dos padrões culturais da raça “eleita” dos brancos europeus (NASCIMENTO, 2019, p. 240, grifo do autor).

Assimila e reproduz a ideologia de democracia racial aqueles que se beneficiam do racismo brasileiro, os não pretos. Reproduz essa ideologia os pretos impossibilitados de enxergar a origem das violências a que vivencia, conformados com o lugar de subalternidade, convencidos a não lutar.

Desmentir o mito da democracia racial, comprovando com dados, fatos históricos e atuais, e barrar o embranquecimento, é lutar por libertação dessa opressão que resiste a quatro séculos, pela sobrevivência e pela preservação dos valores culturais do povo africano, valores que resgatam a força e auto estima do povo preto, construindo sua identidade, lutando por igualdade e não aceitando a subalternidade. Somente assim foi possível estruturar o campo de luta política do povo preto no Brasil, construindo a liberdade dentro de si como base na luta pela igualdade na sociedade brasileira enquanto sujeito individual e coletivo afrodescendente.

Identidade racial, disputa e resistência preta



É fundamental que o povo preto construa sua identidade racial positiva, e que essa construção seja constante em cada indivíduo e em cada geração, isso porque o racismo está inserido no Brasil, na África e na diáspora enquanto poder institucional, nas relações estruturantes da sociedade. Para a construção da identidade racial positiva é fundamental o conhecimento dos muitos aspectos positivos da África e das culturas africanas, tendo como base o conhecimento afrocentrado, elaborado por africanos e seus descendentes que vivenciam essa realidade, que tratam da sua vivência e experiência desde dentro.

Não há mais como esconder na história brasileira que os africanos trazidos para o Brasil nunca foram passivos, as diversas formas de resistência existiram desde os primeiros passos dados nesse território, dentre elas houve a formação de guerras ou de guerrilhas como nos infinitos quilombos no Brasil e também na América; por vezes as resistências assumiram esforços diplomáticos e estabelecimento de alianças para alcançar objetivos em comuns como fizeram os abolicionistas; houve muita rebeldia

em frente ao embarque dos navios tumbeiros e revoltas nesses navios; suicídios, abortos, assassinato de senhores e feitores; por vezes era mínima possível a colaboração no trabalho forçado escravista; havia resgate de bens e alimentos para manter ao máximo sua existência de luta; acumulação de recursos para compra de cartas de alforria; houveram insurreições como a de 1835 em Salvador; e implantação de instituições que mantêm a continuidade de seus valores civilizatórios, que promovem a coesão grupal e mantêm a integridade de identidade e de afirmação existencial(LUZ, 1995).

Os espaços de continuidade dos valores civilizatórios africanos no Brasil existiram e existem por todo território, os elementos da cultura africana no Brasil sobreviveram com muita luta e resistência à clandestinidade e demonização. A visão de mundo, a cosmovisão, a espiritualidade, a manutenção da organização social, a alimentação, a musicalidade, a dança, a língua falada, a estética preta, são alguns dos elementos das culturas africanas inseridas no Brasil, e que aqui introduzidas modificaram e se adaptaram mantendo suas raízes, pois identidade, assim como o racismo, não são fenômenos estáticos. (MUNANGA, 2002).

A identidade afro-brasileira, que é a identidade preta no Brasil, é construída a partir de um povo que se reconhece pelo fenótipo, que possui as mesmas raízes históricas e ancestrais, mas que devido ao fenótipo, principalmente a cor da pele, e também demais traços africanos, vivenciam as mesmas dificuldades em uma sociedade de opressões e violências racistas. Em meio a essa identificação, partilhar dos espaços e comunidades de cultura afrodescendente é a forma mais potente em manter a força e a auto estima de nossa origem, é a primeira forma de libertação, a liberdade em sermos e existimos nas tradições de origem africana, é nos apropriarmos de nosso legado, faz parte da luta pela continuidade do processo civilizatório dos povos africanos, diante de todas as mudanças e desafios da diáspora (MUNANGA, 2002).

Nos espaços de cultura preta é possível a conexão com a ancestralidade africana, com as histórias, os valores e as memórias da cultura antiga em África, como também das tradições e costumes familiares do povo preto, transmitidos pelos mais velhos em casa, os avós e bisavós..., assim é possível melhorar e fortalecer as



dinâmicas familiares de continuidade afrodescendente, pretende-se conhecer e manter os rituais ancestrais dos antepassados, e diante dessa forma de ser e estar no mundo, educar as próximas gerações. São nesses espaços que se valoriza a estética africana e a beleza preta, em um processo contínuo de dentro de si, para todo o exterior; é também ali que o povo preto se mune de força e coragem para sobreviver a uma sociedade de outros valores, normas e condutas, da hegemônica sociedade nacional eurocentrada. São esses espaços os terreiros de candomblé, os grupos de capoeira, as comunidades de jongo, as congadas, os batuques de umbigada, blocos de maracatu, os blocos de afoxé, os clubes sociais pretos e escolas de samba de antigamente, as comunidades remanescentes de quilombo, dentre tantos outros elementos culturais de origem africana, que constituem as raízes da construção identitária preta no Brasil.

Pensadores afrocentrados defendem a importância da construção da identidade afrodescendente do ponto de vista político, para além do cultural. A identidade cultural é a base, fortalecimento e formação do ser, para a tomada de consciência de sua condição de um segmento étnico-racial excluído da participação na sociedade, que contribuiu economicamente gratuitamente, e que agora merecem e reivindicam um processo de reparação, reivindicando o merecido lugar de distribuição política e socioeconômica. Nesse sentido surgiu no Brasil o Movimento Negro Unificado (MNU) no final da década de 70, como a união de organizações de vários Estados em luta política e cultural, reivindicando o direito de ser afro-brasileiros livres. Trata-se do esforço dos descendentes de africanos, o povo preto, por sua total libertação e resgate de sua dignidade humana. O que fortalece essa luta é a consciência da extensão e da profundidade da desigualdade racial, compreendendo que a única saída está na reivindicação de direitos civis, no âmbito da dominante sociedade capitalista-burguesa e sua classe média branca, para acabar com as desigualdades raciais (GONZALEZ, 2020; NASCIMENTO, 2019; CARNEIRO, 2011; GOMES, 2017).

O Movimento Negro compreende que esta luta possui diferentes frentes de ação, no campo do conhecimento científico e da educação, nas comunidades culturais, na luta por terras, moradia, na saúde pública, na mídia, nas artes... e tem como um



“eixo transversal” o caminho legislativo. Alguns avanços foram conquistados, no caminho da equidade, reparação. Todas as conquistas foram obtidas diante de um povo que se fortaleceu em sua cultura, em suas raízes ancestrais, para se colocar no campo de luta e de reivindicação, de disputa e de resistência, foi *batendo de frente* que o povo preto resistiu ao processo genocida e resiste ainda ao avanço do projeto de apagamento epistêmico e cultural de nossa sociedade racista, foi e é necessário também muito diálogo e embasamento, a ocupação de cargos hegemônicos, que possibilita caminhar para a transformação social.

O Movimento Negro conquistou um lugar de existência afirmativa no Brasil. Ao trazer o debate sobre o racismo para a cena pública e indagar as políticas públicas e seu compromisso com a superação das desigualdades raciais, esse movimento social ressignifica e politiza a raça, dando-lhe um trato emancipatório e não inferiorizante.

No caso do Brasil, o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explicita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais (GOMES, 2017, p. 21).

Houve avanços no campo legislativo, que possibilitam a implementação de políticas públicas que fomentem a equidade racial. Importante conquista foi a implementação da Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, que foi alterada para Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. A referida lei foi um passo fundamental para mudanças educacionais necessárias, reconhecendo legalmente a importância da construção científica e educacional afrocentrada (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Outra importante conquista no campo legislativo foi a instituição do Estatuto da Igualdade Racial, pela Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010, destinado a garantir à população preta a efetiva igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica; o Estatuto altera leis anteriores que abordam a questão racial como a Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989 que pune os crimes resultantes de



discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. O referido Estatuto aborda questões relacionadas à saúde, educação, cultura, esporte, lazer; à liberdade de consciência e de crença, ao livre exercício dos cultos religiosos; ao acesso a terra e moradia adequada; ao mercado de trabalho; aos meios de comunicação; instituindo o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial como forma de organização e de articulação voltadas à implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas existentes no país (BRASIL, 2010; BRASIL, 1989).

A aprovação de legislações que promovam a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes do racismo mediante a adoção de ações afirmativas é um importante avanço e resultado das lutas e reivindicações das organizações do Movimento Negro, no entanto é longo o caminho para que as referidas Leis sejam de fato implementadas como políticas públicas devido às barreiras do racismo estruturante de nossa sociedade, mediante ao sistema legislativo que por vezes não age para implementação e fiscalização das mesmas, ou ainda o judiciário que por vezes não considera ou não encaminha as denúncias apresentadas, dificultando a luta e as possibilidades de transformação (CARNEIRO, 2011).



Considerações finais

A construção da identidade afrodescendente positiva é a base da luta por igualdade. Se inicia com o aprendizado e a compreensão da riqueza e da potência do continente africano, dos povos africanos e de sua cultura como parte constituinte da herança africana no Brasil. A luta do povo preto desde a chegada ao Brasil foi pela liberdade de seus corpos e de sua comunidade, luta essa que com o fim do regime escravista, se torna a luta pela liberdade na sociedade brasileira, na igualdade racial, justiça, e respeito a todos os seres humanos. Construindo uma sociedade que rompa com a exploração econômica e com o racismo, formando uma real democracia, que represente a maior parte da população, que é povo marginalizado, excluído.

Faz parte da construção identitária compreender o violento processo colonialista, apoiado no regime escravista, e como esse processo resultou no racismo e

nas formas de opressão estruturadas em todas as camadas de nossa sociedade, que de forma sutil ou escancarada, age provocando constantes dores e sofrimentos; infelizmente o convívio com a humilhação é parte do conviver com o racismo. Compreendendo a origem dessa realidade, é possível olhar criticamente para os fatos e acontecimentos atuais e históricos, e acreditar ser possível seguir por um caminho de pertencimento a identidade preta com auto-estima, sem ceder às violências do opressor, e muito menos, reproduzi-las.

Quando o povo preto constrói a identidade racial preta positiva, percebe a força e a potência dos elementos culturais africanos, de sua comunidade, de seu legado, como fonte de força e inspiração para lidar com as injustiças cotidianas da discriminação racial. Faz parte dos valores e do modo de vida africano acreditar em si e no seu processo de evolução, sendo assim, a liberdade do povo preto se inicia na mente, a identidade preta nos liberta das correntes ideológicas, e nos faz compreender fazer parte de um povo de grande potencial, o que nos coloca em pé de igualdade a todos os demais povos, com esse entendimento pretendemos buscar equilíbrio e harmonia social, lutando contra toda e qualquer forma de desigualdade. É na sua herança ancestral africana que o povo preto se mune de força e coragem para vencer os desafios do cotidiano e os desafios estruturais de sua comunidade preta, seja no seu dia a dia, ou na educação de seus filhos e das crianças da comunidade, tendo como importante elemento as diferentes frentes do Movimento Negro que atuam no conhecimento científico, na educação, na saúde, na mídia, na religiosidade, na capoeira, no teatro, na música, na dança e diversas outras formas de arte, e na política, em um contínuo processo de disputa e resistência.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Código Civil brasileiro e legislação correlata**. – 17. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. In: Bielschowsky, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

DIOP, C. A. **Civilization or barbarism: an authentic anthropology**. Tradução: L. H. Books. Nova York: Lawrence Hill Books, 1991.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2010

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **A tradição Viva**. In: História Geral da África I. Brasília: UNESCO, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA (IBGE). **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. In: Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.41. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf Acesso em: 1º de março de 2021.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUZ, Marco Aurélio. **Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira**. Salvador: UFBA, 1995.

NASCIMENTO, Abdías. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista**. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Construção da identidade negra no contexto da globalização**. Cadernos PENESB. Relações raciais e educação. Niterói: Editora da UFF, p. 61-83, 2002.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Introdução às antigas civilizações africanas**. In: Nascimento, E. A Matriz Africana no Mundo, São Paulo: Selo Negro, 2008, p. 73-108.



NOBLES, W. **Seeking the Sakhu: foundational writhings for na African psychology.** Chicago: Third World Press, 2006.

PREBISCH, Raul. **O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais.** In: Bielschowsky, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro/São Paulo: editora Record, 2000.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: Lander, E. (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino Americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

SUZUKI, Júlio César. **Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial.** In: Lemos, A.; Arroyo, M.; Silveira, M. América Latina: cidade, campo e turismo. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre: 2006.



AUTONOMÍAS INDÍGENAS: EL CASO DE LA LUCHA EN NICARAGUA Y MÉXICO

Waldo Lao Fuentes Sánchez³¹

El presente capítulo pretende mostrar dos casos relacionados con la lucha por la autonomía indígena en nuestro continente. En primer lugar, abordaremos desde una perspectiva histórica - la experiencia del conflicto armado que llevo al reconocimiento constitucional de la autonomía de la Costa Atlántica en Nicaragua en 1987, bajo el gobierno Sandinista y en un segundo momento, haremos referencia a la insurrección armada del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN), que surge públicamente en enero de 1994, en México - en la lucha por los derechos constitucionales de los pueblos indígenas en el país, que en 2003 re-organiza sus comunidades para dar nacimiento a los Caracoles, como una forma de hacer efectiva una "autonomía sin permiso", es decir, que no tiene ningún vínculo o relación con el Estado.

Nicaragua. El reconocimiento de la Autonomía Regional de la Costa Atlántica

La revolución Sandinista que llego al poder en julio de 1979, fue la última experiencia armada en concretar su proceso de liberación nacional en el continente. Millares de personas ocupaban la Plaza central rebautizada como la Plaza de la Revolución, ondeando las banderas rojinegras con las siglas del FSLN - Frente Sandinista de Liberación Nacional, daban por terminado, décadas de la dictadura de la familia Somoza (1937 a 1979). El triunfo de los rebeldes había tenido su génesis político-militar del lado oeste (donde está la capital del país, Managua), entre las comunidades campesinas y los grupos universitarios de las clases medias, sin embargo, el otro lado, la parte del Atlántico³² donde habitaban la mayor parte de los pueblos

31 Possui graduação de Etnologia na Escola Nacional de Antropologia e Historia. ENAH, do México. É mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Pesquisador nas áreas de Movimentos Sociais na América Latina, Autonomia Indígena e Comunicação Alternativa.

32 A diferencia del lado del Pacífico, que había sido colonizado por españoles, la costa del Atlántico, fue colonizada por ingleses, quienes impulsaron otra forma administrativa y comercial (como aliados) de los pueblos indígenas.



indígenas³³ (un lugar de difícil acceso), la gloria revolucionaria no había tenido el mismo júbilo - había llegado, pero de forma esporádica. Para los sandinistas, ese otro lado, resultaba poco conocido - un asunto poco comprendido, las palabras del comandante William Ramírez (que entre 1980 a 1984 - sería ministro en la Costa Atlántica), definen muy bien la situación sobre el desconocimiento de la región: “La verdad es que nosotros descubrimos la Costa después del triunfo”. (Ramírez *apud* Jenkins, 1984, p.35). Los sandinistas tenían (para esta región), una visión desarrollista – clasista, es decir, implantar un modelo, a partir del cual, pretendían resolver el problema de la pobreza (una de las más desiguales del país)³⁴, que posibilitaran la proletarianización que los pueblos indígenas, creando una conciencia de clase, que les permitiría integrarse a la nueva sociedad revolucionaria, de tal forma, su proyecto ignoraba la realidad de los pueblos indígenas, pasaban por alto la cuestión étnica. Su visión “equiparaba a los pueblos de la costa con las masas obreras y campesinas del resto del país” (Vilas, 1992, p.210).

Nos parece importante mencionar, mismo que los pueblos indígenas no eran parte prioritaria de la propuesta revolucionaria del FSLN, en su programa histórico (aprobado en 1969 – diez años antes de la llegada al poder), proponen un Plan Especial para desarrollar económicamente y sociocultural la región, que lleva por nombre “Reincorporación de la Costa Atlántica”. El documento señala:

- a) Terminará con la explotación inicua que ha sufrido la Costa Atlántica durante toda su historia, por los monopolios extranjeros, particularmente por el imperialismo yanqui;
- b) Acondionará las tierras adecuadas de la zona para el desarrollo de la agricultura y la ganadería;
- c) Aprovechará las condiciones favorables para impulsar el desarrollo de la industria pesquera y forestal;
- d) Estimulará el florecimiento de los valores culturales locales de esta región, provenientes de los aspectos originales de su tradición histórica;
- e) Aniquilará la odiosa discriminación de que han sido objetos los indígenas miskitos, sumos, zambos y negros de esa región. (Declaración de Principios del FSLN, 1969).

33 Nos referimos a los miskitos (los más numerosos), Sumos, Mestizos, Creoles, Garifunas y Ramas.

34 Era una situación “plagada de enfermos de silicosis, producto del trabajo inhumano en los centros mineros. [...] La mortalidad infantil era altísima. [...] La educación no era tan diferente de los índices de salud, mostraba los peores índices de analfabetismo”. (Jenkins, 1986, p.129-130).



Como una forma de afianzar la relación entre los pueblos indígenas y el nuevo gobierno, una de sus primeras medidas tomadas, fue la creación en noviembre de 1979, de la organización Misurasata – que representa las siglas de los pueblos indígenas: Miskitos, Sumus, Ramas, Sandinistas, Asla Takanka (esta última palabra significa unidos). En pocos meses, la organización tendría un lugar en el Consejo de Estado, un evento sin precedentes para los pueblos indígenas. La Misurasata nace del lado de la revolución, como lo dice su documento Lineamientos generales de Misurasata, (publicado a finales de 1980), donde la organización se define, como:

Somos tres grupos de pueblos autóctonos de la región, conformados en una sola unidad monolítica de la hermandad indígena, que defiende y consolida la Revolución Sandinista en nuestro medio social. (Lineamientos generales de Misurasata, 1980).

Sin embargo, debido a los problemas que se van acentuando en la región, la incompreensión sobre los problemas étnicos, llevaron a la creación de una diversidad de proyectos, que generaron más distanciamiento que confianza, como fue el caso de una reforma agraria que acabó afectando las tierras comunitarias. La Misurasta da un giro de 180° y en febrero de 1981, hace público su proyecto Plan de Acción, en el que exigen no solo uno, sino cinco lugares dentro del Consejo, además que en su Plan 81, demandan el control autónomo y exclusivo de 45.000 km², que representaba nada más y nada menos, que una tercera parte del territorio nacional. Esta respuesta, se deslinda por completo de la propuesta de unidad revolucionario, ya que pretende ser una autonomía territorial – independiente. Esta mudanza, viene acompañada de la llegada del nuevo presidente de los Estados Unidos, Ronald Reagan (1981-1989), que despierta un incompredido interés y una extraña solidaridad por la causa de los pueblos indígena, dando todo su apoyo, tanto económico como logístico. Los problemas se agravian y comienza el conflicto armado de la contra.

Reagan inició su batalla contra Nicaragua tres días después de que tomó posesión de su cargo. El 23 de enero de 1981 anunció que suspendía al gobierno sandinista la entrega de 15 millones de dólares, cantidad que faltaba por desembolsar para completar el crédito de los 75 millones de dólares que el año anterior había aprobado el Congreso”. (Tirado, 1985, p. 125-126).]



La llamada “Doctrina Reagan”, se ocupó permanentemente de desestabilizar al nuevo gobierno, intentar aislarlo internacionalmente. Para el gobierno norteamericano, Nicaragua era el nuevo germen socialista, liderado por un gobierno plenamente antidemocrático, que solo conseguiría desestabilizar la región e influenciar ideológica y militarmente (con su proyecto comunista) a sus vecinos El Salvador y Guatemala, Nicaragua pasaba a ser una amenaza para la región y los norteamericanos se apegaron al conflicto más presente “la cuestión étnica conformaba el eslabón más débil de la Revolución en aquellos momentos y la brecha por la que podía penetrar el proyecto imperialista”. (Díaz-Polanco, 1986, p.93).

En medio del conflicto, el Gobierno de Reconstrucción Nacional (GRN) y el FSLN, publican el 12 de Agosto de 1981, la Declaración de principios de la Revolución Popular Sandinista sobre las comunidades Indígenas de la Costa Atlántica. Se dirigen a sus hermanos indígenas, en la que dejan clara su posición y orientación política en relación a las comunidades indígenas (tan solo haremos referencia de dos puntos de la Declaración).

A: los pueblos nicaragüenses, particularmente nuestros hermanos miskitos, sumus, criollos y ramas.

CONSIDERANDO:

1. Que la Revolución Popular Sandinista tiene la enorme responsabilidad de dar a la población de las Comunidades Indígenas de la Costa Atlántica una solución justa y revolucionaria que tome en cuenta los legítimos reclamos de las mismas.

3. Que el imperialismo y los contrarrevolucionarios locales desarrollan una campaña confusionista en organismos internacionales y en el interior del país para desprestigiar al Gobierno de Reconstrucción Nacional e impedir que éste, en conjunto con los auténticos representantes indígenas, avance en la solución de los difíciles y complejos problemas heredados de regímenes anteriores.

(Declaración de principios de la Revolución Popular Sandinista sobre las comunidades Indígenas de la Costa Atlántica, 1981).

Conforme el conflicto se intensificaba “las bajas de la contra subieron de 752 en 1982 a 2.495 en 1983, y a 3.810 en 1984. Las bajas de las Fuerzas Armadas Sandinistas en estos años se aproximaron a las tres mil”. (Pozas, 1988, p. 116). El FSLN, realiza un balance de los cinco años de guerra, donde reconocen sus errores y limitaciones “nos enseña que la revolución debe hacer aún mayores esfuerzos por entender la potencialidad propia de la vocación nacional de los grupos étnico-nacionales del país y



ser capaz de contar con su participación de su propio proyecto”³⁵. Entre avances y reajustes, los sandinistas se replantean el papel de la revolución frente a los derechos de los pueblos indígenas. Como una medida para resolver el conflicto por la vía pacífica, proponen un proyecto autónomo de integración nacional. A mediados de 1984³⁶, el FSLN da un giro político y hacen pública la propuesta de crear un proyecto de Autonomía Regional para la Costa Atlántica, como una forma de “incidir en la coyuntura de la guerra [...]. Pero se concibió como una medida estratégica para resolver un problema histórico”. (Ortega, 1985. p.81). Un proyecto que fortalezca la tan deseada Unidad Nacional y que reconozca bajo un marco político-jurídico, el carácter multi-étnico y pluricultural de la nación - mediante el reconocimiento constitucional de la autodeterminación de los pueblos indígenas, lo que ampliaría el sentido democrático del país.³⁷

El 6 de diciembre de 1984, crean la Comisión Nacional de Autonomía (CNA), que está formada por una diversidad de comisiones, la cuales realizaran un amplio y extenso proceso de consulta sobre lo que sería el Estatuto Autonómico³⁸. Las consultas se intensifican entre septiembre y diciembre de 1985, donde más de “1,200 voluntarios fueron involucrados para impulsar las discusiones con las comunidades, dando lugar a la formación de casi 100 comisiones locales de autonomía sólo entre las comunidades miskitas”. (Fruhling, 2007, p. 70). Este proceso nos parece muy importante, ya que la consulta se vuelve un instrumento democrático, a través del cual se escuchan a todas y todos los involucrados. El *Estatuto de Autonomía de las Regiones de la Costa Atlántica de Nicaragua*, también conocido como la “Ley N.º 28”, fue aprobado en septiembre de 1987 y publicado el 30 de Octubre del mismo año, estableciendo el principio de la autodeterminación para dos regiones multiétnicas del país: la Región Autónoma del

35 Este documento se encuentra publicado en López y Rivas, Gilberto, “El proceso de autonomía de la Costa Atlántica de Nicaragua”. México, Clave Latinoamericana, 1992, y extraído del libro: González PÉREZ, Miguel, Gobiernos Pluriétnicos. La Constitución de Regiones Autónomas en Nicaragua. Estudio sobre el Estado Nacional y el proceso de Autonomía Regional en la Costa Atlántica-Caribe, Plaza y Valdés, México, 1997. p. 239-241)

36 A finales de 1984, ese realizan elecciones nacionales, donde el FSLN sale victorioso, con la dupla Daniel Ortega Saavedra y Sergio Ramírez.

37 Como está inscrito en su artículo 6º constitucional: “Nicaragua es un Estado independiente, libre, soberano, unitario e indivisible”.

38 El Estatuto fue discutido en abril de 1987, por centenas de representantes de los pueblos indígenas para su aprobación de anteproyecto de Ley.



Atlántico Norte (RAAN) y la Región Autónoma del Atlántico Sur (RAAS). El Comandante Tomás Borge, desde una perspectiva más amplia, se refiere a este nuevo proceso:

nuestra decisión constituye no solo un ejemplo para América Latina, sino también para todos los pueblos del mundo que afanosos - frecuentemente limitados por el estrabismo político de las clases dominantes - buscan una justa solución para sus problemas étnicos (Borge, 27 de junio de 1985, p.44).

A continuación, mencionaremos tan solo algunos de los artículos que hacen referencia a los derechos de los pueblos de la Costa Atlántica.

Título I. Principios Fundamentales. ARTÍCULO 5°. El pluralismo político asegura la existencia y participación de todas las organizaciones políticas en los asuntos económicos, políticos y sociales del país³⁹.

En el Título II. Sobre el Estado. El Artículo 8°. El pueblo de Nicaragua es de naturaleza multiétnica y parte integrante de la nación centroamericana.

En el Capítulo II, sobre las Comunidades de la Costa Atlántica.

Artículo 180. Las Comunidades de la Costa Atlántica tienen el derecho de vivir y desarrollarse bajo las formas de organización social que corresponden a sus tradiciones históricas y culturales. El Estado garantiza a estas comunidades el disfrute de sus recursos naturales, la efectividad de sus formas de propiedad comunal y la libre elección de sus autoridades y representantes. Asimismo, garantiza la preservación de sus culturas y lenguas, religiones y costumbres.

Artículo 181. El Estado organizará por medio de una ley, el régimen de autonomía en las regiones donde habitan las Comunidades de la Costa Atlántica para el ejercicio de sus derechos. (Constitución Política de la República de Nicaragua, 1987)⁴⁰.

Consideramos que el Estatuto es parte fundamental para los derechos de los pueblos indígenas, sin embargo, este proceso puede ser considerado (o entendido), tan solo como un principio o un arranque, ya que la parte más importante de todo este reconocimiento, está en la real práctica de hacer efectiva la autonomía, es decir, en la medida que los sujetos autónomos la ejerzan en sus comunidades, para fortalecer,

39 Con la reformado por Ley No. 192, en 1995, el Artículo 5° El Estado reconoce la existencia de los pueblos indígenas, que gozan de los derechos, deberes y garantías consignados en la Constitución y en especial los de mantener y desarrollar su identidad y cultura, tener sus propias formas de organización social y administrar sus asuntos locales; así como mantener las formas comunales de propiedad de sus tierras y el goce, uso y disfrute de las mismas, todo de conformidad con la ley. Para las comunidades de la Costa Atlántica se establece el régimen de autonomía en la presente Constitución.

40 La constitución se ha reformado tanto en 1995, como en el 2005.



resolver y hacer realmente propios sus procesos. A su vez, la Ley de autonomías se irá adaptando y mudando, según las necesidades y las demandas de los pueblos. Este caso, tiene un peso simbólico, ya que fue la primera vez que en el continente se aprobaría un régimen de Autonomía para los pueblos indígenas. El reconocimiento del Estatuto Constitucional en Nicaragua, es sin duda, un puntapié inicial, de un ciclo de diversos acontecimientos – en relación a reformas constitucionales que acontecerían a lo largo de las próximas décadas en muchos países del continente.

México. El surgimiento del movimiento Zapatista: una autonomía sin permiso

Algunos años más tarde, el primero de enero de 1994, el día en que los político y empresarios mexicanos, celebrarían el comienzo de una nueva era, con la aplicación del Tratado de Libre Comercio (TLC)⁴¹ entre México – E.U.A y Canadá, con el cual, según el presidente en turno Carlos Salinas de Gortari (1988-1994), el país sería tan competitivo y próspero que pasaría a formar parte de las filas del primer mundo. Esa madrugada, 3.000 indígenas armados y encapuchados, tomaban la ciudad de San Cristóbal de las Casas y otras cabeceras municipales del Estado de Chiapas⁴². Le declaran la guerra al Estado y hacen pública su Primera Declaración de la Selva Lacandona⁴³ – firmada por el Comité Clandestino Revolucionario Indígena del Ejército Zapatista de Liberación Nacional (CCRI -EZLN)⁴⁴, en la que expresan sus once demandas: trabajo, tierra, techo, alimentación, salud, educación, independencia, libertad, democracia, justicia y paz, también hacen público una serie de leyes revolucionarias, de las cuales, hay una que llama la atención, que es la ley Revolucionaria de Mujeres⁴⁵, que recoge las demandas de las mujeres indígenas de la región y que marca una nueva relación de género en las comunidades.



41 Uno de los puntos decisivos para la insurrección, fue el cambio realizado al artículo 27° constitucional (por Salinas de Gortari) referente a la propiedad de la tierra, no solo eliminaba derechos sociales conquistados, sino que se decretaba el fin del reparto agrario, lo que significaba que las tierras comunales o ejidales podrían ser vendidas a particulares.

42 Ocosingo, Altamirano, las Margaritas, Oxchuc, Huixtán y Chanal.

43 Para leer la Primera Declaración de la Selva Lacandona, 1993. Disponible en: <<http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>>

44 El EZLN, nace clandestinamente el 17 de Noviembre de 1983 en la Selva Lacandona, se prepararon diez años para salir públicamente.

45 Para leer la Ley Revolucionaria de las Mujeres, diciembre de 1993. Disponible: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993_12_g.htm>

La insurrección le da un duro golpe a la agenda neoliberal del país (el día del surgimiento no fue mera casualidad), los rebeldes, colocan las demandas de los pueblos indígenas en la agenda pública - en el debate político, mismo que en la clase política aflora su racismo e intentan a todos modos, deslegitimar al movimiento, el presidente negó que se tratara de un alzamiento indígena y ofreció el perdón a quienes depusieran las armas. El alzamiento, mostró un choque civilizatorio, el dilema entre dos proyectos civilizatorios, la globalización económica como promesa para los de *arriba* y como una amenaza y rebeldía para los de *abajo*.

Después de 12 días de guerra, se busca una solución pacífica para resolver el conflicto, un cambio del uso de las armas por el uso de la palabra⁴⁶. Para sorpresa de los rebeldes, hay un nuevo elemento que aparece y que no hacía parte de sus cálculos, una parte de la sociedad civil, muestra su apoyo y simpatía por la causa indígena y decide tomar las plazas y marchar en solidaridad. La presión social es decisiva para ponerle un alto a la guerra. A menos de dos meses de haber comenzado el conflicto, se realiza el primer encuentro entre los zapatistas y representantes del gobierno federal, que cuentan con la participación del obispo de la Diócesis de San Cristóbal, Samuel Ruiz. El llamado "Diálogo de Catedral", acontece entre el 20 de febrero y el 2 de marzo - en la ciudad de San Cristóbal de las Casas. La agenda indígena, se basa en demandas económicas, sociales, políticas, como en el cese de hostilidades, que se reconozca su derecho a autogobernarse, así como su autonomía. Dejan claro, que no es su deseo, ni intención, separarse del país, sino todo lo contrario, continuar siendo indígenas y mexicanos. Para finales de 1994, los zapatistas anuncian la creación de 38 municipio "autónomos y rebeldes" en su territorio.

Un año más tarde, se realizan los Diálogos en San Andrés Sacamch' de los Pobres (mejor conocidos como Acuerdos de San Andrés Larráinzar). Se proponen cuatro mesas de trabajo para discutir los siguientes temas: I. Derechos y Cultura Indígenas. II. Democracia y Justicia. III. Bienestar y Desarrollo. IV. Derechos de las Mujeres Indígenas. Los Diálogos acontecieron entre octubre de 1995 y septiembre de

46 Es importante mencionar que los zapatistas deciden enfrentar el conflicto desde la vía de las palabras, pero no entregan las armas.



1996, y solo se firmaron los acuerdos relacionados con la primera mesa de trabajo⁴⁷. Algunos de los factores importantes de este dialogo, fue el hecho de haber tenido un carácter abierto, amplio y participativo, que marcaba una nueva relación entre los pueblos y el gobierno, “se enfrentó a una realidad inusitada. No podía cooptar ni manipular un movimiento que sostenía un principio simple pero inexpugnable: la defensa de la dignidad”. (López y Rivas, 2014, p. 52).

Por su parte, los zapatistas dejan claro que los Diálogos son tan solo el comienzo de un camino largo por recorrer “es la primera vez que una organización opositora, y en este caso rebelde ante el orden establecido, incluye a la sociedad en su conjunto en una negociación que tiene por meta final la transición a la democracia” (EZLN, Punto y seguido, 15 de febrero de 1996). En ese sentido, hacen referencia al sentido más amplio de la lucha por la autonomía “En cuanto a la autonomía de éstos, que no ha sido aceptada en su totalidad por el gobierno federal, el EZLN la concibe en el contexto de una lucha nacional mucho más amplia y diversa” (EZLN, Punto y seguido, 15 de febrero de 1996).

La falta de compromiso por parte del gobierno con los Acuerdos, llevó a que los zapatistas realizaran una Caravana Nacional, conocida como la *Marcha del Color de la Tierra*. El nuevo gobierno de transición, a cargo del panista Vicente Fox Quesada (2000-2006), había prometido en campaña, que solo le llevaría 15 minutos para resolver el conflicto en Chiapas. La Caravana salió de la Selva Lacandona el 24 de febrero del 2001, pasó por 13 de estados de la República, para llegar a la Ciudad de México. Uno de los momentos más representativos de esta Marcha, aconteció el 28 de marzo, en la Tribuna de la Cámara de Diputados del Congreso de la Unión, con el discurso pronunciado por la Comandanta Esther:

La palabra que traemos es verdadera. No venimos a humillar a nadie. No venimos a suplantar a nadie. No venimos a legislar. Venimos a que nos escuchen y a escucharlos. Venimos a dialogar. [...] Nosotros somos Zapatistas. No traicionaremos la confianza y fe que muchos en este parlamento y en el pueblo de México pusieron en nuestra palabra. Quienes apostaron a prestar oído atento a nuestra palabra respetuosa, ganaron. Quienes apostaron a cerrar las puertas al diálogo porque temían una confrontación, perdieron. Porque los

47 El EZLN se retira de las negociaciones por la falta de compromiso y desinterés por parte del gobierno, las otras mesas se quedaron pendientes.



zapatistas traemos palabra de verdad y respeto (EZLN, Comunicado, 28 de marzo de 2001).

Algunos días después, el 25 de abril, el Senado de la República, con los tres principales partidos del país, el Partido de Acción Nación - (PAN), el Partido de la Revolución Democrática - (PRD) y el Partido de la Revolución Institucional – (PRI), aprobarían por unanimidad - la reforma constitucional en materia de derechos y cultura indígena, reconocida en decreto el 14 de agosto. Sin embargo, la Ley aprobada, mejor conocida como la "ley light", en realidad, era una contrarreforma que no llevaba el espíritu original de los Acuerdos de San Andrés, siendo una traición para los pueblos indígenas. El abogado Francisco López Bárcenas, hace referencia de este momento:

El 14 de agosto de 2001 se publicó en el *Diario Oficial de la Federación* el decreto de reforma constitucional con el cual se modificaron varios de los artículos de nuestra Constitución federal, pero éstos no satisfacían las demandas de los pueblos indígenas y la reforma fue rechazada porque se apartaba de los Acuerdos de San Andrés. Fue así como la clase política mexicana perdió la oportunidad que tuvo de establecer condiciones para constituir un nuevo Estado, en el que los pueblos pudieran reconstituirse y todos, individuos y pueblos, pudieran vivir dignamente, de acuerdo con la propia cultura, creencias y aspiraciones. (López Bárcenas, 2015).



La ley fue rechazada por los zapatistas, como por el Congreso Nacional Indígena (CNI) y por otras organizaciones sociales (tanto dentro como fuera del país). En respuesta a esta traición, el EZLN hace público un documento, con el que cierran la puerta del diálogo con el gobierno. Algunos de sus puntos:

Tercero.- La reforma no hace sino impedir el ejercicio de los derechos indígenas, y representa una grave ofensa a los pueblos indios, a la sociedad civil nacional e internacional, y a la opinión pública, pues desprecia la movilización y el consenso sin precedentes que la lucha indígena alcanzó en esos tiempos.

Sexto.- El EZLN formalmente desconoce esta reforma constitucional sobre derechos y cultura indígenas. No retoma el espíritu de los Acuerdos de San Andrés, no respeta la "Iniciativa de ley de la Cocopa", ignora por completo la demanda nacional e internacional de reconocimiento de los derechos y la cultura indígenas, sabotea el incipiente proceso de acercamiento entre el gobierno federal y el EZLN, Traiciona las esperanzas de una solución negociada de la guerra en Chiapas, y revela el divorcio total de la clase política respecto de las demandas populares (C.C.R.I – CG del EZLN, 29 de abril del 2001).

Los zapatistas re-organizan sus comunidades y el 8 de agosto del 2003, dan nacimiento a cinco Caracoles⁴⁸ y a sus Juntas de Buen Gobierno (JBG). A partir de ese momento, su territorio estará dividido en tres niveles: el Regional (que corresponde a cada Caracol), el nivel Municipal que agrupa 29 Municipios Autónomos Rebeldes (en donde cada Caracol, estará a cargo de un cierto número de Municipios, dependiendo de la región) y el nivel comunitario, organizado por centenas de comunidades bases de apoyo zapatista. En el acto inaugural de los Caracoles, la Comandanta Esther reafirmo que la lucha de los pueblos sea en torno de crear procesos autónomos, sin que esperen nada del Estado.

Ya es momento de aplicar y actuar en todo el país de México la Autonomía de los pueblos indígenas, nadie lo pueden pedir permiso para formar sus municipios autónomos. Como nosotros lo estamos haciendo y practicando no pedimos permiso. Aunque el mal gobierno no lo reconoció, para nosotros es nuestra ley y nos defendemos con ella. (Comandanta Esther, 9 de agosto de 2003).

Con esa nueva re-organización territorial y administrativa, los zapatistas deciden hacer efectivos los acuerdos de San Andrés en sus comunidades. Creando “un proyecto de pueblos-gobierno [...] de la construcción del poder por redes de pueblos autónomos y de integración de órganos de poder como autogobiernos de los que luchan por una alternativa dentro del sistema”. (González Casanova, 11 de septiembre del 2003). Un nuevo proyecto contra el mal gobierno. Los rebeldes se organizan en base al mandar-obedeciendo y otros principios como: representar no suplantar, bajar no subir, servir y no servirse, convencer y no vencer, construir y no destruir, proponer y no imponer. En la entrada de muchas de sus comunidades, se puede leer en algunos letreros: “Esta usted en territorio zapatista. Aquí manda el pueblo y el gobierno obedece.”

En relación a su autogobierno o JBG - un “Otro Gobierno”, se organizan bajo un sistema que tiene diversas características: son cargos rotativos (de un periodo aproximado de tres años); son revocatorios, y no son remunerados, pues ser parte de

48 En un nuevo comunicado publicado en 2019, anuncian que han aumentan el número de Caracoles: “Nos presentamos ante ustedes con nuevos Caracoles y más municipios autónomos rebeldes zapatistas en nuevas zonas del sureste mexicano. [...] Ahora serán 12 caracoles con sus Juntas de Buen Gobierno”. (Subcomandante Insurgente Moisés, 2019).



las JBG es considerado un servicio para la comunidad. En este nuevo quehacer político, las mujeres tienen una participación directa en la toma de decisiones – en los tres niveles de gobierno. Formulan “Otra Economía y Administración”, con la creación de diversas cooperativas, que van desde la producción de: café, ganadería, cultivos, artesanías, herrerías, panaderías, zapaterías, huertos agroecológicos, (donde cultivan sin el uso de agrotóxicos o transgénicos), así como organizan comunitariamente tiendas, donde venden los productos que ellos no producen. *Tienen sus propios Bancos Autónomos*, como el *Banco Popular Autónomo Zapatista - BANPAZ* o el *Banco Autónomo de Mujeres Zapatistas BANAMAZ*, donde realizan préstamos a bajos intereses y crean fondos económicos para organizar trabajos colectivos. En relación a la cultura y educación, tienen sus propios radios (crean sus propios contenidos), así como sus propios programas pedagógicos, organizados por los promotores comunitarios. Tienen “Otra Salud”, donde rescatan las tradiciones comunitarias sobre el uso de plantas medicinales, construyen hospitales y clínicas, se organizan a partir de una “Otra Justicia”, donde atienden los problemas comunitarios e intercomunitarios. Es importante mencionar, que a lo largo de estos años, existen una diversidad de comunidades, (muchas veces de la misma familia), donde conviven zapatistas y no zapatistas, por lo tanto, los no zapatistas, tienen acceso al sistema de justicia zapatista, así como pueden ser atendidos en sus hospitales, pero no pueden acceder, a las escuelas, ni participar de los proyectos colectivos, que son solo para quienes hacen parte de la organización.

La autonomía zapatista, nos es reconocida por el Estado y abarca todos los aspectos de la vida comunitaria, aunque en realidad, es mejor hacer referencia a un sistema de múltiples autonomías ¿Porque? Consideramos que cada comunidad se basa en los principios y acuerdos emanados de sus asambleas comunitarias, como del principio del manda-obedeciendo, sin embargo, lo que acontece en una comunidad, no necesariamente sucede en otra, esto queda más claro en la cuestión relacionada con los proyectos comunitarios, donde cada comunidad crea o construye, lo que considere necesario. La autonomía, es un proceso único, diverso, que no atiende a manuales o formas establecidas, solo depende de la capacidad de los sujetos que la ejercen y que la viven día a día, en una cotidianidad entre aciertos y errores, pero que



solo corresponden a las decisiones tomadas por todas y todos, caminar por sus propios pies. Un proyecto emancipatorio y anticolonial, que cada vez, está más presente en la realidad de los pueblos indígenas de nuestro continente. Ya dijo Francisco López Bárcenas, Se viven tiempos de autonomías, no hay vuelta al pasado!

Algunas reflexiones finales

A lo largo de este breve texto, intentamos aproximarnos a dos experiencias autónomas diferentes, abordadas desde diversas perspectivas. En el caso nicaragüense, predomina una perspectiva histórica de los hechos, en tanto, que en el caso mexicano, intentamos abordar - también una perspectiva histórica del surgimiento del movimiento - pero, dando énfasis al quehacer de los sujetos en la construcción de sus procesos autónomos comunitarios, dos procesos que tienen un común denominador, la lucha por la autonomía. El primero de ellos, después de algunos años de conflicto armado y como una forma de pacificar el conflicto – se propone el reconocimiento constitucional para los pueblos de la región de la Costa Atlántica, en tanto, que en el caso zapatista, después de haber dialogado con el gobierno, firmar los únicos y primeros acuerdos en base a la cultura y derechos indígenas - fueron traicionados, lo que los lleva a reorganizar sus territorios para hacer efectiva y creativa en la praxis - una autonomía que no es reconocida por el Estado, por lo tanto, presentamos dos vertientes del quehacer autónomo. Nos gustaría finalizar, diciendo que no hay modelos o moldes para la autonomía, cada una dependerá de su realidad y contexto, cada una de forma única y diversa. Siendo un tema presente, abierto y en disputa, que involucra la relación de los Estados y los pueblos indígenas en nuestro continente.

REFERENCIAS

BORGE, Tomás, Fonseca, 27 de junio de 1985. Discurso del Comandante de la Revolución Tomas Borge M., Ministro del Interior, en la Clausura del seminario de la Comisión Nacional de Autonomía, Managua en DÍAZ - POLANCO Héctor, LÓPEZ y RIVAS Gilberto (compiladores), Nicaragua: **Autonomía y Revolución**, Juan Pablos Editor, México, 1986, pp.43-55.



COMANDANTA Esther, 9 de agosto del 2003. A los pueblos indios de México. Disponible: https://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2003/2003_08_09.htm. Acceso em: 31 jan. 2022.

COMUNICADO DEL COMITÉ CLANDESTINO REVOLUCIONARIO INDÍGENA-COMANDANCIA GENERAL DEL EJÉRCITO ZAPATISTA DE LIBERACIÓN NACIONAL. C.C.R.I – **CG del EZLN**, 29 de abril del 2001. La reforma constitucional aprobada en el Congreso de la Unión no responde en absoluto a las demandas de los pueblos indios de México, del Congreso Nacional Indígena, del EZLN, ni de la sociedad civil que se movilizó. Disponible en: https://palabra.ezln.org.mx/comunicados/2001/2001_04_29_b.htm. Acceso em: 31.jan.2022.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA DE NICARAGUA, 1987.

DECLARACIÓN DE PRINCIPIOS DEL FSLN, 1969. Disponible:<http://americo.usal.es/oir/opal/Documentos/Nicaragua/FSLN/PROGRAMA%20HISTORICO%20DEL%20FSLN.pdf>. Acceso em: 31.jan.2022.

DÍAZ-POLANCO Héctor, LÓPEZ y RIVAS, Gilberto (compiladores). **Nicaragua: autonomía y revolución**, Juan Pablos Editor, México, 1986.

EZLN, **Primera Declaración de la Selva Lacandona**, 1993. Disponible: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acceso em: 31.jan.2022.

EZLN. **Punto y Seguido**, 15 de febrero de 1996. Disponible: https://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1996/1996_02_15_b.htm. Acceso em: 31.jan.2022.

EZLN, **Comunicado**, 28 de marzo de 2001. Discurso de la Comandanta Esther en la tribuna del Congreso de la Unión. Acceso em: 31.jan.2022.

FRUHLING, Pierre, González Miguel, Buvollen Petter Hans. **Etnicidad y nación**. El desarrollo de la autonomía de la Costa Atlántica de Nicaragua (1987-2007). F&G Editores, Guatemala, 2007.

GONZÁLEZ, Casanova, Pablo. **Los Caracoles Zapatistas**: Redes de resistencia y autonomía (Ensayo de interpretación), 11 de septiembre del 2003, en Suplemento Perfil de la Jornada, México, 26 de septiembre de 2003. Disponible: <https://www.jornada.com.mx/2003/09/26/per-texto.html>. Acceso em: 31.jan.2022.

JENKINS, Molieri, Jorge. **Testimonios sobre la realidad miskita**. Hazel Lau, William Ramírez, Lumberto Cambell, Galio Gurdian, Cono Sur Press, Suecia, 1984.

JENKINS, Molieri, Jorge. **El desafío indígena en Nicaragua**: El caso de los Miskitos. Editorial Katún, México, 1986.



LEY REVOLUCIONARIA DE LAS MUJERES, diciembre de 1993. Disponible: http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993_12_g.htm. Acceso em: 31.jan.2022.

LÓPEZ, Bárcenas, Francisco. Los Acuerdos de San Andrés, proceso constituyente y reconstitución de los pueblos indígenas. **El Cotidiano**. núm. 196, 2015. Disponible: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/325/32544732009/html/index.html>. Acceso em: 31.jan.2022.

LÓPEZ Y RIVAS, Gilberto. **Autonomía de los pueblos Indígenas y Zapatismo en México**. Ocean Press y Ocean Sur, 2014.

ORTEGA, Hegg Manuel, 31 de Octubre de 1985. Revisando la Identidad Nicaragüense. Entrevista publicada en Barricada Internacional, Archivo, Año V, No. 180, 31 de Octubre de 1985, Managua, Nicaragua, en DÍAZ-POLANCO, Héctor; LÓPEZ y RIVAS Gilberto (compiladores). **Nicaragua: autonomía y revolución**, Juan Pablos Editor, México, 1986, (pp.77-86).

POZAS, Victor. **La revolución Sandinista (1979-88)**, Editorial Revolución, España, 1988.

PRIMERA Declaración de la Selva Lacandona, 1993. Disponible: <http://palabra.ezln.org.mx/comunicados/1994/1993.htm>. Acceso em: 31.jan.2022.

SANDINO, Augusto Cesar. **Pensamiento Político**. Biblioteca Ayacucho, Venezuela, 1988.

SUBCOMANDANTE Insurgente Moisés. **Comunicado del CCRI – CG del EZLN. Y rompimos el cerco**. 17 de agosto del 2019. Disponible: <http://enlacezapatista.ezln.org.mx/2019/08/17/comunicado-del-ccri-cg-del-ezln-y-rompimos-el-cerco-subcomandante-insurgente-moises/>. Acceso em: 31.jan.2022.

TIRADO, Manlio. **La Revolución Sandinista**. Ed. Nuestro Tiempo, México, 1985.

VILAS, Carlos. **Estado, clase y etnicidad: La Costa Atlántica de Nicaragua**. Fondo de Cultura Económica, México, 1992.



QUAL O ESPAÇO PARA MULHERES E JOVENS NA POLÍTICA LATINOAMERICANA? A REOXIGENAÇÃO DE QUADROS NAS ELEIÇÕES DA BOLÍVIA PÓS-GOLPE DE 2019

Ergon Cugler de Moraes Silva⁴⁹

Camila de Camargo Modanez⁵⁰

Este ensaio tem como objetivo dialogar com as reflexões da *live* realizada pelo “*PROLAM-USP Debate*”⁵¹ ao contexto das eleições Andinas de maio de 2021. Objetivamente, busca-se observar, a partir dos discursos de atores do campo progressista da política boliviana, aspectos qualitativos para as questões: Qual o espaço para mulheres e jovens na política da Bolívia? E, além, qual o impacto do Golpe de 2019 na reoxigenação de quadros após a retomada democrática de 2020?

Além das entrevistas coletadas via *live* do “*PROLAM-USP Debate*” com Roxana Pérez del Castillo Brown (MAS-IPSP)⁵² e Freddy Bobaryn López (MAS-IPSP), foram buscados outros quadro relevantes da política boliviana por entrevista estruturada em formato de texto - fornecido pelos entrevistados. Assim sendo, a seguir temos uma breve introdução (“*Quadro Geral da Bolívia*”), seguido de uma discussão mais detalhada com dados também quantitativos (“*Juventude e Mulheres na Política Boliviana*”) e as considerações finais (“*Reoxigenação como Processo*”).

Vale citar que além da pesquisa quantitativa realizada e dos depoimentos via *live*, os autores deste ensaio acompanharam as eleições departamentais da Bolívia *in loco*, sendo, portanto, construída também a partir de leituras empíricas, nas quais os próprios entrevistados convidados foram identificados como quadros nacionais relevantes à política boliviana a partir de suas participações nas eleições departamentais e nas articulações do MAS-IPSP em todo o processo eleitoral.

⁴⁹ Ergon Cugler de Moraes Silva é Graduando em Gestão de Políticas Públicas na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e Pesquisador-Bolsista associado ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas “Professor Doutor José Renato de Campos Araújo” (OIPP) e ao Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP) da EACH-USP.

⁵⁰ Camila de Camargo Modanez é Graduanda em Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e extensionista no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.

⁵¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/channel/UCWv1IOXkPpUflzsDGR-LjCA>. Acesso em 25 jul. 2021.

⁵² Partido “*Movimento Ao Socialismo – Instrumento Político pela Soberania dos Povos*”.



Quadro Geral da Bolívia

Em *live* realizada pelo “*PROLAM-USP Debate*” em 2021, a então vereadora-eleita pela cidade de La Paz, Roxana Pérez del Castillo Brown (MAS-IPSP), ressaltou a importância da participação plurinacional desde o processo constituinte boliviano de 2006 para a chegada das conquistas atuais. Como apontou Brown (2021):

Hemos avanzado mucho desde ya el proceso Constituyente, el tener una asamblea plurinacional conocimiento de nuestros pueblos, el tener el haber cambiado de la República a un estado plurinacional, el tener una asamblea Constituyente y el haber empatado obtener ya escrito un pacto social y político con límites también a las autoridades es muy importante (...). (PROLAM-USP DEBATE; BROWN, 2021).

De fato, com a posse de Evo Morales como Presidente da Bolívia (2006), a pesquisadora Gloria Alicia Caudillo Félix (2007) destaca uma série de elementos sobre a memória insurrecional do movimento indígena boliviano. Segundo Félix (2007, p. 183), a posse de Morales inaugurou um “*nuevo ciclo histórico desde la visión de larga duración y de resistencia de los pueblos indígenas*”, especialmente porque além de ser um indígena Aymara, o então empossado presidente Evo Morales se consolidou durante décadas como dirigente de movimento social, com larga trajetória de luta.

No entanto, como também aponta Brown (2021), o racismo estrutural na Bolívia ainda se manifesta no cotidiano das relações sociais, demandando um processo de descolonização contínuo:

(...) tenemos un largo camino por recorrer, pues creo que el racismo sigue latente, el racismo que está gatillado bueno obviamente por la colonia y colonización pero también para pillado porque estamos tocando intereses económicos de poderes que además movidos no solamente nacionalmente, pero internacionalmente y mundialmente y además tienen una fuente de recursos muchísimo más grande (...) creo que hemos evolucionado pero todavía nos falta mucho camino por recorrer y por eso es importante no interrumpir el Proceso de Cambio sino más bien fortalecer en este sentido creo que si le haya pasado”. (PROLAM-USP DEBATE; BROWN, 2021).

Já em 2006, aproximadamente 62,2% da população boliviana era indígena (aymaras, quechuas, mojeños, chipayas, muratos, guaraníes, por exemplo e dentre



outros povos reconhecidos)⁵³, apesar de uma forte discriminação que buscava então “desumanizar” (Félix, 2007, p. 185) os povos indígenas. Como denunciou Morales em seu discurso de posse, inclusive, “(...) a los primeros aymaras, quechuas que aprendieron a leer y escribir, les sacaron los ojos, cortaron las manos para que nunca más aprendan a leer y escribir”.

Félix (2007, p. 199) também recorda que a Assembleia Geral Constituinte (2006) contou com uma mulher indígena em sua presidência, a parlamentar eleita Silvia Lazarte, quem então conduziu os trabalhos pela nova Constituição - algo inédito no contexto da Bolívia e até mesmo na América Latina. Desde então, diversos direitos das mulheres foram conquistados pela luta popular na Bolívia, como aponta Brown (2021), mas, ainda assim, a participação das mulheres no núcleo da política boliviana é baixa se comparada aos homens. Como aponta Brown (2021):

Lamentablemente hemos tenido una baja participación de las mujeres, pero, sin embargo, es mayor a la que se ha tenido en otras gestiones. Así que eso hace entender que estamos avanzando. Como mujer feminista estoy muy interesada en que las políticas públicas no solamente aterricen en un marco jurídico, sino que también permitan la materialización no sólo de los derechos, sino del ejercicio de estos derechos. Actualmente tenemos el 16% de participación de mujeres en cargos electivos a nivel nacional y eso es parte de lo que se está promoviendo como parte de la pluralidad y la inclusión que son Pilares principales del Proceso de Cambio. (PROLAM-USP DEBATE; BROWN, 2021).

Em outro eixo do debate - apesar de também disputando maior inserção no núcleo da política -, a juventude também encontra uma série de barreiras para envolver-se nos altos escalões da política boliviana. Freddy Bobaryn López, no entanto, é um jovem Vice-Ministro do Governo Plurinacional da Bolívia que tem ganhado destaque, coordenou, inclusive, a campanha de Governador do Departamento de La Paz em 2021 com o candidato Franklin Flores (MAS-IPSP) - também jovem e atualmente gerente executivo da EMAPA (Empresa de Apoyo a la Producción de Alimentos). Como aponta López (2021):

⁵³ Tal presença das populações indígenas segue próximo de 62,2% da população total boliviana, sendo o país na América Latina com maior percentual indígena em sua composição. Mais informações em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolivia-o-pais-mais-indigena-da-america-latina/>. Acesso em: 25 jul 2021.



(...) parte de los problemas que tuvimos como gobierno justamente se debe a que no existió este proceso de regeneración interna, este proceso de que puedan surgir nuevos liderazgos y que de alguna forma una nueva generación de políticos pueda asumir áreas de responsabilidad para con la sociedad (...) (PROLAM-USP DEBATE; BOBARYN LÓPEZ, 2021).

Ambos, Roxana Pérez del Castillo Brown, vereadora do município de La Paz (MAS-IPSP) e Freddy Bobaryn López, Vice-Ministro de Coordenação e Gestão Governamental (MAS-IPSP), quadros notáveis na política boliviana, conquistaram mais espaço após Golpe de Estado de 2019 realizado por Jeanine Áñez (MDS) e a retomada democrática em seguida por Lucho Arce Catacora e David Choquehuanca Céspedes (MAS-IPSP) - atuais presidente e vice-presidente da Bolívia. Junto deles, diversas mulheres e jovens conquistaram espaço diante da demanda de reoxigenação para que lideranças de novas gerações ocupassem o poder.

Em entrevista⁵⁴ realizada para este texto com objetivo de complementar as informações qualitativas coletadas, Germán Daniel Jiménez Terán (MAS-IPSP), de 32 anos, engenheiro de gás pela Universidade Experimental “Rafael María Baralt” (Venezuela) e Diretor Executivo da ANH (Agência Nacional de Hidrocarburos) afirma que em 2019 muitos jovens votantes só tinham conhecido um presidente até então, *“nuestro hermano Evo Morales”*, aponta também que durante os 14 anos de governo, entre acertos e desacertos - citando muito mais acertos no geral, como por exemplo o processo de nacionalização dos hidrocarburos -, os jovens conheceram no estado boliviano uma justiça social e uma política equitativa, e esses mesmos jovens cresceram em um país construído com política forte, e uma sociedade em desenvolvimento.

Terán diz também que até esse momento, *“a juventude da Bolívia nunca havia vivido uma etapa de desemprego e fome no país”*. E nessa etapa, do Golpe de Estado, muita coisa se transformou, *“houve uma quebra no que foi a construção do governo boliviano até então, fazendo com que muitos jovens tenham se dado conta de que a ruptura democrática afetou diretamente a vida das famílias bolivianas”*, fazendo com que muitos se envolvem de maneira ativa na luta pela retomada da democracia, que

⁵⁴ Entrevista realizada exclusivamente para este ensaio.



se dá com a eleição do atual presidente Lucho. Para Germán, a presença dos jovens com espaço de atuação no governo atual da Bolívia se dá por conta da atuação e do protagonismo dos mesmos no combate ao Golpe de Estado.

Após as trágicas consequências do Golpe, porém, qual janela de oportunidade se constrói para que mulheres e jovens ocupem a política boliviana? Além disso, quais são as principais lacunas e desafios para se aumentar a participação de mulheres e da juventude na política boliviana?

Juventude e Mulheres na Política Boliviana

Para Roxana Brown (2021), está no *Proceso de Cambio*⁵⁵ o instrumento de mobilização social para que as desigualdades de gênero - além das demais desigualdades estruturais -, sejam enfrentadas. Como aponta Brown (2021) ao refletir acerca do *Proceso de Cambio*:

El Proceso de Cambio, desde mi mirada, responde a un sistema de dominación que no solamente ha sido contado a nivel nacional sino que emerge desde una élite exclusivista y que además masculinizada y blanca que responde además a un deber ser de un hombre blanco de clase media alta y que ha ejercido una dominación sobre el resto de la población. Por supuesto los países de latinoamérica adicionalmente hemos sido colonizados bajo el sistema de dominación no solamente física y territorialmente sino mentalmente emocionalmente y eso ha hecho que nos separemos o nos divorciamos de nuestras tradiciones de nuestras costumbres y de nuestra historia entonces esa memoria histórica es parte de lo que trata de recuperar el Proceso de Cambio. Pero el Proceso de Cambio pelea contra el imperialismo, el capitalismo, el machismo, el patriarcado, el racismo, la exclusión dentro de la participación y la representatividad real en todos los espacios bolivianos. Además, Bolivia no es un solo pueblo, somos muchísimos pueblos ahora y estamos reconocidos constitucionalmente, pues existen 36 pueblos y incluso más que convergen en un espacio territorial y todos esas poblaciones tienen que ser reconocidas no solamente para el ejercicio de sus derechos sino también desde la proyección de evolución de los mismos. Eso es por dónde queremos proyectar las políticas públicas y el marco jurídico, pero también económico y demás que son transversales y de distribución económica que está ya plasmado a

⁵⁵ *El Proceso de Cambio* pode-se entender como uma estrutura e sistema de representação proposta pelo Movimento ao Socialismo (MAS-IPSP) que corresponde ao processo de transição econômica-social-política como programa à Bolívia. Mais informações disponíveis em: <https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/15270>. Acesso em: 25 jul 2021.



través del Proceso de Cambio en Bolivia”. (PROLAM-USP DEBATE; BROWN, 2021).

Neste contexto, existe uma constante disputa com pesos e contrapesos para que novos atores ocupem espaços políticos, mobilizando condições para existência e exercício de direitos igualitários aos povos (Brown, 2021):

Las mujeres, por una mirada interseccional, el Proceso de Cambio también es una mirada interpersonal (...) y cómo a través históricamente nace para ser un contrapeso a los pesos existentes y confrontar desde justamente estas poblaciones la necesidad de ejercitar derechos en igualdad de condiciones pero también detener: estamos en primera persona de representatividad entonces a través de nosotras podemos también reflejar cómo se ha ido dando el avances del ejercicio igualitario de derechos y de acceso”. (PROLAM-USP DEBATE; BROWN, 2021).

Com as eleições nacionais de 2020, a política de “paridade e alternância” implementada pelo MAS-IPSP coloca o país andino no pódio da representação feminina no parlamento⁵⁶. A medida de lista fechada (definida previamente do processo eleitoral e submetendo a votação da chapa do partido com seus candidatos e candidatas, recebendo tal voto em lista ao invés de votos individuais) com alternância paritária entre homens e mulheres em tal lista, levou o país ter 20 das 36 cadeiras do Senado (56%) e 62 das 130 da Câmara Baixa (48%) ocupadas por mulheres. Além disso, 18 cadeiras serão ocupadas por representantes indígenas, sendo 10 mulheres e 8 homens.

Vale destaque ao fato de que tais dados posicionam a Bolívia no terceiro lugar do ranking mundial de participação de mulheres na política, atrás apenas de Ruanda e Cuba⁵⁷, sendo que na América do Sul, é o país com maior representação de mulheres na política institucional⁵⁸.

Conforme declarou Ruth Londram, membro da diretoria executiva da Associação de Mulheres Indígenas Originárias de Colcapirhua “Bartolina Sisa”, reconhecido movimento plurinacional de mulheres organizadas na Bolívia, “*Por trás destes números está a valorização das mulheres e dos povos indígenas, da pollera e da*

⁵⁶ Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/10/17/eleicoes-bolivia-o-que-esta-em-jogo-sao-as-conquistas-dos-povos-indigenas>. Acesso em: 25 jul. 2021.

⁵⁷ Dados do Inter-Parliamentary Union. Disponível em: <https://www.ipu.org/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

⁵⁸ Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/11/mulheres-se-tornaram-motor-do-restabelecimento-da-democracia>. Acesso em: 25 jul. 2021.



whipala, do combate à discriminação”. Londram vai além e reforça o argumento sobre a relação do avanço da participação das mulheres com o estabelecimento da democracia na Bolívia:

É a organização enquanto movimento popular que nos permite ir além, pois temos consciência dos nossos direitos e não somos mais tratadas de forma insignificante. Muito diferente foi o período do golpe de Jeanine Áñez, quando retornaram os maus tratos, o preconceito e o racismo” (LONDRAM, 2021)⁵⁹.

A conquista protagonizada pelo movimento de mulheres do MAS-IPSP levou o cumprimento de instrumentos assegurados na Constituição boliviana (BOLÍVIA, 2009): **1)** a participação equitativa em igualdade de condições na formação, o exercício e o controle do poder político (art. 26); **2)** garantindo igual participação de mulheres e homens na eleição da Assembleia Legislativa Plurinacional (art. 147); **3)** a partir da eleição interna das candidaturas dos partidos políticos que então seja regulada pelo Órgão Eleitoral Plurinacional, que deve garantir igual participação de mulheres e homens (art. 210).

Em entrevista cedida, a jovem e também recém-eleita vereadora da cidade de La Paz, Joselinne Pinto Villanueva, de apenas 25 anos, formada em engenharia comercial, fala sobre a sua percepção sobre a participação dos jovens e das mulheres na política boliviana antes e depois do golpe:

Anterior al golpe, se sentía una ambiente de protección de los jóvenes hacia nuestro proceso de cambio, creando redes alternativas de comunicación saliendo a las calles a defender las instituciones del estado y generando debate político desde lo más íntimo de su hogar hasta en auditorios. Posterior al golpe de estado, los jóvenes simpatizante del partido asumimos protagonismo político y por ende salieron varias candidaturas nuevas, nos vimos en la obligación de no solo hacer la típica campaña electoral en apoyo a un mismo candidato ya antiguo, si no, buscando alternativas y liderazgos nuevos que existían dentro del instrumento político. Confiamos y creemos en la capacidad de la juventud.” (VILLANUEVA, 2021)⁶⁰.

Além das mulheres, foi também a juventude, enquanto categoria interseccional, que cumpriu papel central na retomada democrática da Bolívia. Luis Alberto Arce Catacora, presidente da Bolívia eleito em 2020 para um mandato de cinco

⁵⁹ Disponível em: <https://vermelho.org.br/2020/10/26/mulheres-da-bolivia-batem-recorde-na-eleicao-para-o-parlamento>. Acesso em: 25 jul. 2021.

⁶⁰ Entrevista realizada exclusivamente para este ensaio.



anos, afirmou, em entrevista à TVT brasileira, que *“Juventude foi fundamental para restabelecer a democracia na Bolívia”*:

quando a repressão às manifestações populares contra o golpe produziu cerca de 40 mortos e os jovens perceberam que os seus direitos estavam sob ataque, começou a surgir um clima de mudança no país, protagonizado pela juventude (...) ‘Isso tudo mostrou exatamente o contrário do que haviam imaginado que seria um ditador, e começaram a viver dentro do governo golpista uma ditadura de verdade (...) Os jovens observam que as mortes foram produtos da repressão duríssima do governo golpista, levada a cabo para aplacar as manifestações contrárias ao golpe. Eles (os golpistas) reprimiram, encarceraram, torturaram dirigentes dos movimentos, em uma total violação de direitos humanos (ARCE CATACORA, 2021)⁶¹.

Vale citar que em agosto de 2019, em meio ao Golpe em curso, setores da juventude organizada na Bolívia mobilizaram vigílias e ações diversas, até mesmo uma greve de fome⁶² - frente ao Supremo Tribunal Eleitoral (STE), na capital da Bolívia. Freddy Bobaryn López (2021) vai além e aponta que a provocação para que setores da juventude se mobilizassem para ocupar a política mais recentemente veio especialmente diante dos escândalos de corrupção do governo de Jeanine Áñez (MDS). Para o Vice-Ministro, foi a forma em que a cidadania boliviana encontrou condições para que fosse feita valer sua voz:

Hubieron grandes casos de corrupción de dineros que estaban destinados para luchar contra la pandemia del COVID-19 para beneficiar a algunos actores corruptos del gobierno de Jeanine Áñez (...) entonces obviamente la ciudadanía assume conciencia de que se está produciendo un saqueo sistemático de recursos en el Estado y de manera pacífica, democrática, libre y abierta deciden participar para poder hacer valer su voz a través de las elecciones generales”. (PROLAM-USP DEBATE; LÓPEZ, 2021).

López (2021) também diz que um dos questionamentos mais importantes da sociedade foi para que existisse uma real e sincera regeneração e reoxigenação da política boliviana, para que esta pudesse gerar novos processos de aproximação com a população.

⁶¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2021/02/juventude-foi-fundamental-para-restabelecer-a-democracia>. Acesso em: 25 jul. 2021.

⁶² Disponível em: <https://www.abrilabril.pt/internacional/juventude-do-mas-pede-apoio-luta-pela-democracia>. Acesso em: 25 jul. 2021.



(...) creo que todos los procesos democráticos requieren estos escenarios de regeneración política por la misma salud democrática de nuestras instituciones y en Bolivia estamos en este proceso, pues creemos que ha llegado el momento de continuar con el Proceso de Cambio, profundizar las medidas y reformas que se habían asumido durante los 14 años de gestión, pero esta vez con nuevos actores y con una nueva sangre, nueva dinámica y que a su vez permita que se generen estos procesos naturales de relevo pues que tienen que existir en todas las democracias (PROLAM-USP DEBATE; LÓPEZ, 2021).

Além disso, “hablar también de la necesidad de rotación de poder es importante”, porém “pudiéramos entender que el poder reside en el pueblo y qué es ahí donde debería quedarse poder ir a la delegación del soberano - los pueblos y las personas” (López, 2021). Isto é, para o Vice-Ministro boliviano, o exercício de reoxigenação requer que se entenda que o poder deve ser rotacionado como princípio, uma vez que este é delegação da manifestação do poder do povo - dinamicamente mobilizado de acordo com os interesses nacionais e programaticamente conduzido para o projeto comum do *Proceso de Cambio*.

Um caso de reoxigenação com jovem protagonista da política boliviana é o atual presidente da Câmara de Senadores do Estado plurinacional da Bolívia, o jovem Andrónico Rodríguez Ledezma (MAS-IPSP), de apenas 32 anos, que soma uma série de outras tarefas políticas: Vicepresidente de las 6 federaciones del trópico de Cochabamba, Ejecutivo de la Federación Mamoré Bulu Bulu. Em entrevista cedida, o jovem presidente do senado boliviano afirma que:

La participación social y política de las y los jóvenes en su devenir ha sufrido una evolución caracterizada por su incorporación cada vez más consciente y decidida al campo político. De esa forma, a partir del año 2000, muchas organizaciones juveniles han visibilizado su presencia en el acontecer político desde espacios de reivindicación cultural, como el hip hop, como una forma de revalorizar su cultura, pero fundamentalmente para denunciar la corrupción, la discriminación y la pobreza a la que condujo el modo de hacer política de los gobiernos bajo el mando de los partidos tradicionales”. (LEDEZMA, 2021)⁶³.

⁶³ Entrevista realizada exclusivamente para este ensaio.



Antes de Andrónico Ledezma, uma jovem mulher de 29 anos de idade era presidente da Câmara de Senadores da Bolívia, Adriana Salvatierra Arriaza (MAS-IPSP).

Segundo Arriaza, em entrevista:

(...) eu vejo que existem jovens que têm um pensamento bastante conservador, que naturalizaram as grandes transformações que se vivem no país. São jovens para quem o comum da sua vida é o acesso à educação, o acesso aos serviços públicos básicos, à moradia, que os veem como direitos garantidos, mas que provavelmente não tiveram contato com a luta que houve por detrás destas conquistas e que hoje são desafiados por outras coisas, por demandas mais vinculadas ao urbano, ao meio ambiente e com outras sensibilidades democráticas. Isso só é possível porque têm garantido neste momento elementos-chaves que os nossos pais, os nossos avós não tiveram, principalmente o acesso à educação, à democratização da riqueza, às condições que tornam a vida digna. Então, se falamos de uma juventude que tem arraigada em si mesma direitos conquistados, princípios que foram centrais em nossa revolução democrática e cultural, falamos de uma juventude que pode garantir a continuidade e o aprofundamento deste processo. Porém existem correntes internacionais que não vão neste sentido e pelas quais os jovens estão sendo permanentemente influenciados, e das quais não sei se são vítimas ou sujeitos de um cerco ideológico (SALVATIERRA ARRIAZA, 2021)⁶⁴.



Reoxigenação como Processo

Como apontado pelos atores da política boliviana, diversos foram os avanços dos últimos anos, mas desafiadores são os passos para que efetivamente se consolide maior igualdade na participação política boliviana. É notável, também, a importância do *Processo de Cambio* na fala dos atores políticos, pois está em um projeto comum o enfrentamento estrutural às desigualdades que também se relacionam ao modelo econômico-político-social em disputa. Em outras palavras, há compreensão de que mudanças paliativas não significam a supressão das opressões estruturais, mas que a representatividade de mulheres e jovens na política proporcionam não apenas a reoxigenação de quadros e da manifestação do poder do povo, mas especialmente a maior pluralidade de debates e ideias na construção de políticas públicas e da própria agenda do *Proceso de Cambio*.

⁶⁴ Disponível em: <https://vermelho.org.br/2019/10/13/senadora-fala-sobre-conquistas-da-bolivia-e-a-eleicao-de-evo/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

Desde a Assembleia Constituinte (2006) já se notava a participação de mulheres para disputar a centralidade da política boliviana. Nota-se, porém, que o longo processo de passos lentos têm destacado quadros mulheres para a centralidade política apenas mais recentemente. Em outra dinâmica, a juventude aparece como uma categoria nova na disputa da centralidade política, tendo se alçado a cargos de alto escalão especialmente após o Golpe de 2019.

É interessante perceber a presença de temas extremamente atuais da política envolvendo jovens: a expressão por meio da cultura e a luta anticorrupção. Temas esses que sempre são conectados com a nova forma de fazer política. Para Andrónico, *“un aspecto digno de resaltar es el hecho de que la juventud hoy en día se ha constituido en el sujeto social revestido de una nueva forma de hacer política”*. Entretanto, com base em sua experiência vivida durante o golpe de estado, muitos desafios ainda estão pendentes:

(...) es necesario que la sociedad civil recupere su rol conductor y que las y los jóvenes participen en la esfera pública, proponiendo, pero sobre todo siendo escuchados, de tal manera que sus ideas y reflexiones terminen por ser incorporadas en las decisiones que se vayan a tomar. Cuando el sistema político y sus instituciones están pensados en una lógica adultocéntrica, es difícil generar espacios para que los jóvenes puedan participar e incidir en las decisiones (LEDEZMA, 2021)⁶⁵.

Sendo assim, é inegável que a retomada democrática pós-Golpe de 2019 explicitou a urgência de reoxigenação da política boliviana e que foi necessária uma crise e ruptura democrática para que mulheres e jovens tivessem vez diante da urgência.

É difícil afirmar, porém, quem veio primeiro: a) Se cargos nomeados com mais mulheres e mais jovens, especialmente no executivo, estão viabilizando mais espaços para que mulheres e jovens empoderem-se da disputa eleitoral? b) Ou se a ascensão eleitoral de mais mulheres e jovens na disputa parlamentar que acaba por motivar nomeações executivas de mais quadros mulheres e jovens? De qualquer forma, é notável a condução de pautas locais, departamentais e nacionais nas mais diversas esferas e poderes com mulheres e jovens ocupando tais espaços na política boliviana.

⁶⁵ Entrevista realizada exclusivamente para este ensaio.



Em suma, nota-se que foi necessária uma primeira reoxigenação com a ascensão de Evo Morales (2006) como Presidente da Bolívia para lutar pela superação do racismo contra povos indígenas; e percebe-se em curso uma nova onda de reoxigenação que alça mulheres e jovens em cargos de alto escalão e na centralidade da política após o Golpe de 2019. Também vale observar que, em ambos momentos, esteve na reoxigenação política, as respostas para a superação da crise político-econômica - envolvendo setores até então marginalizados no debate.

Diversas questões ficam em aberto, porém, demandando maior distanciamento histórico, como por exemplo: Serão tais reoxigenações suficientes para modificar a estrutura social racista e misógina decorrente do colonialismo e imperialismo na América Latina? Tais avanços e novos atores ocupando espaços centrais na política empreenderão maior representatividade e empoderamento pela diversidade e pluralidade? Ou, ainda, qual será a próxima onda de reoxigenação e o(s) próximo(s) grupo(s) marginalizado(s) a disputar a centralidade política? Haverá vez para quadros LGBTQIA+'s, por exemplo? Quando teremos uma mulher e/ou jovem presidente da Bolívia? Será via MAS-IPSP tal reoxigenação pelo *Proceso de Cambio* plural e diverso?



REFERÊNCIAS

ABRIL. **Juventude do MAS pede apoio à luta pela democracia na Bolívia**. 10 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.abrilabril.pt/internacional/juventude-do-mas-pede-apoio-luta-pela-democracia-na-bolivia>> Acesso em: 25 de julho 2021.

BRASIL DE FATO. **Eleições na Bolívia: “O que está em jogo são as conquistas dos povos indígenas”**. 17 de outubro de 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/10/17/eleicoes-bolivia-o-que-esta-em-jogo-sao-as-conquistas-dos-povos-indigenas>> Acesso em: 25 Jul 2021.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Constitución Política del Estado (CPE)**. 2009. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf> Acesso em: 25 de julho 2021.

FELIX, Gloria Alicia Caudillo. **De la resistencia a la toma del poder: el discurso de Evo Morales ante el Congreso**. Perspectivas, São Paulo, v. 32, p. 183-201, jul./dez. 2007, p. 183-201.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. Disponível em: <<https://www.ipu.org>> Acesso em: 25 de julho 2021.

ISTOÉ DINHEIRO. **Bolívia, o país mais indígena da América Latina.** Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/bolivia-o-pais-mais-indigena-da-america-latina/>> Acesso em: 25 de julho 2021.

MARIE CLAIRE. **Mulheres se tornaram motor do reestabelecimento da democracia na Bolívia.** 12 de novembro de 2020. Disponível em: <<https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2020/11/mulheres-se-tornaram-motor-do-restabelecimento-da-democracia>> Acesso em: 25 de julho 2021.

PROLAM-USP DEBATE [BROWN, Roxana Pérez del Castillo; LÓPEZ, Freddy Bobaryn; SILVA, Ergon Cugler de Moraes]. **Eleições Andinas: Bolívia, Equador e Peru.** PROLAM-USP, São Paulo, Brasil: 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=kuZIXaYYFbQ>>. Acesso em: 25 de julho 2021.

REDE BRASIL ATUAL. **Juventude foi fundamental para reestabelecer a Democracia na Bolívia, diz Luís Arce.** 26 de fevereiro de 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/mundo/2021/02/juventude-foi-fundamental-para-restabelecer-a-%20democracia-na-bolivia-diz-luis-arce/>> Acesso em: 25 de julho 2021.

UNIVERSIDAD MAYOR DE SAN ANDRÉS (REPOSITORIO INTERNO). **El proceso de cambio interno en el movimiento al socialismo (2005-2015). Estructura y sistema de representación.** Disponível em: <<https://repositorio.umsa.bo/handle/123456789/15270>> Acesso em: 25 de julho 2021.

VERMELHO. **Mulheres da Bolívia batem recorde na eleição para o parlamento. 26 de outubro de 2020.** Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2020/10/26/mulheres-da-bolivia-batem-recorde-na-eleicao-para-o-parlamento/>> Acesso em: 25 de julho 2021.

VERMELHO. **Senadora fala sobre conquistas da Bolívia e a eleição de Evo Morales.** 13 de outubro de 2019. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2019/10/13/senadora-fala-sobre-conquistas-da-bolivia-e-a-eleicao-de-evo-morales/>> Acesso em: 25 de julho 2021.



VOCES DE RESISTENCIA: PROTESTAS SOCIALES EN AMÉRICA LATINA

Diana Paola Gómez Mateus⁶⁶

Esta presentación es un resultado preliminar de una investigación sobre los usos políticos de la hoja de coca en el Putumayo colombiano. Para responder al propósito de este debate me enfocaré en las movilizaciones campesinas que se organizaron en el municipio de Puerto Asís desde el 21 de noviembre de 2019 para protestar por la implementación mediocre y negligente de uno de los puntos del Acuerdo de paz firmado en 2016, el 4, aquel que daría solución al "problema" de las drogas.⁶⁷ Expondré la composición y configuración de las movilizaciones putumayenses, la configuración de un "pauta propia", la marcha del 21 de noviembre y las reuniones en el parque central que siguieron a esta fecha. Finalmente haré un breve comentario sobre el observar esta manifestación social, de rebeldía y protesta, desde el espacio rural, no apenas como un receptor sino como un generador de sentidos y significados.

Desde el inicio del gobierno de Duque se afirmó la inconformidad con la orientación que daría al periodo presidencial 2019- 2022 así como con su incapacidad de analizar el país y sus demandas más allá de metáforas tomadas de cuentos infantiles. Pero lo que más preocupaba era la decidida voluntad guerrerista contra el Acuerdo de paz o cualquier manifestación que se vistiera de reconciliación, memoria o paz con justicia social; conceptos que habíamos construido con tanto esfuerzo como sociedad civil para buscar soluciones políticas al conflicto armado colombiano. Desde el primer día del mandato nos vimos sometidas a una acción criminal del estado, líderes sociales, poblaciones rurales campesinas y étnicas y excombatientes eran perseguidos y asesinados sin que hubiese ninguna acción estatal por siquiera investigar

⁶⁶ Antropóloga visual e social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. (PPGAS-FFLCH-USP). Integrante do coletivo Rueda la Palabra paz.

⁶⁷ El paro de 2019 tuvo ecos en marzo de 2020 y en abril de 2021 tuve noticia de los sucesos por medio de *whatsapp*. Los relatos entrecortados y las fotografías borrosas hicieron parte de la narración de días lejanos hasta que en 2021 el Paro Nacional, sus ritmos y consecuencias se volvieron cotidianos por la intensidad y magnitud que adquirieron, por la fluidez de sus sonidos, sus palabras y sus gestos que transbordaron el celular para vivir, aquí, conmigo. Esta nota cumple la función de revelar las rendijas por las que miro con afán y voracidad mi tierra desde la distancia. Migrante apegada sigo el guion de quien se aleja para aproximarse.



estos crímenes. Mientras tanto el gobierno, obediente, realizaba una ardua labor para la adopción de las políticas públicas neoliberales orientadas por el Fondo Monetario Internacional (FMI) y la Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económico (OCDE). En el Putumayo la decisión de buscar la retoma de aspersion con glifosato, el cambio de funcionarios responsables por la implementación de los programas derivados del Acuerdo de paz y una rápida y drástica reducción del presupuesto fueron claras advertencias de la ruina que vendría para la región.

Los sindicatos agregaron descontentos y convocaron un paro nacional el 21 de noviembre, con dos llamados previos el 10 y 17 de octubre en apoyo al movimiento estudiantil y de "toma de capitales". La respuesta fue multitudinaria y transversal; sectores que nunca antes habrían participado de una manifestación de este tipo, salieron a marchar y participaron en los cacerolazos; además, se hacía eco de las acciones populares en Chile, Ecuador y Bolivia. Pasados siete días de manifestaciones se fortalecía un ánimo transformador que, simultáneamente, se desprendía de la tutela de los sindicatos y sufría graves agresiones, como el asesinato de Dylan Cruz en Bogotá. Las noticias eran aterradoras y apenas las comentábamos mientras comíamos en la sala de la casa de Manuel, la noche estaba caliente y húmeda, tan oscura que nos impedía ir al río; por supuesto, la abuela no lo permitiría. Manuel me miró de reojo y dijo en tono jocoso, "allá en Bogotá es muy peligroso, ¿a usted no le da miedo Diana?".

Las palabras risueñas de mi anfitrión descubrieron, como iluminación profana, la profundidad de la ruptura que se comenzaba a abrir por aquellos días. Walter Benjamin (1929) habla de esta inspiración "materialista y antropológica" que interroga el futuro (Op. Cit. p. 24) no revela verdades absolutas, sino que deja pasar rayos fugaces por puertas entre abiertas, intersticios, "energías revolucionarias", como cuando la "historia se voltea, te mira y te saca la lengua"; diría un colega historiador emulando la célebre imagen benjaminiana del ángel de la historia. Desde Bogotá nos acostumbramos a localizar el peligro en la lejanía rural, ahora ese espacio *distante* miraba, aterrado, a la capital. La violencia que se hizo cotidiana en el campo se hacía presente en las ciudades.

La experiencia ganada desde la década de 1980 con los paros cívicos y las distintas agremiaciones sectoriales como ASEP- Asociación de Educadores del



Putumayo, el Movimiento Cívico Popular Putumayense, Fensuagro- Federación Nacional Sindical Unitaria Agropecuaria, ANUC- Asociación Nacional de Usuarios Campesinos, MEROS- Mesa Regional de organizaciones Sociales del Putumayo, Baja Bota Caucana y Cofanía Jardines de Sucumbíos, ASOCPUERTOASÍS-Asociación Campesina de Puerto Asís o ACSOMAYO Asociación Campesina del Suroccidente del Putumayo tanto las dinámicas alrededor de JAC- Juntas de Acción Comunal, Cabildos indígenas, Consejos Comunitarios de Comunidades Negras y ZRC- Zona de Reserva Campesina Perla Amazónica; para nombrar sólo algunas pues como dice Eder, representante de ANUC "Aquí hay más asociaciones que gente", se hacían evidentes aunque comenzaban a chocar con expresiones más juveniles, apegadas a otros lenguajes y formas cercanos a las artes.

Generaba gran debate la pauta presentada por los sindicatos que lideraban el Paro Nacional porque al parecer de algunas personas tenía un carácter más urbano y no tocaba ninguno de los puntos que aquejaba al campo colombiano. Después de reuniones en las distintas cabeceras municipales y acalorados debates se hicieron algunas precisiones: cumplimiento del Programa Nacional de Sustitución de Cultivos de uso ilícito- PNIS, rechazo al uso del glifosato y de operativos militares de erradicación forzada, universidad para el Putumayo y cuidado de la Andino-Amazonía. Además de trazar una dinámica que involucraría a manifestantes en cada subdivisión regional: del alto en Sibundoy; de la capital, Mocoa; del bajo en el cruce entre Santa Ana y Puerto Asís y en Orito, ambos puntos estratégicos para la circulación del crudo que se extrae allí, y en Puerto Leguízamo.⁶⁸ La precariedad del transporte fluvial putumayense, hacía inviable la presencia de sus habitantes en los puntos centrales de la manifestación. Así como hacía necesario realizar una "actividad del paro" en el pueblo para hablar sobre las disputas de tierras entre habitantes campesinos e indígenas y el Parque Nacional

⁶⁸ La creación de Agencia Nacional de Hidrocarburos- ANH en 2003 significa la consolidación del sector de Hidrocarburos a manos del capital privado con miras a reposicionar el país como productor de petróleo. Asume así las tareas operativas antes a cargo de Ecopetrol - Empresa Colombiana de Petróleos S.A., dejando a ésta empresa con las funciones de política pública y vigilancia. En el mapa de tierras actualizado a junio de 2021 se nota que todo el departamento (salvo, claro, el área de conservación) tiene áreas en explotación y algunas en explotación-. Esto ha incrementado considerablemente los descontentos de la población, así como la consciencia de que afectar la producción o circulación del crudo llama la atención de gobierno – cada vez más represiva – para obligarlo a negociar.



Natural La Paya, además de las condiciones específicas del municipio para cumplir el programa de sustitución.

Además de estas convocatorias por municipio, se realizaría también una marcha que no bloquearía la única carretera pero que sería suficiente para llamar la atención de los alcaldes elegidos en las votaciones de octubre de 2019 y "sentarlos", convocarlos a una reunión en Villagarzón – un municipio bisagra entre el medio y el bajo Putumayo– para "amarrarlos", discutir y comprometer a los funcionarios con la implementación del PNIS, principalmente. Quienes impulsaron la marcha eran sectores vinculados a dicho programa como promotores, firmantes, veedores o aliados, así como, algunos representantes políticos cercanos que vieron en este acto una manera de impulsar su presencia política en la región. De modo que había una población organizada en la MEROS, principalmente, con presencia de la Red de Derechos Humanos de Putumayo en cabeza de la reconocida líder Nidia Quintero, de la ZRC y del comité de seguimiento al PNIS el cual, al ocupar posición de bisagra entre el engranaje institucional del Programa, líderes locales y familias inscritas se tornaba un agente central en la articulación de la marcha.

Esta articulación, así como la decisión de realizar una marcha no podría ser leída como un cálculo clientelista⁶⁹, apenas instrumental, sino como una manera de asentar el liderazgo comunitario así como de equilibrar las fuerzas con el gobierno central, con el objetivo de cumplir periodos administrativos – en cualquier instancia – con mayores garantías y de presentarse como actores legítimos en el debate sobre la economía de la coca, de la cocaína, la política pública, infraestructura y economía para el departamento del Putumayo (Ramírez, 2001, 2010) . Es decir, una acción que cimienta la construcción del liderazgo con experiencia, con un conocimiento detallado del lugar, sus habitantes y complejas dinámicas. Un tipo de saber exclusivo, entre lo habitual, la tierra, la red de caminos, los habitantes de cada vereda y los análisis rurales de hechos históricos de impacto nacional (p. ej., política antidrogas.). Que encuentra en las manifestaciones sociales momentos de expresión pública y emotiva,

⁶⁹ Este es un concepto que merece una ponderación. Usado como término de descalificación política nos sirve para pensar, como afirma Vommaro (2017) "la complejidad de los vínculos políticos, construidos en torno a las políticas sociales trascendían los intercambios clientelares" (Op. Cit. p.79) es decir, un tipo de regulación que no es ni esporádica ni instrumental.



así como canales para abrir canales de interlocución con el gobierno central más allá de aquellos institucionales.



Fotografía 1 – Paro Nacional #21N. Puerto Asís, Putumayo. Por Diana Gómez, 2019.

La marcha de Puerto Asís fue multitudinaria, colorida y diversa, hubo presencia de todos los sectores: urbanos y rurales, juveniles, étnicos, sindicales, comerciantes y ONGs; un precedente para el departamento, la firma del Acuerdo de paz creó formas y expectativas de participación política así como se notó que no era "cada quien es por su lado" como se quejaban algunos líderes sino que había una pauta común: incumplimiento del gobierno en la implementación del PNIS, inestabilidad laboral de funcionarios del Programa y la no realización de las reuniones técnicas, erradicación forzada, búsqueda de la retomada de aspersión aérea con glifosato, familias suspendidas y no firmantes, consulta previa para indígenas y afroputumayenses, universidad para el Putumayo, protección de la Andino Amazonía, revisión del procedimiento para la licencia ambiental y alto al asesinato de líderes sociales y excombatientes de FARC-EP.





Fotografía 2 – Paro Nacional #21N. Puerto Asís.
Una pauta común. Por Diana Gómez, 2019.

La manifestación terminó de forma festiva en el monumento central de la ciudad con banderas de partidos alternativos, indígenas, afro, de sindicatos y asociaciones campesinas. La abigarrada sobreposición de temporalidades y símbolos condensadas en un instante será tema de un análisis detallado. Apunto apenas al trabajo de construcción de relatos que al reunir fragmentos antes dispersos expresan las formas de elaboración de la verdad y la cultura (Taussig, 1986) nos generan preguntas, son, situaciones/relatos que tienen el poder de hacernos pensar (Stengers, 2005). Un monumento que celebra la colonización, ahora ocupado por el descontento social nos puede alertar sobre las desconexiones que fueron operadas en una diversidad de ámbitos para integrar el Putumayo a la nación.

La marcha demoró dos días en llegar a Villagarzón, lograron convocar a los alcaldes y candidatos para que firmaran un documento titulada "Marcha de la esperanza, por la vida, el territorio y por la paz". Documento de acuerdos y compromiso mandatarios 2020-2023" en los puntos habían compromisos locales y regionales, exigencias para presentar al gobierno nacional, compromisos y mensajes de los mandatarios electos. Esta estructura nos deja ver la dinámica de convocar-comprometer y exigir; entiende que los funcionarios locales tienen limitaciones para el ejercicio de sus funciones, pero no les disculpan no llevar las demandas al gobierno central, al fin y al cabo, son sus representantes. También nos permite ver la débil descentralización del estado colombiano, aún las entidades territoriales experimentan serias dificultades para ser gobierno.

Las noches asisenses fueron tomadas por el proceso Casa de la Cultura con proyecciones de cortometrajes, música, poemas y declaración de principios. Curiosos que apenas llegaban a informarse y terminaban aplaudiendo la manifestación; aquí se hacía eco de las distintas convocatorias nacionales y se generaban lazos con expresiones juveniles del país. Como afirma Sebastián, gestor de la Casa de Cultura,

Significó las dinámicas del contexto territorial propias, la apertura de escenarios para la manifestación y la expresión del pensamiento libre y de las ideas. [Se sentaron] precedentes de posición política a nivel popular, a nivel social, colectivo, comunitario desde diferentes poblaciones que nos movilizamos o manifestamos nuestro desacuerdo sobre las medidas que se estaban tomando,[...] referidas justamente a lo que a nivel nacional se estaba reclamando respecto de mejores condiciones en la calidad de atención en salud pública, educación pública, de la protección de los ecosistemas naturales, estratégicos del ambiente, de lo que también para Putumayo significa la preservación de sus selvas, de sus montañas, de su piedemonte [...]⁷⁰

Ahora bien, si el centro de las manifestaciones era el reclamo por la implementación integral del Acuerdo de paz, especialmente lo referente a la Reforma Rural Integral (reforma agraria) y al Programa de Sustitución de cultivos sucedían dos cosas que cautivaron mi atención: por un lado, vemos la actualización del liderazgo social en la región. Por el otro, se produce una articulación de lo amazónico como un

⁷⁰ Conversación informal sostenida en junio de 2021 durante la escritura de este texto.



elemento de la movilización, entonces decir que la fumigación era negativa no solamente apelaba al cuidado de un humano y una naturaleza genérica sino a un espacio andino-amazónico y a una población campesina, indígena y afroputumayense que habita la región.

No podríamos afirmar que se trata de un uso instrumental de lo amazónico, argumentando que se trata de una categoría de moda y toca las sensibilidades contemporáneas de la puro, lo verde o lo natural. Lo que estaba asistiendo, como Sebastián alertó, era un proceso de reconexión con un territorio del que habían sido despojados, no sólo por el desplazamiento físico, sino por haber cortado una relación, emociones, sentidos y significados de lo que es ser putumayense. Este punto es quizás el central para abordar cómo el espacio rural no es apenas receptor o eco de temas nacionales, sino generador de significados propios – "honestos porque vienen de la experiencia que da la tierra", diría Sebastián – que interpelan aquellos que se producen desde los centros de poder.

Si observáramos la marcha como "una más" o apenas con parámetros urbanos, nos perderíamos de su sentido propio, el llamado a reconstruir [retejer] esa relación que es territorial, una reconexión con la tierra, con el agua, entre ellas y ellos mismos y con los habitantes ancestrales de esa tierra, así como con las plantas, las semillas y animales. Una relación que diga radicalmente cuál es la posición que el Putumayo quiere ocupar en la nación. Una afirmación que interpela la posición que el gobierno central y el discurso hegemónico como un lugar que es metáfora de lo negativo, lo lejano, lo peligroso, la degradación. Cuando en realidad es ese gobierno con esas ideas las que han sometido al *territorio Andino Amazónico* a la guerra, al veneno, al despojo.

Las movilizaciones que capturaron nuestra atención en 2019 no se expresaron solamente en las ciudades ni tuvieron como escenario privilegiado al espacio urbano. El espacio rural se manifestó en marchas, reuniones, películas; luego se convocaron reuniones que fueron acompañadas a regañadientes por autoridades locales y nacionales para discutir pautas en cuestión. Pensaron que se podía dilatar el ánimo en reuniones pero la voluntad de vivir, de vivir dignamente y de permanecer en la tierra es tan sincera que no lograron desmoralizar un pueblo determinado.





*Fotografía 3 – Paro Nacional #21N. Pancarta Cada de la cultura.
Por Diana Gómez, 2019*

Queda entonces una inquietud – o una angustia – ¿Porqué insisten en imponer sentidos, lógicas, razones y "saberes" que sabemos inútiles? es más ¡Los sabemos dañinos! Al no escuchar las explicaciones de putumayenses sobre su territorio lo trasgreden, lo violentan. Son argumentos que de ninguna manera ignoran o abdican de la legalidad o de la burocracia estatal sino precisamente encarando y dialogando con esa estructura; sino que dicen exactamente cómo hay que hacer, con cuál [o cuáles] ritmo [s], con cuales procedimientos burocráticos, cómo relacionarse con las personas, con las diferentes comunidades, con a la naturaleza y con los guardianes del territorio. Esta inquietud nos llevará a reflexionar sobre la implementación del Acuerdo de paz, que corre el riesgo de convertirse en una nueva imposición, dado el procedimiento, no el sentido del Acuerdo, este sí, es un acuerdo.

REFERENCIAS

BENJAMIN, Walter. **O surrealismo. O último instantâneo da inteligência européia** [1929] En. Obras escolhidas Tomo 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e historia da cultura. Sergio Paulo Rouanet (trad.). São Paulo: Brasiliense, 1985.



RAMÍREZ, María Clemencia. **Between guerrillas and the state: the cocalero movimiento, citizenship and identity in the Colombian Amazon.** 2001. 456 p. Tese (Doutorado em antropologia) - Graduate School of Arts and Sciences, Department of Anthropology, Harvard University, Cambridge, Massachusetts, 2001.

RAMÍREZ, María Clemencia, BOLÍVAR, Ingrid, IGLESIAS, Juliana; TORRES, Ma. Clara;

VASQUEZ, Teófilo. **Elecciones, coca, conflicto y partidos políticos en Putumayo 1980-2007.** Bogotá: ICANH, CINEP- Programa por la paz. 2010

STENGERS, Isabelle. **Introductory Notes on an Ecology of Practices.** *Cultural Studies Review*, 2005, 11, no. 1, pp.183-96.

TAUSSIG, Michael. **Shamanism, colonialism and the wild man: a study in terror and healing.** Chicago: University of Chicago Press. 1987

VOMMARO, Gabriel. **Política popular en tiempos de economías postindustriales: trabajo territorial y economía moral en la argentina reciente.** *REPOCS*, Vol. 14 Núm. 27, jan/jun. 2017

Fotografías

Fotografía 1. Paro Nacional. #21N. Puerto Asís, Putumayo. Por Diana Gómez, 2019.

Fotografía 2. Paro Nacional #21N. Puerto Asís. Una pauta común. Por Diana Gómez, 2019.

Fotografía 3. Paro Nacional #21N. Pancarta Cada de la cultura. Por Diana Gómez, 2019.



SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alejandra Dinegro Martínez

Socióloga e mestra em Política Social pela Universidad Mayor de San Marcos. Analista política e colunista em diversos meios de comunicação. ORCID 0000-0002-2121-2964.

Amanda Harumy Oliveira

Mestra e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). ORCID 0000-0002-7439-1097.

Camila Modañez

Graduanda em Engenharia Mecânica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e extensionista no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO).

Diana Gómez Mateus

Antropóloga visual e social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Integrante do coletivo Rueda la Palabra paz.

Ergon Cugler

Graduado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo e Pesquisador-Bolsista associado ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas “Professor Doutor José Renato de Campos Araújo” (OIPP) e ao Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP) da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo. ORCID 0000-0002-5753-1705.

Jamila Prata Aguiar

Geógrafa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), professora da rede municipal de ensino em São Paulo. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). É arte-educadora com atuação voltada à cultura afro-brasileira.

Júlio César Suzuki

Graduado em Geografia e Letras, é mestre e doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da USP. Tem



experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. ORCID 0000-0001-7499-3242.

Luna Follegati Montenegro

Graduada em História, é mestra em Comunicação Política e Doutora em Filosofia pela Universidad de Chile. Militante feminista, é autora de diversos artigos e livros e tem uma longa trajetória na construção de coletivos de base no Chile. ORCID 0000-0002-5574-8978.

Paola Cornejo Ortiz

Periodista, comunicadora e investigadora social. Ha investigado y reportado procesos políticos y sociales en Chile y Argentina con especial énfasis en identidades culturales. En el ámbito estatal ha colaborado en el diseño e implementación de acciones, programas y políticas públicas desde la presidencia de la República, Ministerio de Desarrollo Social y Ministerio de Minería.

Waldo Lao Fuentes Sanchez

Possui graduação de Etnología na Escuela Nacional de Antropología e Historia. ENAH, do México. É mestre e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP). Pesquisador nas áreas de Movimentos Sociais na América Latina, Autonomía Indígena e Comunicação Alternativa. ORCID 0000-0001-9308-524X.



SOBRE OS ORGANIZADORES



GUSTAVO MENON

Pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (USAL-Espanha). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina na Universidade de São Paulo - PROLAM/USP. Graduado e Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP) e no Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. Docente na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e professor credenciado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM-USP). Também é professor no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Brasília (UCB). ORCID: 0000-0003-1057-027X.



WAGNER IGLECIAS

Graduado em Administração Pública e Ciências Sociais, é mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. É professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e credenciado no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Formulador do projeto PROLAM-USP Debate e coordenador do Grupo de Trabalho "China e o Mapa do Poder Mundial", do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, Argentina. ORCID 0000-0002-7632-1877.



JÚLIO CESAR SUZUKI

Graduado em Letras e Geografia, é mestre e doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atualmente é Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo e do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Integração da América Latina (PROLAM/USP). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: Agricultura, Urbanização, Geografia e Literatura e Teoria e Método. ORCID 0000-0001-7499-3242



ÍNDICE REMISSIVO

- Acuerdo de paz / Acordos de Paz, 46, 120, 124, 126, 128
- África, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 85, 90
- América Latina, 6, 10, 16, 19, 21, 35, 36, 37, 39, 42, 43, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 67, 68, 69, 76, 77, 90, 91, 92, 97, 109, 118, 119, 130, 131, 132, 133
- Arce, Lucho, 110
- Argentina, 9, 16, 36, 37, 39, 51, 52, 131, 132
- Bachelet, Michelle, 14, 15, 16, 17, 21
- Bolívar, Simón, 37
- Bolívia, 6, 37, 51, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119
- Branqueamento, 84
- Brasil, 10, 16, 23, 36, 37, 39, 43, 51, 68, 69, 70, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 119
- Castillo, Pedro, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33
- Chile, 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 36, 39, 45, 51, 55, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 121, 131
- China, 132
- Choquehuanca, David, 110
- Colômbia, 5, 6, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 53
- Concertación, 11, 13, 15, 16, 17, 61
- Democracia, 10, 11, 12, 13, 17, 37, 43, 50, 51, 55, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 82, 83, 84, 89, 98, 100, 110, 112, 113, 114, 118, 119
- Dictadura, 9, 10, 11, 13, 20, 54, 58, 60, 61, 63, 92
- Duque, Ivan, 38, 43, 44, 46, 49, 50
- El Salvador, 36, 95
- Escravidão / Escravizados, 68, 75, 76, 82
- Esquadrão Móvel Antidistúrbios (ESMAD), 48
- Estados Unidos, 10, 40, 41, 52, 76, 94
- Exército de Libertação Nacional (ELN), 38
- Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), 92, 98, 100, 101
- Extractivismo, 60
- Feminismos, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 90, 109, 131
- Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), 38, 39, 40, 42, 43, 44, 46
- Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), 92, 93, 95, 96
- Fujimori, Keiko, 27, 29, 32, 33
- Guatemala, 95
- Guerrilha, 6, 38
- México, 20, 92, 96, 98, 100, 102, 131
- Miskitos, 94
- Morales, Evo, 108, 110, 118, 119
- Movimientos sociales, 17
- Narcotráfico, 28, 30, 34, 38, 42
- Neoliberalismo, 11, 12, 16, 24, 25, 28, 30, 41, 42, 45, 46, 48, 49, 54, 56, 57, 59, 60, 61, 64, 66, 76, 77, 99
- Nicaragua, 92, 94, 95, 96, 97, 98
- Paramilitarismo, 38
- Patriarcalismo, 18, 54, 60, 61
- Perú, 22, 23, 25, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34
- Pinochet, Augusto, 9, 10, 11, 13, 20, 61
- Piñera, Sebastián, 16, 17
- Plebiscito, 10, 61, 63
- Povos Indígenas, 19, 68, 78, 92, 94, 99, 101, 108, 109, 119
- Proceso constituyente, 18, 54, 62, 63, 66
- Racismo, 30, 71, 73, 75, 77, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 99, 108, 111, 113, 118
- Santos, Juan Manuel, 41, 43, 44
- Subdesenvolvimento, 77
- Uruguay, 16
- Venezuela, 36, 37, 39, 51, 110
- Violência, 35, 36, 37, 38, 39, 44, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 78, 80, 81, 82
- Yorubás, 73

